

XV ENCONTRO CIENTÍFICO DO GRUPO PESQUISAS & PUBLICAÇÕES - GPs

EDUCAÇÃO | SAÚDE | EMPREENDEDORISMO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

20 A 22 DE JUNHO DE 2024

FORMATO: HÍBRIDO

CIDADE SEDE: MACAPÁ (AP)



**MÊS DE INCENTIVO À
DOAÇÃO DE SANGUE**

**RICARDO FIGUEIREDO PINTO
VICTÓRIA BAÍA PINTO**

CONSELHO CIENTÍFICO

**DIVALDO MARTINS DE SOUZA
ÉDER DO VALE PALHETA
JOSEANA MOREIRA ASSIS RIBEIRO
MÁRCIO VENÍCIO CRUZ DE SOUZA
MOISÉS SIMÃO SANTA ROSA DE SOUSA**

FICHA CATALOGRÁFICA

PINTO, Ricardo Figueiredo. PINTO, Victória Baía (Orgs.)

XV Encontro Científico do Grupo Pesquisas & Publicações – GPs.

176 f.: il. color.

Editora Conhecimento & Ciência, 1, Belém, 2024.

1. Educação 2. Saúde. 3. Empreendedorismo.

ISBN: 978-65-86785-89-0

DOI: 10.29327/5406697

APRESENTAÇÃO

É com imenso prazer que apresentamos o e-book do XV Encontro Científico do Grupo Pesquisas & Publicações - GPs, um evento que se consolida como um dos mais importantes espaços de divulgação científica e troca de conhecimentos interdisciplinares. Este e-book reúne os trabalhos apresentados durante o encontro, proporcionando uma visão abrangente das pesquisas e debates que ocorreram ao longo dos dias do evento.

Sobre o Encontro Científico

O Encontro Científico do Grupo Pesquisas & Publicações - GPs chega à sua décima quinta edição, mantendo seu compromisso com a excelência acadêmica e a inovação científica. Este evento tem se destacado pela qualidade das pesquisas apresentadas e pela diversidade de áreas do conhecimento que abrange. Com participantes de várias regiões e instituições, o encontro é um verdadeiro ponto de convergência para pesquisadores, estudantes e profissionais.

Agradecimentos

Agradecemos a todos os participantes, autores, e palestrantes que contribuíram para a realização deste encontro. Agradecemos também às instituições parceiras pelo apoio imprescindível. Sem a colaboração de todos, este evento não seria possível.

Conclusão

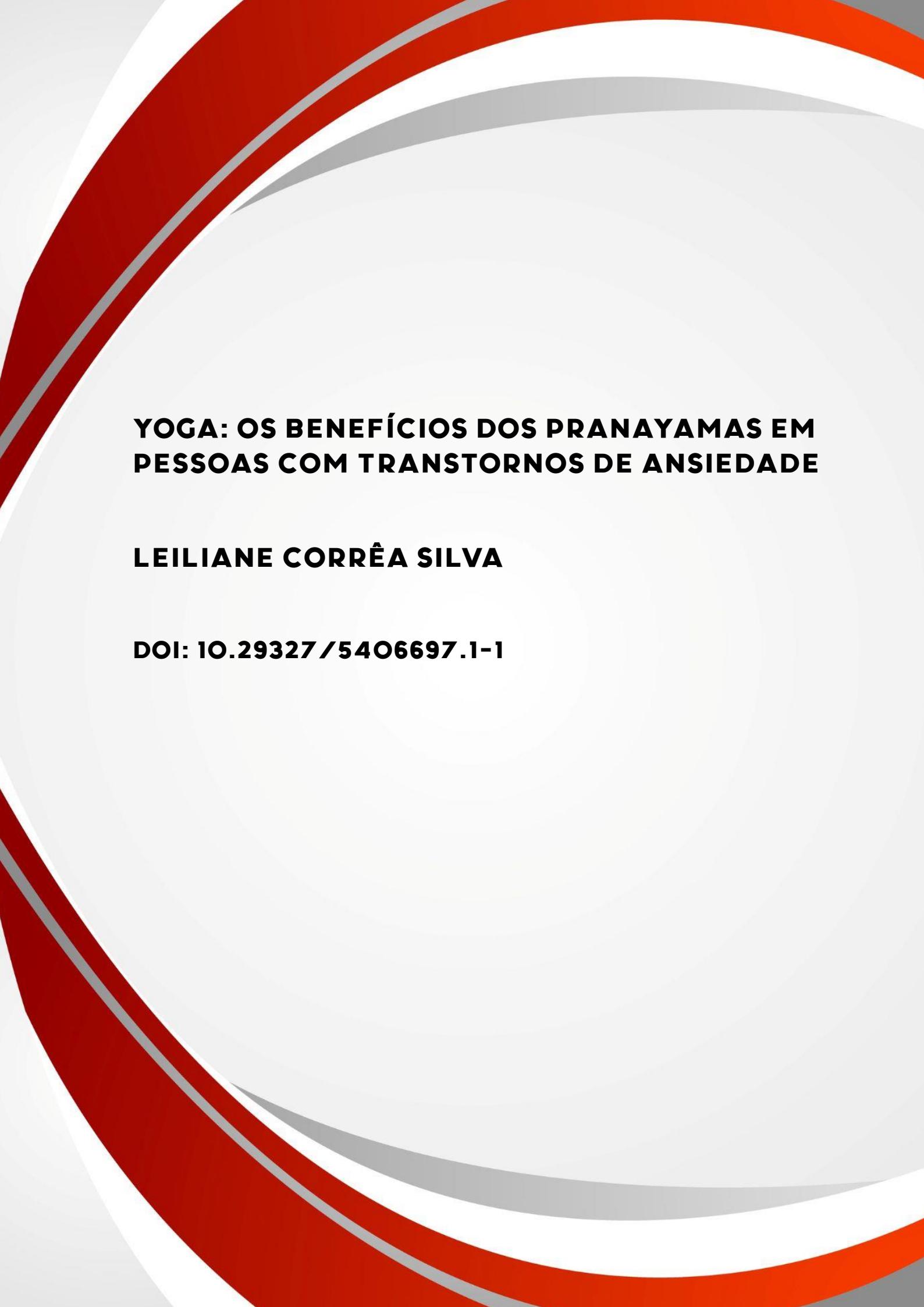
O e-book do XV Encontro Científico do Grupo Pesquisas & Publicações - GPs é um testemunho do vigor e da relevância das pesquisas desenvolvidas por nossos participantes. Esperamos que este material sirva como fonte de inspiração e referência para novos estudos e projetos. Desejamos a todos uma leitura proveitosa e enriquecedora.

SUMÁRIO

YOGA: OS BENEFÍCIOS DOS PRANAYAMAS EM PESSOAS COM TRANSTORNOS DE ANSIEDADE	9
Leiliane Corrêa Silva	9
IÔGA: UMA ABORDAGEM TERAPÊUTICA PARA CRIANÇAS COM ESPECTRO AUTISTA ..	21
Eder do Vale Palheta	21
Georgete Pereira Situba	21
A EDUCAÇÃO ATRAVÉS DO CORPO: PSICOMOTRICIDADE E YÔGA PARA CRIANÇAS DE 05 A 07 ANOS	32
Debora Paula Santos Marcelino	32
Suelen Rodrigues Ferreira Pereira	32
Karem do Socorro dos Santos Damasceno	32
A PRÁTICA DA YÔGA COMO MÉTODO TERAPÊUTICO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM O ESPECTRO AUTISTA	42
Lucas Eduardo Sousa Moraes	42
A PRÁTICA DO YOGA COMO TERAPIA INTEGRATIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	52
Laila Cristina Maciel Vito Tamara Matias Pereira	52
UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA ACERCA DOS BENEFÍCIOS DA PRÁTICA DE YOGA PARA IDOSOS	58
Camila Pâmela Santos de Almeida	58
Evelyn Myelle Farias Moreira	58
Irlane de Oliveira Quaresma	58
A EDUCAÇÃO BÁSICA E O PLENO DESENVOLVIMENTO DO ESTUDANTE	68
Anibal Neves da Silva	68
PROPOSTA DE UM APLICATIVO DE LEITURA CIENTÍFICA PARA ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO E TECNOLÓGICO DO PARA: NÃO É MAIS UM E SIM UM QUE PODE INTERAGIR COM O LEITOR	76
Biratan dos Santos Palmeira	76
Ricardo Figueiredo Pinto	76
POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER EM BELÉM DO PARÁ: CAMINHOS E DESCAMINHOS CONFLITANTES	88
Biratan dos Santos Palmeira	88
Ricardo Figueiredo Pinto	88
DESAFIOS DA EQUIPE DE ENFERMAGEM NO SISTEMA PRISIONAL NO BRASIL	100
Elyene Elene Meireles da Rocha Silva	100
Ricardo Figueiredo Pinto	100

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR PARA O DESENVOLVIMENTO DOS EDUCANDOS BRASILEIROS	121
Emanuel Ramalho de Oliveira	121
Ricardo Figueiredo Pinto	121
 ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	141
Lilian Nazaré de Azevedo Simões	141
Ricardo Figueiredo Pinto	141
 A PERCEPÇÃO DA EQUIPE PEDAGÓGICA A RESPEITO DO PROJETO “TRAVESSIA” NO MUNICÍPIO DE MACAPÁ/AP	157
Liduina Maria Bezerra Façanha Rodrigues	157
Ricardo Figueiredo Pinto.....	157
 A SAÚDE DO TRABALHADOR DE ENFERMAGEM NO SISTEMA PRISIONAL NO ESTADO DO PARÁ	163
Elyene Elene Meireles da Rocha Silva.....	163
Ricardo Figueiredo Pinto	163
RISCO CARDIOVASCULAR EM MULHERES	176
INICIANTES NA PRÁTICA DE CORRIDA DE RUA	176
João Marcos Fonseca Blanco*; Moisés S. S. R. Sousa**	176

SEÇÃO DE ARTIGOS



YOGA: OS BENEFÍCIOS DOS PRANAYAMAS EM PESSOAS COM TRANSTORNOS DE ANSIEDADE

LEILIANE CORRÊA SILVA

DOI: 10.29327/5406697.1-1

YOGA: OS BENEFÍCIOS DOS PRANAYAMAS EM PESSOAS COM TRANSTORNOS DE ANSIEDADE

Leiliane Corrêa Silva

RESUMO

O presente trabalho visa fazer uma análise dos impactos e benefícios das técnicas do Yôga por meio dos Pranayamas em praticantes que sofrem com transtornos de ansiedade. Verificou-se que a sistematização do Yôga por Patanjali divide-se em oito conjuntos de práticas, dentre as quais, se destaca os asanas, a meditação, as práticas respiratórias, conhecidas como pranayamas e o relaxamento. Estudos recentes têm sugerido que a prática do yôga está associada a efeitos positivos sobre quadros de estresse e ansiedade, principalmente quando utilizada como prática complementar terapêutica. Este estudo tem por objetivo avaliar o impacto do treinamento com técnicas dos Pranayamas, benefícios e potencialidades na perspectiva dos praticantes que sofrem com transtornos de ansiedade. Durante este estudo, analisando vários trabalhos publicados observou de modo geral os benefícios do Yôga, com a prática dos pranayamas, visando não só caráter físico, como também psicológico, otimizando a qualidade de vida das pessoas com algum dos transtornos de ansiedade.

Palavras-chave: Yoga. Pranayama. Transtorno de ansiedade.

ABSTRACT

This work aims to analyze the impacts and benefits of Yoga techniques through Pranayama in practitioners who suffer from anxiety disorders. Verificou-se that the systematization of yoga by Patanjali is divided into several sets of practices, among which, the asanas, meditation, respiratory practices, known as pranayamas and relaxation, stand out. It has been observed that recent studies have suggested that yoga practice is associated with positive effects on stress and anxiety symptoms, especially when used as a complementary therapeutic practice. This study aims to evaluate the impact of training with pranayama techniques, benefits and potentialities from the perspective of practitioners who suffer from anxiety disorders. During this study, analyzing several published works, the benefits of Yôga were generally observed, with the practice of pranayama, aimed not only at the physical nature, but also at the psychological level, optimizing the quality of life of people with some of the anxiety disorders.

Keywords: Yoga. Pranayama. Anxiety disorder.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar los impactos y beneficios de las técnicas de Yoga a través de Pranayama en practicantes que padecen trastornos de ansiedad. Se encontró que la sistematización del Yoga de Patanjali se divide en ocho conjuntos de prácticas, entre las que destacan las asanas, la meditación, las prácticas de respiración, conocidas como pranayama, y la relajación. Estudios recientes han sugerido que la práctica del yoga se asocia con efectos positivos sobre el estrés y la ansiedad, especialmente cuando se utiliza como práctica terapéutica complementaria. Este estudio tiene como objetivo evaluar el impacto del entrenamiento con técnicas de Pranayama, sus beneficios y potencial desde la perspectiva de practicantes que padecen trastornos de ansiedad. Durante este estudio, analizando varios trabajos publicados, se observaron en general los beneficios del Yôga, con la práctica del pranayama, dirigido no sólo al nivel físico, sino también al psicológico, optimizando la calidad de vida de las personas con algunos de los problemas de ansiedad. trastornos.

Palabras clave: Yoga. Pranayama. Trastorno de ansiedad.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a incidência de transtorno de ansiedade vem crescendo exponencialmente tanto na população adulta, quanto em jovens e adolescentes, principalmente após a pandemia da COVID-19. Diversos distúrbios mentais, tais como depressão, transtornos de ansiedade, fobias, transtornos obsessivos-compulsivo e pânico, têm como sintomas em comum a ansiedade excessiva. Zigmond e Snaith (2003), afirmam que um transtorno psiquiátrico não pode ser considerado presente ou ausente, já que os graus são distribuídos na população de maneira constante.

De fato, as queixas de ansiedade são comuns entre os indivíduos saudáveis e têm sido associadas às mais diversas consequências negativas para a saúde. O tratamento na maioria das vezes, envolve intervenções psicológicas e farmacológicas. Entretanto, existe uma necessidade emergente de estratégias de autoajuda confiáveis, já que não parece razoável passar uma vida inteira fazendo uso de medicamentos ou se submetendo a tratamentos psicológicos.

Segundo Unutzer (2009), uma pesquisa domiciliar a nível nacional e internacional realizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), constatou um alto índice do uso de terapias complementares em adultos que preenchiam os critérios para transtornos de ansiedade comuns. Outros levantamentos em diferentes países, segundo este autor, têm mostrado resultados semelhantes (KESSLER et al, 2001).

No Brasil, por exemplo, a prática do Yôga foi incorporada pela Portaria GM n.849 de 27 de março de 2017 à PNPI, isto porque foi observado que o yôga traz benefícios para os sistemas musculoesquelético, endócrino e respiratório, estimulando as funções cognitivas, ajudando a reduzir o estresse, diminuir a frequência cardíaca e a pressão arterial, aliviando a ansiedade, depressão e insônia, proporcionando melhor qualidade de vida, aptidão física, força e flexibilidade geral.

O Yôga, é uma prática milenar que surgiu na Índia e busca a união e o equilíbrio entre corpo, mente e espírito. Nessa prática, a respiração é vista como algo que vai além do campo fisiológico. Nesse sentido, o ato da respiração é definido como o duplo fenômeno de *inspiração* e *expiração*, porém, no Yôga a respiração representa algo a mais. Patanjali, autor do Yoga Sutra, relata em um de seus textos base do Yoga, que os exercícios de Pranayama, visto como os exercícios de respiração, que envolvidos na prática trazem mais equilíbrio aos praticantes, proporcionando um desenvolvimento da real capacidade de respiração, além de ter efeito sobre as emoções e no campo energético (SARASWATI, 1996).

No entanto, as técnicas de respiração do Yôga podem auxiliar na realização de diversas situações e para diferentes objetivos. Em busca de conhecer melhor as técnicas e os benefícios

do pranayama para as pessoas, especialmente aquelas que sofrem com transtornos de ansiedade é que este estudo se propõe analisar e promover a discussão sobre o uso de práticas do yôga como terapia de intervenção para o tratamento de ansiedade e, portanto, contribuir para a implementação de um confiável tratamento não farmacológico/alternativo para a doença mental.

OBJETIVO

Avaliar e analisar o impacto do treinamento com técnicas dos Pranayamas, benefícios e potencialidades na perspectiva dos praticantes que sofrem com transtornos de ansiedade.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do estudo foi realizado uma revisão bibliográfica com base em experiências construídas por diversos autores que desenvolvem a prática em suas publicações, a partir de artigos científicos de revistas e periódicos. Nesse sentido, as consultas se deram na base de dados do Google Acadêmico, Scielo (*Scientific Electronic Library Online*), Revista Brasileira e plataforma CAPES.

Após estudos, análises e compreensão de leituras relacionadas ao tema proposto foi realizado o trabalho bibliográfico, a partir de pesquisas já realizadas e as descrições necessárias relacionadas às práticas do Yoga e seus benefícios na perspectiva dos praticantes que sofrem com transtornos de ansiedade.

DESENVOLVIMENTO

REVISÃO LITERÁRIA

A PRÁTICA DO YOGA E SEUS IMPACTOS NA VIDA DOS PRATICANTES

O Yôga sob a ótica atual tem se intensificado e popularizado como uma prática de posturas físicas que trazem diversos benefícios à saúde do corpo, entretanto, essa prática pode trazer resultados que vão além do corpo físico, sobretudo quando é incluído na rotina das pessoas como uma filosofia de vida. Sua prática fundamental é a meditação, além de ser considerado um método que auxilia no desenvolvimento físico, mental e espiritual do indivíduo. Para autores como Hermógenes (2020), Mallison (2017), Singleton (2017), entre outros, o Yoga é um termo derivado da raiz sânscrita *Yuj*, que significa unir, atrelar, juntar.

Para Hermógenes (2020, p. 32), “o Yoga é uma ciência e uma técnica de vida ou uma filosofia” milenar praticada no Oriente. Segundo o autor, na antiguidade, a prática de Yoga era passada originalmente de mestre (guru) para o aluno. No entanto, com o passar dos séculos, o Yôga indiano se tornou referência, se disseminando em todos os continentes, resultando em divergências e diversos modos de ensino, com propostas próprias. Para Rabello (2018), ao longo do tempo a prática do Yoga tem sido mesclada com outras técnicas, surgindo uma variedade de possibilidades, aonde o objetivo é levar as pessoas a praticarem, melhorando sua qualidade de vida e bem-estar.

Segundo Martins (2017), para algumas pessoas as inovações no Yoga são vistas como libertação espiritual, a qual busca, por meio da devoção a uma divindade, outros buscam como um estilo de vida com determinadas regras e obrigações, ou através de *asanas* que significa adquirir uma (postura firme), saúde e leveza do corpo.

A Portaria 849/2017 do Ministério da Saúde no Brasil, o Yôga passou ser uma prática que combina posturas físicas, técnicas de respiração, meditação e relaxamento. Atua como uma prática física, respiratória e mental. Fortalece o sistema musculoesquelético, que estimula o sistema endócrino, expande a capacidade respiratória e exercita o sistema cognitivo. Assim, um conjunto de *ásanas* (postura corporais) pode reduzir a dor lombar, harmonizar a respiração, para isso, são praticados exercícios de controle respiratório denominados de pranayamas, os quais preconiza o autocuidado, uma alimentação saudável e a prática de uma ética que promova a não-violência.

Diversas pesquisas têm demonstrado a importância de se adotar práticas que promovam saúde e bem-estar não apenas aos pacientes, mas também aos seus cuidadores. Para Alexandre (et al, 2015; Cocchiara et al, 2019 e Perez et al 2015), as pessoas que estão envolvidas no cuidar do outro podem acabar vivenciando junto com o paciente as dificuldades pelas quais ele passa, somando a isso, vivenciam um ambiente estressante de cobranças internas e externas que colabora para o prejuízo as saúdes mentais e físicas dessas pessoas.

Em muitos locais de trabalho alguns dos estressores é justamente as restrições de tempo com o aumento da demanda, levando os profissionais a lutarem para lidar com a falta de tempo para estarem com a família, colegas para compartilharem situações e vivencias, além da falta de um repouso no meio das horas do trabalho. Isso faz com os profissionais se sintam desapontados, criando desarmonia entre colegas quando não conseguem aliviar o estresse do dia a dia.

Conforme Gandhi (2019), a exposição constante à tristeza, dores, perdas, problemas socioeconômicos geram incapacidade de compartmentar a vida, seja ela profissional ou social,

tornando as pessoas tristes e infelizes, originando, assim, a ansiedade. Contudo, para aliviar esses sentimentos negativos da vida, Cramer (2018), revela que a prática do Yoga ajuda consideravelmente, na qual, no início há uma progressão na dificuldade dos *asanas* (posturas), sendo que os praticantes devem escolher realizar níveis de acordo com as suas capacidades do dia, sempre respeitando seu corpo, ou seja, realizando a prática de maneira adequada. Este é um fator importante, pois vai garantir a segurança do indivíduo e resultados positivos da prática.

No entanto, Hermógenes (2020), explica que dentro da ciência Yoga a respiração (Pranayamas) é mais do que apenas um fator fisiológico, é também psicológico, devido fazer parte dos três planos fisiológico, psicológico e prânico, tornando a respiração um dos atos mais importantes da vida. Para isso, é necessário conhecermos como funciona o sistema respiratório, visto como um processo vital para a vida.

A FISIOLOGIA DA RESPIRAÇÃO

A respiração se apresenta como um processo vital de extrema importância ao corpo humano, levando em consideração que é o combustível para queima de oxigênio e glicose, gerando energia necessária para a concentração muscular, por exemplo, utilizada desde os movimentos cotidianos até atividades esportivas de alto rendimento.

Segundo Carvalho e Costa (1979), em seus clássicos, esclarece que para entendermos o funcionamento do ato de respirar é necessário conhecermos os órgãos que fazem parte do sistema respiratório. Tal sistema é composto pelo nariz, faringe, laringe, traqueia, o pulmão, além dos músculos que contribuem nesse processo. O primeiro condutor é o nariz, por onde o ar passa por um filtro natural que são os pelos que recebem partículas impuras, durante a inspiração e a expiração.

A faringe é um canal comum digestivo e respiratório. Quando em processo digestivo, a comida passa pela faringe e ocorre a degustação, ou seja, o tamponamento do canal respiratório realizado pela epiglote que serve para que o alimento não entre no canal errado. No processo respiratório, a comunicação entre a faringe e a laringe feita pela epiglote atua como uma válvula, conduzindo o ar do esôfago (canal digestivo) para a traqueia (canal respiratória).

Já a laringe pode ser representada como uma espécie de válvula, que regula o fluxo da entrada do ar do pulmão. Por esse motivo, como apontam Carvalho e Costa (1979), a laringe é responsável pelo controle da pressão intrapulmonar, por meio de tal regulação. Assim, a traqueia, um órgão tubular cartilaginoso é o último condutor de ar até os pulmões. Seu interior

é repleto de cílios móveis, que funcionam como uma espécie de filtro para partículas sólidas. A partir do final da traqueia se inicia a árvore traqueobrônquica, ou zona de transporte aéreo.

Após esse caminho percorrido, o ar finalmente chega ao destino, os sacos alveolares, que são compostos por alvéolos, a verdadeira unidade que faz funcionar o pulmão, visto que é nos alvéolos que ocorrerá a troca gasosa. O músculo diafragma é responsável pela entrada de ar nos pulmões. Esse músculo estriado e esquelético, localiza-se abaixo do pulmão e acima das vísceras. Quando relaxado tem formato de cúpula, com a sua curva para cima. Quando contraído, empurra as vísceras em direção ao quadril, criando um espaço para os pulmões. Então, é nesse vácuo criado pela contração do diafragma que o ar percorre o caminho respiratório e das vias áreas, atingindo o pulmão.

No entanto, Carvalho e Costa (1979), explicam que além do diafragma, outros músculos contribuem para a criação desse vácuo e, consequentemente, para a entrada do ar, tais como: os intercostais, músculos localizados entre as costelas superiores que compõe o tórax. Assim, os músculos da parede abdominal, que comprime a cavidade abdominal, possibilitam um espaço maior para a entrada de ar. Já os músculos acessórios da respiração, como o escaleno, que eleva as principais costelas, e os esternocleidomastoideo e músculo do pescoço eleva o esterno e aumenta a capacidade de entrada de ar pelo aumento do diâmetro do tórax, completando o processo de respiração e inspiração, visto como sistema vital da vida. Em seguida, veremos como os *Panayamas*, por meio de suas técnicas, ajudam os praticantes obterem uma melhor qualidade de vida.

OS PRANAYAMAS E SEUS BENEFÍCIOS

O Yôga entende a respiração como algo que vai além da fisiologia humana. Nessa técnica existem os exercícios de *Pranayamas* que desenvolvem e conduzem a prática da respiração de forma correta e saudável. Segundo Novaes (2017), os efeitos dos *Pranayamas* têm apresentado alterações relacionadas ao sistema nervoso autônomo. Além disso, a prática de diferentes sequências de *Pranayamas* interferem de forma distinta no funcionamento do sistema nervoso simpático e parassintático.

Conforme Novaes (2017), as práticas de respiração levam a redução das frequências cardíacas, a diminuição da pressão arterial sistólica e diastólica, além da pressão arterial sistólica em indivíduos hipertensos. Já as práticas de respiração rápida parecem levar a mudanças menos robustas e consistentes, havendo indícios de levar a aumento da frequência cardíaca. Gharote (2002), considera que os *Yoguis* associam a respiração com a entrada de outro

elemento vital e que está presente em todos os lugares, até mesmo, onde já não há mais vida. Tal elemento é o *Prana*, vista como a energia vital. A palavra *Pranayama* é comumente traduzida como “controle da respiração”, derivando das palavras *Prana* (energia vital) e *Yama* (controle).

Todavia, a palavra *Pranayamas* deriva de *Ayama* (extensão ou expansão), o que altera o seu significado para “extensão ou expansão da energia vital”. Durante a história do Yôga, as evoluções dos *Pranayamas* ocorreram em fases distintas, das quais, ainda segundo Gharote (2002), num primeiro momento era envolvido em uma cerimônia religiosa, na qual só fazia parte dos exercícios a *Kumbaka* (retenção de ar). Em um segundo momento era acompanhado de meditação, ainda fazendo parte de uma cerimônia religiosa.

Na terceira fase dos exercícios, já não é mais associado a nenhum ceremonial, tornando-se totalmente independente, então surge a ligação com os mantras (sons), como *Pravana* e *Om*, pronunciado “*aum*,” principal mantra do Yoga. Nessa fase surgiram a contagem de tempo durante os exercícios. Na quarta evolução os *Pranayamas* tornam-se uma parte independente, quando foi retirado a recitação do mantra.

O quinto estágio ocorreu durante o período do surgimento do *Hatha-yoga*, vertente privilegiada da *kumbaka* (retenção do ar), então, a partir desse momento, todas as outras variações de seus exercícios possuem um ritmo de contagem de tempo. Assim, os exercícios do *Pranayamas* se baseiam em quatro aspectos, tais como: *Pooraka* e *Recaka*, que significa inalação e exalação respectivamente, com mais ênfase no início da prática até que se tenha desenvolvido o *Antar* e *Bahir Kumbaka*, que significa retenção do ar e sem ar.

O *Antar* e o *Bahir* são as partes mais importante dentro dos exercícios de *Pranayamas*, porém, devem ser realizadas de maneira controlada, correta e gradual, para que sejam bem-sucedida. Desse modo, para que o praticante esteja apto a realizar os exercícios é necessário que o corpo consiga permanecer em uma posição confortável. Essa preparação está relacionada ao *Asanas* (postura), isso faz com que o corpo se adapte a uma postura confortável para a plena realização dos exercícios.

Novaes (2017), relata algumas técnicas que se realizada devidamente pode auxiliar em muitos aspectos do corpo, como por exemplo; a técnica *Ujjayi*, que deriva de *Ud* e *Ujjapi*, que significa audível e ruidosamente, em ordem. Consiste em inspirar pelas duas narinas, e após a apneia, realizar a expiração apenas pela narina esquerda. Essa técnica ajuda a reduzir a pressão alta, deixando o praticante com o efeito relaxante, sendo muito utilizada por pessoas que tem problemas de insônia.

Já a técnica Sitkari, onde a inspiração acontece pelas fendas dos dentes frontais, e a expiração pelas duas narinas, após a realização da apneia. É conhecida por ser uma respiração refrescante e é praticada nos dias quentes, além disso, reduz a ansiedade e acalma, por estimular o sistema nervoso parassimpático, consequentemente, reduzindo a pressão sanguínea.

Outra técnica interessante é a chamada de Plavini, em que o ar, além de ocupar um lugar nos pulmões, ocupa também uma parcela do estômago. É vista como a respiração que faz flutuar. Essas técnicas possuem variados lugares por onde são realizadas a Puraka e Recaka (inspiração e expiração), isso se deve porque o Nadis, caminho de circulação do Prana, a energia pelo corpo é ativada de diferentes maneiras quando se respira. Segundo Johari (1995, p. 37) “a narina direita (Pingala) está relacionada a ação, ao calor masculino, enquanto a narina direita (Ida) está relacionada ao relaxamento do frescor feminino”. Desse modo, essas técnicas podem ajudar as pessoas com ansiedade ao relaxamento, reduzindo a pressão sanguínea, dando uma sensação de bem-estar.

OS PRANAYAMAS E OS TRANSTORNOS DE ANSIEDADE

Nas últimas décadas a incidência de transtornos de ansiedade vem crescendo exponencialmente na população adulta em geral. Diversos distúrbios mentais, tais como depressão, transtorno de ansiedade, fobias, transtorno obsessivo-compulsivo e pânico, têm como sintomas em comum a ansiedade excessiva.

Em estudos publicado, em 2019, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil aparece como a população com maior percentual de pessoas ansiosas do mundo, com cerca de 9,3% de pessoas com esse problema. No total, são mais de 18,6 milhões de brasileiros diagnosticados com transtornos de ansiedade. O acompanhamento profissional e médico é essencial para que os transtornos de ansiedade sejam controlados e tratados.

No entanto, além do tratamento medicinal existem os terapêuticos como o Yôga, visto como uma ferramenta que pode ser utilizada no tratamento dessas condições psicológicas. Porém, a eficácia deste tratamento pode ser potencializada com a ajuda de terapias alternativas, e é exatamente desta forma que a prática do Yôga pode ajudar.

Em pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde em 2004, para elaboração da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PNPIC), 14,6% dos municípios e estados da federação já informaram naquele momento, utilizar a prática complementar, inserida, principalmente na Atenção Básica da Saúde da Família (BRASIL, 2018). O Yôga foi incorporada pela Portaria GM n.849 de 27 de março de 2017 à PNPIC, que instituiu a oferta de

medicinas tradicionais e complementares no sistema público de saúde no Sistema Único de Saúde (SUS).

De acordo com várias pesquisas domiciliar de nível nacional constatou-se um alto índice do uso de terapias complementares por pessoas que sofre de transtornos de ansiedade (UNUIZER, 2019). Outros levantamentos em diferentes países têm mostrado resultados semelhantes (KESSLER et al, 2021). Muitos autores afirmam que, embora haja uma grande variedade de abordagens terapêuticas disponíveis para o gerenciamento de transtornos mentais, atualmente as pessoas parecem preferir as chamadas terapias complementares (quando existe essa opção), devido aos efeitos adversos na medicação, da falta de resposta ou simplesmente por preferência ao Yôga, com o uso das técnicas do *Yogi* a respiração (pranayama).

Vorkapic e Rangé (2011), relatam uma pesquisa com a seguinte problematização: Qual a efetividade e segurança da yoga para o tratamento da ansiedade em adultos e idosos? O resultado demonstrou alguns resultados referentes à pesquisa. De acordo com os resultados os pacientes diagnosticados com transtornos depressivos tiveram melhorias de suas condições, após a prática de yoga, referentes as técnicas de *Yogi* (pranayama) relatados pela maior parte dos praticantes, inclusive com efeitos de grande magnitude no curto prazo.

Também foram observados efeitos positivos do Yôga na redução de sintomas de ansiedade e depressão em mulheres no período perinatal. Ainda nesta pesquisa foi observado alterações positivas e significativas em um grupo de mulheres estressadas, comparado a outros grupos, como consequência de um programa de Iyengar Yoga de três meses, que inclui exercícios de respiração, relaxamento e posturas. Detectaram que, a partir da terceira semanas de atividades indicaram melhorias significativas no grupo de yoga em comparação a outros grupos de terapias.

De acordo com Hermógenes (2020), que apresenta diversos exercícios de respiração e seus benefícios, ressalta que a prática dos *pranayamas*, o ritmado, o indivíduo terá efeitos terapêuticos, relacionados a tranquilização do sistema nervoso, do ritmo cardíaco e efeitos psíquicos, como a calma e o desenvolvimento da força de vontade. Ainda segundo o autor, também ressalta sobre os efeitos fisiológicos positivos, no sistema cardiovascular, endócrino e circulatório, tonificando o aparelho respiratório e melhorando o funcionamento de diversas órgãos e tecidos. Também foi observado efeitos psicológicos, como o desenvolvimento da autoconfiança e tranquilização da mente. Portanto, observa-se que o yoga dos *pranayamas* pode ser praticado tanto por pessoa doente e com limitações, quanto por pessoa saudável, se beneficiando nos aspectos respiratórios por meio dos *asanas* e *pranayamas*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os pranayamas se baseiam nos princípios de inspiração, retenção com ar, expiração e a retenção na ausência de ar, não possuem muita flexibilidade neste aspecto. Porém, essas técnicas podem ser adaptadas com diferentes implementos, para que possam ser praticadas de diversas formas. Assim, mesmo que a técnica seja a mesma, porém, as práticas podem ser diferentes, proporcionando um leque maior de possibilidades a serem desenvolvidas.

De acordo com os resultados das pesquisas foi verificado a eficácia do Yôga para ansiedade ou depressão em mulheres no período perinatal. Percebe-se que o uso dos pranayamas levou à redução mais acentuada dos níveis de depressão em mulheres em comparação aos grupos de controle, além de ter efeitos positivos em pessoas idosas e com limitações.

Portanto, o Yôga foi considerado uma intervenção não-farmacológica benéfica com um percentual de 63,9% em programas integrados do Yôga, os quais foram elencados como possivelmente mais efetivos que apenas exercícios baseados em Yôga, com um percentual de 60% para o manejo da depressão pré-natal.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Caio Alessandro de Técnicas de respiração do yoga para crianças / Caio Alessandro de Almeida. - Rio Claro, 2016.

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria n. 849, de 27 de março de 2017. Inclui a Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Dança Circular, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Quiropraxia, Reflexoterapia, Reiki, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa e Yoga à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementar

Brasil. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria no 849, de 27 de março de 2017 [Internet]. Brasil: Ministério da Saúde; 2017 [acesso em: 05 mai. 2024]. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt0849_28_03_2017

Brasil. Ministério da Saúde. Glossário temático: práticas integrativas e complementares em saúde [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; (2018) [acesso em: 03 05. 2024].

Brasil. Ministério da Saúde. Política nacional de práticas integrativas e complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso. 2a. ed. [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2019. Disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_praticas_integrativas_complementares_2a_ed.pdf.

COCCHIARA, R. A. et al. The use of Yoga to manage stress and burnout in healthcare workers: a systematic review. *J. Clin. Med.*, v. 8, n. 3, p. 284, 2019.

CARVALHO, A. P.; COSTA, A. F. *Circulação e Respiração*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Cultura Médica, 1979. 248 p.

GANDHI, S. et al. Effectiveness of caregivers' Yoga module on psychological distress and mental well-being among caregivers of patients admitted to neurological rehabilitation wards of a tertiary care institute, Bengaluru, Karnataka, India. *J. Neurosci. Rural Pract.*, v. 10, n. 4, p. 657-665, 2019.

GHAROTE, M.L. *Hathapradipica*. Of. Svalmarama. Lonavla, Lonavla, 2002.

HERMÓGENES. *Autoperfeição com hatha Yoga*. 66. ed. Rio de Janeiro: BestSeller, 2020.

JOHARI, H. *Chakras: centro energético de transformação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

NOVAES, Morgana Menezes. Impacto do treinamento respiratório do Yoga (Pranayama) sobre a ansiedade, afeto, discurso e imagem funcional, por ressonância magnética. Natal/UFRN, (2017).

PANTOJA, Patrícia Dias. CHIESA, Gustavo Ruiz. Yoga: um método-chave para cuidar de si e do outro. *Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, RJ, v.32 (3), e 320308, 2022.

SARASWATI, S. S. *Asana Pranayama Mudra Bandha*. New Delhi: Bihar School of Yoga, 1996.

VORKAPIC, Camila Ferreira. RANGÉ, Bernard. Os benefícios do yoga nos transtornos de ansiedade. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*. RJ (2011).

YOGA para tratamento de ansiedade ou depressão em adultos e idosos: revisão rápida. Relatório do Instituto de Saúde de São Paulo, SP, (2019).

IÔGA: UMA ABORDAGEM TERAPÊUTICA PARA CRIANÇAS COM ESPECTRO AUTISTA

EDER DO VALE PALHETA

GEORGETE PEREIRA SITUBA

DOI: 10.29327/5406697.1-2

IÔGA: UMA ABORDAGEM TERAPÊUTICA PARA CRIANÇAS COM ESPECTRO AUTISTA

Eder do Vale Palheta

Georgete Pereira Situba

RESUMO

Objetivo: realizar uma revisão sistemática, buscando compreender e explanar sobre o iôga como prática terapêutica na promoção do bem-estar de crianças espectro autista à luz de evidências científicas. **Método:** Revisão sistemática de literatura. busca foi realizada nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (Scielo), Pubmed, Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), sendo selecionadas publicações no período de 2010 a 2023. Utilizaram-se os descritores: iôga. Prática terapêutica. Espectro autista. **Resultados:** Verificou-se que o iôga vem sendo usada como uma das alternativas de tratamento para as pessoas com Transtorno do Espectro Autista, uma vez que se observa os benefícios no desenvolvimento e na qualidade de vida e nas práticas de exercícios físico, melhorando a socialização, interação e memória. **Conclusão:** constatou-se que a prática de iôga nos indivíduos com TEA provoca uma redução nos comportamentos agressivos e melhora no humor e nas relações sociais, facilitando assim a terapia e a confiança entre as partes, principalmente a relação com os pais e professores.

Palavras-chave: Iôga. Prática terapêutica. Espectro autista.

ABSTRACT

Objective: to carry out a systematic review, seeking to understand and explain Yoga as a therapeutic practice to promote the well-being of children on the autism spectrum in the light of scientific evidence. **Method:** Systematic literature review. The search was carried out in the Scientific Electronic Library Online (Scielo), Pubmed, and Virtual Health Library (VHL) databases, with publications from the period 2010 to 2023 being selected. The descriptors were used: Yoga. Therapeutic practice. Autism spectrum. **Results:** It was found that yoga has been used as one of the treatment alternatives for people with Autism Spectrum Disorder, since it has benefits in development and quality of life and in physical exercise practices, improving socialization, interaction and memory. **Conclusion:** it was found that the practice of yoga in individuals with ASD causes a reduction in aggressive behaviors and improvements in mood and **social** relationships, thus facilitating therapy and trust between the parties, especially the relationship with parents and teachers.

Keywords: Yoga. Therapeutic practice. Autism spectrum.

RESUMEN

Objetivo: realizar una revisión sistemática, buscando comprender y explicar el Yoga como una práctica terapéutica para promover el bienestar de los niños en el espectro del autismo a la luz de la evidencia científica. **Método:** Revisión sistemática de la literatura. La búsqueda se realizó en las bases de datos Biblioteca Científica Electrónica en Línea (Scielo), Pubmed y Biblioteca Virtual en Salud (BVS), seleccionándose publicaciones del período 2010 a 2023. Se utilizaron los descriptores: Yoga. Práctica terapéutica. Espectro autista. **Resultados:** Se encontró que el yoga ha sido utilizado como una de las alternativas de tratamiento para personas con Trastorno del Espectro Autista, ya que tiene beneficios en el desarrollo y calidad de vida y en las prácticas de ejercicio físico, mejorando la socialización, la interacción y la memoria. **Conclusión:** se encontró que la práctica de yoga en individuos con TEA provoca una reducción de conductas agresivas y mejoras en el estado de ánimo y las relaciones sociales, facilitando así la terapia y la confianza entre las partes, especialmente la relación con padres y profesores.

Palabras clave: Yoga. Práctica terapéutica. Espectro autista.

INTRODUÇÃO

Há mais de cinco mil anos a prática do iôga teve sua origem na Índia e encontra suas principais influências no hinduísmo e no budismo. Pode ser definido como um conjunto complexo de práticas que envolvem a espiritualidade e a moral, juntamente com o corpo, por meio de exercícios posturais (também conhecidos como *asanas*), exercícios respiratórios (*pranayamas*) e de meditação (Bernardi et al., 2020).

A palavra Iôga vem da língua sânscrita *yuj*, cujo significado vem da junção, união, integração, no qual consiste na unificação de si mesmo, ou seja, é o mais antigo e holístico sistema para colocar em forma o corpo e a mente (Garcia; Verde & Rodrigues 2017).

Sendo assim, atualmente, a prática do iôga é amplamente conhecida e utilizada no ocidente, com diversas ramificações e metodologias de aplicação, cuja ferramenta de treinamento de autorregulação, vem se tornando popular, ao longo do tempo, em intervenções com crianças autistas (Razza et al., 2015; Wolff & Stapp, 2019), assim como no tratamento de transtornos de ansiedade (Vorkapic & Rangé, 2011) e do pânico (Vorkapic, 2012).

Já o Transtorno do Espectro Autista (TEA), por sua vez, recebe a denominação pela Associação Americana de Psiquiatria – APA (2014), como um transtorno do neurodesenvolvimento. E, ainda, Araújo; Veras e Varela (2019, p. 3) corroboram ao conceituar que “é um transtorno do neurodesenvolvimento, marcado por comprometimentos nas habilidades de comunicação social e pela presença de padrões de comportamentos estereotipados, repetitivos e restritos”.

Ademais, nessa condição, há um prejuízo na interação social, alterações da comunicação e padrões limitados ou estereotipados de comportamentos e interesses. Logo, há o comprometimento persistente em diversos contextos, e por padrões de comportamentos restritos e repetitivos, sendo classificado quanto ao nível de necessidade de suporte, de um a três, em ordem crescente de comprometimento comportamental (APA, 2014).

Entretanto, há uma variação de sintomas do autismo, mas sabe-se que não tem cura, porém, existem tratamentos e métodos terapêuticos para reduzir os sintomas e déficits apresentados, ressaltando ainda ser eficaz para uns e menos para outros, considerando o grau do autismo (Viana et al., 2021; Onzi & Gomes, 2015).

Desse modo, a prática do iôga como método terapêutico apresenta resultados em curto prazo, promovendo o bem-estar e a calma do praticante no qual tem fins a disciplina mental e sua autotransformação (Darwick & Costa, 2022; Moraes & Balga, 2017), trazendo benefícios a melhoria comportamental como o rendimento intelectual, memória, percepção, humor e a diminuição da agressividade, raiva e ansiedade (Baptista & Dantas, 2012).

Aliado a isso, é importante citar que a inserção do iôga no âmbito escolar também pode trazer benefícios para o desenvolvimento das crianças com TEA e contribuir para a redução do peso, o aumento da autoestima e a melhoria dos estados emocionais (Corrêa, 2016; Aguiar, 2019).

Mediante o contexto, questiona-se: de que forma a prática do iôga como método terapêutico promove o bem-estar de crianças espectro autista?

E para responder ao questionamento, o objetivo é realizar uma revisão sistemática, buscando compreender e explanar sobre o iôga como prática terapêutica na promoção do bem-estar de crianças espectro autista à luz de evidências científicas.

MÉTODO

Trata-se de uma revisão sistemática de caráter descritivo, que é considerada um método que conduz ao conhecimento de uma forma mais condensada e agrega-se na finalidade da obtenção de resultados significativos aos profissionais quanto a temática na prática da atenção em saúde (Minayo, 2014).

Para a realização da pesquisa, desenvolveram-se as seguintes etapas metodológicas: 1) Formulação da questão de pesquisa; 2) Busca nas bases de dados da literatura e critérios de inclusão e exclusão; 3) Coleta de dados; 4) Análise das evidências, integralização dos dados; 5) Síntese e discussão dos dados; 6) apresentação da revisão sistemática (Minayo, 2014).

A busca foi realizada, por assunto, com termos/descritores indexados no Medical Subject Headings (MESH) e Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) “Yoga”, “Therapeutic practice” e “Autism spectrum”, com abordagem ao tema central do estudo com seus conteúdos disponíveis online e gratuitamente.

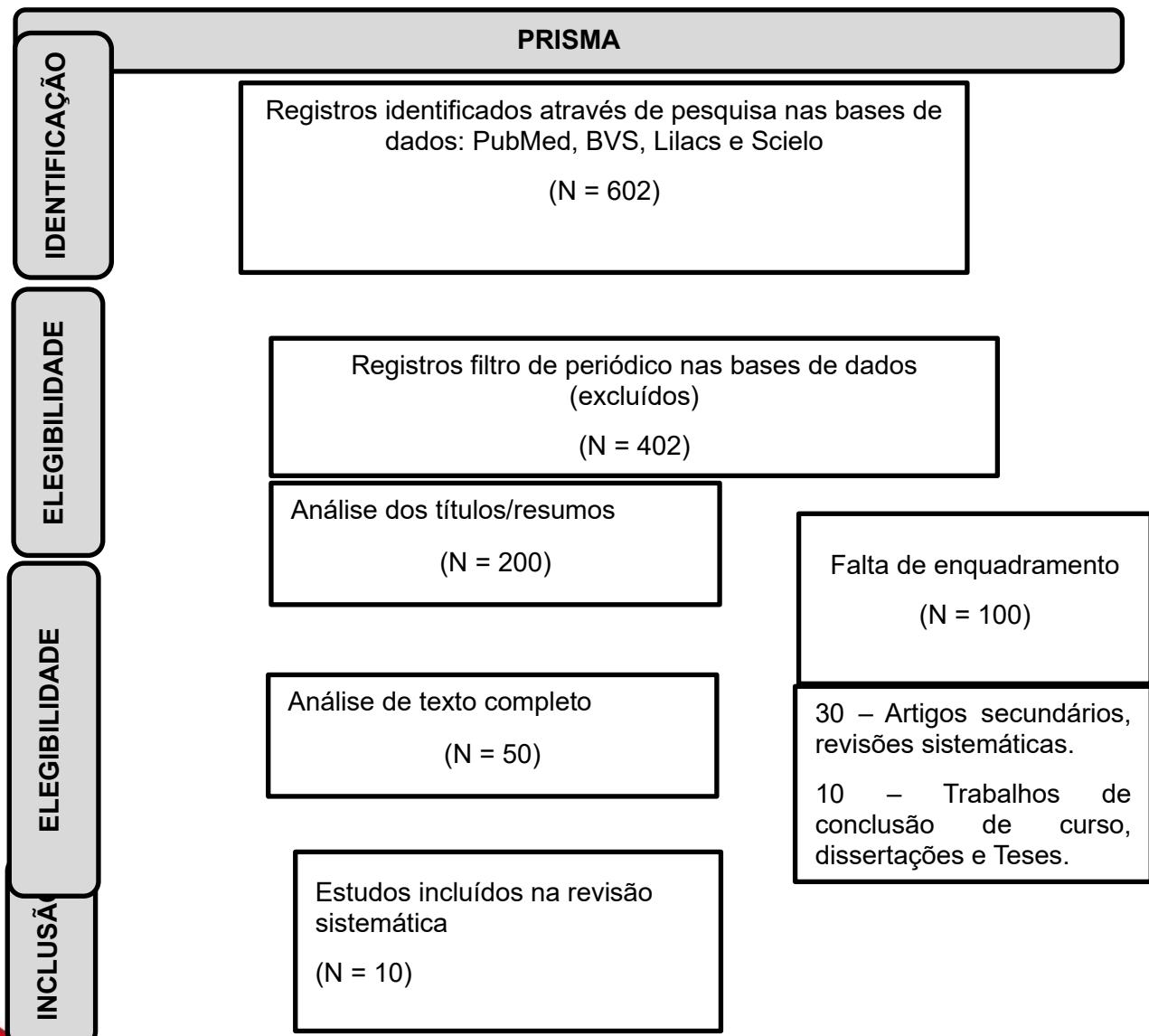
Foram usados os Portais de Periódicos da BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), Pubmed e Scielo (*Scientific Electronic Library Online*), selecionando “Pesquisa Avançada” (*Advanced Search*). A coleta de dados foi realizada no mês de março de 2024 com a leituras dos artigos escolhidos e documentos normativos, classificados os principais aspectos da hanseníase indeterminada.

Foram utilizados como critérios de inclusão, artigos científicos originais que abordassem a temática, publicados em língua portuguesa e inglesa, no período de 2010 a 2023, trabalhos de conclusão de curso, tendo como critério de exclusão, materiais de jornais, *sites*, livros ou capítulos de livros, artigos publicados em período anterior a 2010, artigos disponíveis de forma incompleta com acesso restrito ou mediante pagamento.

A análise dos dados foi realizada após o levantamento dos artigos, com a leitura e filtro dos assuntos extraíndo das publicações os pontos mais relevantes ao tema, onde se iniciou o processo reflexivo para a efetivação do trabalho, visto que uma das principais particularidades desse tipo de trabalho encontra-se em descrever os acontecimentos observados, os eventos por meio da análise e interpretação de dados, sem interferência do pesquisador (Marconi & Lakatos, 2014).

A extração de dados se deu primeiramente por uma avaliação dos títulos dos artigos, a fim de verificar a relação com a temática, onde em seguida os resumos dos estudos foram analisados para se averiguar seus objetivos e metodologia, sendo por fim, o restante dos artigos apurados nos conformes dos critérios de inclusão e exclusão através de toda sua leitura e análise integralmente, como descritos no fluxograma abaixo (Figura 1).

Figura 1: Fluxograma do processo de seleção dos estudos segundo o método PRISMA.



Fonte: Autor, 2024

Usando as palavras chave nas plataformas digitais de pesquisa foi encontrado 602 estudos. Destes foram retirados 402 por não atenderem os critérios de inclusão, envolvendo outras modalidades que não fazem parte da pesquisa. Restaram 200 produções, onde por falta de enquadramento, restaram 100. Após análise de textos completos, restaram 30 artigos e 10 trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses. Por meio da análise de títulos e resumos, foram encontrados 10 artigos que seguiram os critérios pré estabelecidos, sendo encontrados 290 produções no Scielo, 190 no Pubmed e 120 na BVS, compondo assim, um total de 602 artigos.

RESULTADOS

Os resultados foram baseados na coleta de dados de 10 artigos selecionados seguindo o critério de inclusão, quanto ao percentual utilizados neste estudo, na linguagem em inglês e português, sendo possível visualizar as principais informações dos estudos selecionados abaixo (Tabela 1).

Tabela 1 - Resumo dos estudos selecionados entre 2010 a 2023

Autor/Ano	Periódico	Título	Objetivos	Resultados
Viana et al 2021	Research, Society and Development	O uso da yoga como método terapêutico em pessoas com transtorno do espectro autista: Uma revisão integrativa	Identificar como está sendo abordado na literatura científica o uso da yoga como método terapêutico em pessoas com Transtorno do Espectro Autista	o uso da yoga como tratamento em indivíduos com TEA ainda é um assunto que requer estudos em muitos países. Ademais, a prática de yoga em pessoas com esse transtorno contribuiu de forma significativa no bem-estar pessoal e social.
Darwick e Costa 2022	Psicologia USP,	Yoga com histórias para crianças com transtorno do espectro autista: regulação emocional mediada pela internet	Avaliar possíveis relações entre contação de histórias associadas a exercícios de yoga e autorregulação de crianças com transtorno do espectro autista.	O estudo demonstrou gerar efeitos positivos no comportamento das crianças e nas relações interpessoais estabelecidas.

Bernardi et al. 2021	Interface	Yoga: um diálogo com a Saúde Coletiva	Analizar a repercussão do yoga em algumas de suas implicações como prática de saúde na racionalidade ocidental	A apropriação do yoga pela cultura ocidental implica a compreensão do sistema capitalista sobre o modo de produzir saúde nas sociedades contemporâneas e no aprofundamento das discussões acerca de seus benefícios filosóficos e práticos na Saúde Coletiva
Razza et al. 2015	J. Criança fam Stud	Melhorando a autorregulação de crianças em idade pré-escolar por meio do Yoga Consciente	Avaliar a eficácia de uma intervenção de yoga baseada na atenção plena na promoção da autorregulação entre crianças pré-escolares (3–5 anos de idade).	Efeitos significativos da intervenção em todos os três índices de autorregulação.
Garcia, Verde e Rodrigues 2020	REH- Revista Educação e Humanidades	A influência do yoga no ambiente escolar	Investigar as influências do yoga em relação ao comportamento dos alunos de uma escola pública municipal de Manaus.,	A prática do yoga trouxe influências positivas aos praticantes, deixando os alunos mais calmos, mais atentos, mais concentrados, menos agitados e com o interesse de sempre continuar praticando.
Corrêa 2016	Cadernos PDE	Yoga na educação: uma abordagem interdisciplinar na escola em busca do desenvolvimento humano	Analizar a prática do Yoga nas escolas, como mais uma ferramenta para complementar e enriquecer a busca pelo desenvolvimento humano, pois trabalha de forma integral nas suas múltiplas dimensões, física, mental, energética e social.	É imprescindível que a escola se responsabilize no processo formativo, cotidianamente, afim de garantir um ambiente de cooperação, em que o valor humano, o respeito, a dignidade e a integridade marquem as relações. Essa conquista pode se dar por meio da prática do Yoga.
Baptista e Dantas 2012	Fitness & Performance Journal	Yoga no controle de stress	investigar as diversas causas e efeitos variados do stress nos aspectos mental, emocional e físico do ser humano	Quando a atividade física for complementada com o Yoga, se tornará mais eficaz o tratamento e a prevenção do stress, promovendo melhor o bem-estar psicoenergético e a melhora da qualidade de vida sob os aspectos físico, emocional, intelectual, social e espiritual.

Vorkapic e Rangé 2011	Revista Brasileira de Terapias Cognitivas	Os benefícios do yoga nos transtornos de ansiedade	Discutir o uso de yoga como intervenção para o tratamento de transtornos de ansiedade com base nos resultados de grandes estudos controlados	O yoga parece ser uma intervenção consistente, bem-sucedida e com boa relação custo-benefício no tratamento dos transtornos de ansiedade
Aguiar 2019	Rev Panam Salud Publica	O corpo e o Yoga: reflexões fenomenológicas e implicações para a Educação Física.	Compreender a construção do corpo de yogis do Núcleo de Yoga Professor Hermógenes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com vista a identificar as contribuições para a Educação Física	Contribui para área da Educação Física por emergir um novo olhar sobre essa prática corporal, apresentando resultados da importância do yoga para o seu praticante em virtude de ampliar o olhar do yogi para a compreensão de quem se é, transmutando a percepção que valoriza o ser, as relações, os significados e os símbolos das vivências realizadas no contexto investigado.
Wolff et al. 2019	SAGE Journ.	Investigating Early Childhood Teachers' Perceptions of a Preschool Yoga Program	investigar as percepções dos professores sobre yoga em um ambiente escolar.	O estudo revelou que os benefícios do yoga são o aumento do desenvolvimento físico, da autorregulação e das habilidades socioemocionais, juntamente com benefícios comportamentais e cognitivos na sala de aula.

Fonte: Autor/2024

DISCUSSÃO

A prática do iôga vem sendo usada como uma das alternativas de tratamento para as pessoas com Transtorno do Espectro Autista, no qual foi possível observar os benefícios no desenvolvimento dos sistemas nervoso, digestório e nas práticas de exercícios físico, melhorando as habilidades motoras finas e grossas, receptivas verbais, socialização, interação e memória (Viana et al. 2021).

Além disso, o estudo de Darwick e Costa (2022), revelou que o procedimento em discussão, é uma ferramenta útil de manejo comportamental que favorece a aproximação entre a criança e adultos de modos significativos, pois a inserção de atividades de contação de

histórias e de iôga na rotina da criança enquanto estratégia de regulação emocional, evidencia benefícios para todos os envolvidos.

Esta afirmação é defendida por Bernardi et al., (2012), quando menciona que usufruir do yoga conduz o desenvolvimento dos indivíduos em todos os sentidos da personalidade humana, permitindo-lhes o autoconhecimento e a aproximação do que lhes é essencial. Isto porque os torna mais críticos e autônomos na busca de seu bem-estar, na melhoria de suas vidas e na construção de uma sociedade mais saudável e consciente.

Os estudos de Razza et al., (2013); Garcia, Verde e Rodrigues (2020), Corrêa (2016) e Wolff et al. (2019) mostraram os benefícios e a eficácia do yoga com efeitos significativos da intervenção de crianças com TEA no contexto escolar e no controle da ansiedade, ou seja, apoia o uso da mente prática baseada na plenitude com crianças pequenas e sugerem que professores familiarizados com mindfulness e ioga promovam a autorregulação em sala de aula, a implementação de estratégias que se ajustem às suas práticas existentes. Cabe destacar que Corrêa (2016), apresenta em seu estudo algumas atividades como Shvanásana (postura do cachorro baixo), Matsyásana (postura do peixe), Marjaryásana (postura do gato) e Bhujangásana (postura da cobra), que, aplicadas, proporcionam ao educando, calma, socialização e atenção, além de agradável, relaxante, divertida, calmante e aventureira Wolff et al. (2019).

A pesquisa de Aguiar (2019) identifica e discute as contribuições da Educação Física na utilização do yoga na promoção da saúde a fim de viabilizar aos seus praticantes uma compreensão de saúde e corpo, sendo a integralidade do sujeito com o mundo vivido e a busca da essência oportunas na reconstrução dos saberes relacionados à saúde e ao corpo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das informações sintetizadas neste artigo de revisão sistemática, os achados permitem reafirmar sobre a importância do ioga, a qual vem sendo usada como uma das alternativas de tratamento para as pessoas com Transtorno do Espectro Autista, uma vez que se observa os benefícios no desenvolvimento e qualidade de vida e nas práticas de exercícios físico, melhorando a socialização, interação e memória.

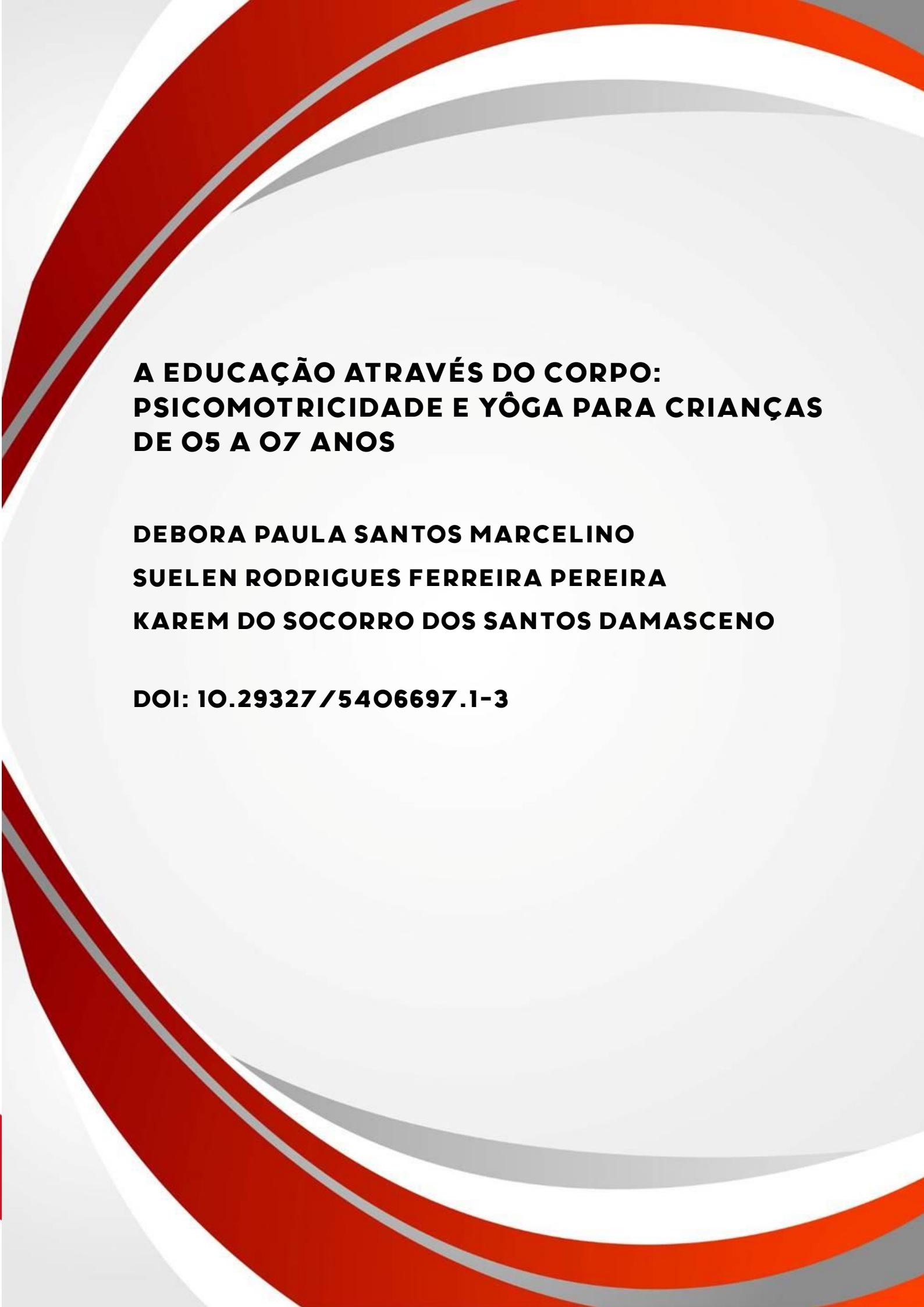
Portanto, constatou-se que a prática de ioga nos indivíduos com TEA provoca uma redução nos comportamentos agressivos e melhora no humor e nas relações sociais, facilitando assim a terapia e a confiança entre as partes, principalmente a relação com os pais e professores.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, M. O. **O corpo e o Yoga**: reflexões fenomenológicas e implicações para a Educação, 2019. 161f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.
- ARAÚJO, Jeane A. M. R.; VERAS, André B.; VARELLA, André A. B. Breves Considerações Sobre a Atenção à Pessoa com Transtorno do Espectro Autista na Rede Pública de Saúde. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 11, n. 1, jan./abr. 2019, p. 89-98.
- ASSOCIAÇÃO DE PSIQUIATRIA AMERICANA. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. 4 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2014.
- BAPTISTA, M. R.; DANTAS, E. H. M. Yoga no controle do stress. **Fitness & Performance Journal**, 1(1), 12-20, 2012.
- BERNARDI, M. L. D., AMORIM, M. H. C., SALAROLI, L. B., & ZANDONADE, E. Yoga: um diálogo com a saúde coletiva. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, 25, e200511, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.200511>. Acesso em 29 mar 2024.
- CORRÊA, I. M. **Yoga na educação**: uma abordagem interdisciplinar na escola em busca do desenvolvimento humano. Curitiba, PR: Universidade Federal do Paraná, 2016. v. 2
- DARWICH, R. A.; COSTA, Y.S.K. Yoga com histórias para crianças com transtorno do espectro autista: regulação emocional mediada pela internet. **Psicologia USP**, v. 33, e21013, 2022.
- GARCIA, M.N.; VERDE, E. J. S. R. C.; RODRIGUES, G. C. A influência do yoga no ambiente escolar, **REH- Revista Educação e Humanidades**, v. I, n. 2, jul-dez, 2020, p. 347-361.
- MARCONI, M.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2014.
- MORAES, F. O.; BALGA, R. S. M. A yoga no ambiente escolar como estratégia de mudança no comportamento dos alunos. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, 6(3), p.59-65, 2017.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 407 p, 2014.
- ONZI, F. Z.; GOMES, R. F. Transtorno do Espectro Autista: a importância do diagnóstico e reabilitação. **Revista Caderno Pedagógico**, 12(3), 188-199, 2015.
- RAZZA, R. A., BERGEN-CICO, D., & RAYMOND, K. Enhancing preschoolers' self-regulation via mindful yoga. **Journal of Child and Family Studies**, 24(2), 372-385, 2015. Disponível em: <https://10.1007/s10826-013-9847-6>. Acesso em 1abr. 2024.
- VIANA, MLS. Et al. O uso da yoga como método terapêutico em pessoas com transtorno do espectro autista. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 5, e21010514449, 2021.
- VORKAPIC, C. F. O efeito do yoga na redução da sintomatologia de pacientes com transtorno de pânico. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, 7(1), 61, 2012. Disponível em: [https://doi.org/10.5712/rbmfc7\(1\)608](https://doi.org/10.5712/rbmfc7(1)608). Acesso em 29 mar 2024

VORKAPIC, C. F., & RANGÉ, B. Os benefícios do yoga nos transtornos de ansiedade. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, 7(1), 50-54, 2011. doi: 10.5935/1808-5687.20110009. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/1808-5687.20110009>. Acesso em 29 mar 2024

WOLFF, K.; STAPP, A. Investigating early childhood teachers' perceptions of a preschool yoga program. **SAGE Open**, 9(1), 1-9, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2158244018821758>. Acesso em 29 mar 2024



A EDUCAÇÃO ATRAVÉS DO CORPO: PSICOMOTRICIDADE E YÔGA PARA CRIANÇAS DE 05 A 07 ANOS

**DEBORA PAULA SANTOS MARCELINO
SUELEN RODRIGUES FERREIRA PEREIRA
KAREM DO SOCORRO DOS SANTOS DAMASCENO**

DOI: 10.29327/5406697.1-3

A EDUCAÇÃO ATRAVÉS DO CORPO: PSICOMOTRICIDADE E YÔGA PARA CRIANÇAS DE 05 A 07 ANOS

Debora Paula Santos Marcelino

Suelen Rodrigues Ferreira Pereira

Karem do Socorro dos Santos Damasceno

RESUMO

Através de uma revisão bibliográfica, a pesquisa apresenta a Psicomotricidade e o Yôga como instrumentos pedagógicos que promovem a educação através do corpo, crianças a partir de 05 anos, podem e devem praticar Yôga em ambientes escolares e não escolares. Trata-se especificamente das técnicas do Yôga e sua relação com a psicomotricidade, e como os estudos destas duas áreas se auxiliam no promover da educação para crianças, no sentido de se tornarem seres melhores, já que os estudos comprovam que as técnicas trazem bem-estar, melhora a capacidade de concentração, reduz o stress e o aumento das habilidades para lidar com as emoções.

Palavras-chave: Psicomotricidade 1. Yoga 2. Benefícios 3. Crianças 4.

ABSTRACT

Through a bibliographic review, the research presents Psychomotricity and Yôga as pedagogical instruments that promote education through the body. Children from 5 years of age can and should practice yoga in school and non-school environments. It is specifically about Yôga techniques and their relationship with psychomotricity and how the studies of these two areas help to promote education for children in order to become better beings, as studies prove that the techniques bring well-being, improves the ability to concentrate, reduces stress and increases abilities to deal with emotions.

Keywords: Psychomotricity 1 Yoga 2. Benefits 3. Childs 4.

RESUMEN

A través de una revisión bibliográfica, una investigación presenta la Psicomotricidad y el Yôga como instrumentos pedagógicos que promueven la educación a través del cuerpo, las niñas desde 05 años pueden y deben practicar Yôga en ambientes escolares y no escolares. Trata-se especificamente das técnicas do Yôga e sua relação com a psicomotricidade e como os estudos destas dos áreas se auxiliam no promover da educação para niños no sentido de se tornarem seres mejores, já que os estudos comprovam que as técnicas trazem bem-estar, Me-jore la capacidad de concentración, reduzca el estrés y aumente las habilidades para lidiar con las emociones.

Palavras-chave: Psicomotricidade 1. Yoga 2. Benefícios 3. Criança 4.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem a finalidade de apresentar de maneira clara e objetiva os estudos da psicomotricidade como instrumento pedagógico que auxilia de maneira significativa na prática do Yôga para crianças, através do corpo em movimento, a pretensão aqui é apresentar como tais modalidades conversam e juntas buscam beneficiar o processo de aprendizagem da criança em diferentes aspectos.

Psicomotricidade e o Yôga na apresentação deste artigo tentam trazer a possibilidade de compreensão destes conceitos e procurar destacar os benefícios de se praticar Yôga na infância.

“A Psicomotricidade baseia-se em uma concepção unificada da pessoa, que inclui as interações cognitivas, sensoriomotoras e psíquicas na compreensão das capacidades de ser e de se expressar-se, a partir do movimento, em um contexto psicossocial. Ela se constitui por um conjunto de conhecimentos psicológicos, fisiológicos, antropológicos e relacionais que permitem, utilizando o corpo como mediador, abordar o ato motor humano com o intento de favorecer a integração deste sujeito consigo e com o mundo dos objetos e outros sujeitos.” (Costa, 2002)

Dessa forma, a prática do Yôga pode contribuir corporalmente no desenvolvimento das crianças no ambiente escolar mentalmente e fisicamente, estudos comprovam que o Yôga contribui com a aquisição de conhecimento e consciência corporal. É uma ferramenta de como conseguir a melhora de funções psicomotoras.

O movimento corporal permite que a criança explore o mundo exterior, por isso a necessidade dos estímulos da psicomotricidade, nesse sentido, o papel do professor ou instrutor das práticas de Yôga é de proporcionar uma linguagem dinâmica, lúdica e afetiva que incentive o brincar e a possibilidade de comunicação através da linguagem corporal, o que é uma das maneiras de interagir com os seus iguais.

METODO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que se utilizou na perspectiva de análise de literatura (Lakatos; Marconi, 2011), pois a pesquisa objetivou a revisão narrativa da temática e a construção de um material adequado para apresentar os benefícios do Yôga para crianças em ambientes escolares e não escolar, para alcançar os objetivos, foram revisados artigos da área acadêmica, além de consultas em sites que auxiliassem para o desenvolvimento deste trabalho, essa busca se deu desde de fevereiro a maio de 2024. Utilizaram-se os seguintes descritores para busca: Yôga, benefícios do Yôga, Psicomotricidade para crianças, Importância do Yôga.

DESENVOLVIMENTO

REFERENCIAL TEÓRICO

UM BREVE CONCEITO DA PSICOMOTRICIDADE

Historicamente a psicomotricidade aparece com o discurso médico em primeiro lugar, por neurologistas principalmente por necessidade de compreensão das estruturas cerebrais, e posteriormente por psiquiatras, para a classificação de fatores patológicos. Os estudos iniciais relacionados à psicomotricidade surgiram no início do século XIX, no qual sua história é solidária à história do corpo, que no decorrer das descobertas da neurofisiologia, começam a constatar que há diferentes disfunções graves sem que o cérebro esteja lesionado ou sem que a lesão esteja localizada claramente.

A psicomotricidade é uma área do conhecimento que estuda os movimentos do corpo humano e sua influência nos aspectos intelectuais, neurológicos e emocionais, integrado em funções das experiências vividas, neste aspecto sendo indispensável a educação psicomotora na infância.

Os estudos da psicomotricidade são enfatizados e iniciados na escola primária. Eles condicionam todos os aprendizados pré-escolares e escolares; levam a criança a tomar consciência de seu corpo, da lateralidade, a situar-se no espaço, a dominar o tempo, a adquirir habilmente a coordenação de seus gestos e movimentos, ao mesmo tempo em que desenvolvem a inteligência. Devem ser praticados desde a mais tenra idade, conduzidos com perseverança, permitem prevenir inadaptações, difíceis de corrigir quando já estruturadas. (LE BOULCH, 1984, p. 24)

A criança deve viver o seu corpo através de uma motricidade não condicionada, em que os grandes grupos musculares participem e preparem os pequenos músculos, responsáveis por tarefas mais precisas e ajustadas. Antes de pegar num lápis, a criança já deve ter, em termos históricos, uma grande utilização da sua mão em contato com inúmeros objetos. (Fonseca, 1993, p. 89)

Assim faz-se necessário descrever as áreas que a psicomotricidade desenvolve nesse processo de intervenção educativa, reeducativa e terapêutica em diversas estruturas, bem como na saúde mental, e saúde física, entre tantas outras áreas que se pode aplicá-la para o melhor desenvolvimento do indivíduo, estes saberes relacionados à psicomotricidade estão divididos em áreas do desenvolvimento motor, a saber: Estruturação Espaço Temporal é a integração de duas modalidades sensoriais (visual e auditiva); Praxia Global são os movimentos de forma integral de todo o corpo (correr, pular, andar, saltar e etc...); Praxia Distal integra todas as competências psiconeurológicas e comprehende a micromotricidade ligado aos movimentos manuais com velocidade e precisão; Lateralização é o reconhecimento de direita e esquerda; Noção de corpo está relacionado em duas áreas: esquema corporal (reconhecimento das partes do corpo), e imagem corporal (aspectos emocionais); Equilibração se refere a área da

movimentação voluntaria, é o controle postural; Tonicidade é a atividade dos músculos, o tônus muscular é o que assegura a preparação da musculatura.

Por tanto, a psicomotricidade é um termo empregado para uma concepção de movimento organizado e integrado, em função das experiencias vividas pelo sujeito cuja ação é resultante de sua individualidade, sua linguagem e sua socialização (Associação Brasileira de Psicomotricidade).

“Em razão de seu próprio objeto de estudo, isto é, o indivíduo humano e suas relações com o corpo, a Psicomotricidade é uma ciência encruzilhada... que utiliza as aquisições de numerosas ciências constituídas (biologia, psicologia, psicanálise, sociologia, linguística...). Em sua prática empenha-se em deslocar a problemática cartesiana e reformular as relações entre alma e corpo: O homem é seu corpo e NÃO - O homem e seu corpo”. (Jean-Claude Coste, 1981)

A EDUCAÇÃO ATRAVÉS DO CORPO: YÔGA E PSICOMOTRICIDADE PARA CRIANÇAS E SEUS RESPECTIVOS BENEFÍCIOS

A palavra Yôga deriva do sânscrito “Yuj”, que significa “unir ou integrar”, isto é, significa a união do homem com sua natureza superior e interior, união de intelecto, corpo e emoções (Rocha, 2014)

Yôga é um conjunto de conhecimentos de mais de 5.000 anos, uma prática que tem sua estruturação em técnicas como: comportamento disciplinado, autopurificação, posturas corporais, controle da respiração, controle dos sentidos, concentração da mente e tudo isso de maneira organizada e planejada.

Yôga para crianças é uma forma de educação integral, utiliza uma linguagem lúdica e ainda uma linguagem corpórea – sensorial como suporte para uma aprendizagem sobre si, as posturas desenvolvem o intelecto e os sentimentos, e os nyamas e yamas, princípios éticos como a não violência, o cultivo da verdade e da alegria que falam a alma da criança (MARTINS, 2011).

Disto isso, percebe-se que o quanto importante é ter tais conhecimentos como atividade diária no cotidiano da criança, tanto em ambientes escolares e não escolares, se faz necessário que haja um olhar mais atento para esta educação que assume um papel social no processo de ensino e aprendizagem dos pequenos, pois olhando para o ser individualmente e não deixando também de considerar seu papel na sociedade.

“Na educação infantil que se deve iniciar a prática do Yôga, pois de acordo com o Plano Nacional de Educação é na educação infantil que a criança estabelece as bases da personalidade humana, da socialização e da vida emocional” (SILVA, 2013).

Os benefícios da prática do Yôga para as crianças, tanto em ambientes escolares, como não escolares, estimula a coordenação motora, a consciência corporal, o desenvolvimento emocional, a concentração e criatividade, pois é neste período que a criança apresenta grande significância, pois ocorrem diversas descobertas movidas pela curiosidade infantil (LIMA, 2002).

A criança deve ser estimulada de forma adequada, pode adquirir diversos ganhos no processo de desenvolvimento, sendo que a inclusão de espaços e atividades de estimulação corporal pode auxiliar neste sentido (Silva; Lacordia, 2016). O desenvolvimento da psicomotricidade através das práticas do Yôga traz uma integração do corpo, cognitivo e emoções, e a criança é um ser que está em constante aprendizado, brinca, interage, vivencia papéis, estabelece relação consigo e com o seu entorno, e é nesse sentido que o Yôga traz, dentro das atividades, o desenvolvimento motor, se referindo ao trabalho das habilidades básicas como correr, pular, manipular os objetivos.

Em sequência têm a noção espaço é tempo por meio físicos e sensoriais, tendo um direcionamento de distância, velocidade e duração. Expressão corporal e emocional, gestos, posturas, linguagem do corpo, comunicação e compreensão verbal e não verbal, coordenação e equilíbrio, trazendo-as para dentro da segurança das atividades de escrever, brincar, pular, vestir-se, tomar água e se alimentar. Integração sensorial = Como visão, audição, tato e a coordenação entre movimento e a realização, seja ela de caminhar, saltar ou ficar de cabeça para baixo. O Desenvolvimento cognitivo e social é de fundamental importância para o conhecimento, desenvolver suas capacidades intelectuais e emocionais. Isto é a linguagem, pensamentos, memória, raciocínio, capacidade de compreensão e percepções. Como as práticas e atividades do Yôga podemos incluir jogos trabalhando a questão motora e a socialização com o coleguinha, brincadeira ao ar livre e passeios, desenhos e pinturas, que são expressões corporais, promovendo uma abordagem saudável e equilibrada em várias áreas da vida da criança. Trabalhando e tratando o ser humano como um todo. Ser integral corpo - mente - espírito através de todas as dimensões (pensamentos e sentimentos).

Desse modo, Yôga e Psicomotricidades, como ferramenta pedagógica vem desenvolvendo e contribuindo com o autoconhecimento e aprimorando o seu processo de aprender, viabilizando vivências extraordinárias através do brincar e jogos que possibilita na

criança menos ansiedade, menos stress, ajudando a criança em seu processo de apreender por meio do lúdico reforçando na criança a evolução do cognitivo, do social e do emocional.

À vista disso, o autor afirma que a ludicidade é uma prática pedagógica facilitadora do ensino na alfabetização é por meio da atividade lúdica que a criança seleciona ideias, estabelece relações lógicas, socializa e faz da aprendizagem um prazer. A criança estabelece relações cognitivas com as experiências vivenciadas, bem como relacioná-las as demais produções culturais e simbólicas conforme procedimentos metodológicos compatíveis (TRISTÃO, 2010).

O Yôga como uma prática lúdica, que desenvolve a criança fisicamente, melhora a flexibilidade corporal, o equilíbrio, a coordenação motora, além de contribuir com o melhor gerenciamento de suas emoções.

O Yôga passa a mensagem das vantagens de progresso calmo e consciente. As crianças são naturalmente ativas e excitáveis e o Yôga não pretende eliminar estes dois aspectos, pois fazem parte do seu crescimento e conseguem, pois, seus benefícios como a construção de consciência corporal, coordenação motora, diminuição da ansiedade, aumento da autoestima e autoconfiança, foco, concentração, flexibilidade, motivação de fazer o bem, compaixão ao próximo, relaxamento emocional e físico, etc...

De acordo com Martins e Cunha (2011), as vivências da Yôga trazem aprendizados sobre si mesmo, possibilitando o desenvolvimento da flexibilidade, equilíbrio, força, consciência corporal, concentração e autoconfiança.

Os exercícios procuram mostrar à criança que ela é capaz de ampliar seu conhecimento, lhe dando mais confiança. As aulas práticas são feitas através de uma metodologia lúdica e criativa, que contribui para o despertar do estado natural da criança, ou seja, de descontração, espontaneidade, vitalidade e flexibilidade, explorando o potencial da criança para o seu desenvolvimento psicomotor no ambiente escolar (SANTOS, 2013).

Segundo Sato (2019), há evidências científicas também de que a prática regular da Yôga traz ao aluno flexibilidade corporal, podendo curar doenças psicossomáticas, gera fortalecimento muscular, aumento da vitalidade, elimina ou diminui o estresse físico e mental, reduz doenças cardiovasculares, ajuda no emagrecimento, na força mental, no aumento da memória e na felicidade da vida cotidiana.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O objetivo do presente estudo teve como finalidade relatar a relevância da prática do Yôga e da Psicomotricidade como instrumentos pedagógicos que contribuem com o processo

de ensino e aprendizagem da criança, de 5 a 7 anos, de forma lúdica na educação infantil, mostrando que é possível acrescentar o yoga no cotidiano infantil, ambas as vertentes: Yôga e psicomotricidade trabalham juntos para promover a educação das crianças no que se refere o autoconhecimento e autocuidado, equilíbrio, postura e tantas outras vantagens que foram descritas e percebidas nitidamente, onde os autores defendem a prática do Yôga como uma maneira maravilhosa de ajudar as crianças a se conhecerem e aprenderem a gerenciar seu próprio conflitos, se tornando um ser melhor para si e para o outro, pois é na meditação que a mente está atenta para o foco e concentração.

Na educação de hoje encontramos diversas dificuldades, a ansiedade, o estresse, os horários extensos e atividades, o ruído, o cansaço, o nervosismo antes dos exames, que acabam refletidos nas crianças e nos professores, o Yôga nos dá meios que nos ajudam a renovar as energias, melhorar nosso foco, amenizar as tensões físicas e mentais e gerar um melhor ambiente para trabalhar em sala de aula (ARENAZA, 2003 apud PINHO, 2020).

Certamente depende de muitos fatores, porém, os artigos analisados mostram que problemas como estresse, ansiedade, dificuldades de aprendizagem, podem ser amenizados por práticas mentais e corporais, que redirecionam a atenção para o corpo melhorando a concentração, trazendo autocontrole e fornecendo mecanismos de enfrentamento confiáveis e saudáveis (PINHO, 2020).

Com isso é nítido a relevância de praticar Yôga, a filosofia e as técnicas como : posturas, relaxamento e exercícios de respiração que travessa toda a prática do Yôga para o momento presente, resultam mudanças de comportamento dentro da escola e dentro de casa, pois os resultados da prática constante melhora na concentração, no foco, nos relacionamentos pessoais e interpessoais, redução da ansiedade, melhora na coordenação motora e equilíbrio, assim interferindo de maneira positiva no processo de aprendizagem dos alunos (SATO, 2019).

Em relação à Prática do Yôga a autora aborda:

- 1 - Yôga converge com a Psicomotricidade, a autora evidencia a similaridade da conduta de ambos e ressalta que a Psicocinética (forma de educação psicomotora) e o Hatha;
- 2 - Yôga são aplicados nos alunos de anos iniciais, afim de trabalhar a parte psicomotora e constituir uma forma de integração corporal, unificando mente e corpo, trazendo para os alunos o desenvolvimento saudável (SILVA, 2009 apud SATO, 2019);
- 3 - Por último Pinho (2020), mostra em sua pesquisa que o Yôga é uma maneira maravilhosa de ajudar as crianças a melhorar seu equilíbrio, coordenação motora, força central,

flexibilidade, consciência espacial e a aprender a usar os músculos de diversas formas com as posturas ensinadas, além de trazer benefícios emocionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar o trabalho foi considerado a identificação da literatura no campo do Yôga e da psicomotricidade para crianças bonde foi realizada uma revisão sistemática da literatura, bem como a análise dos estudos identificados em relação aos efeitos e benefícios para esta faixa etária, atingindo assim os resultados da pesquisa.

Diante do exposto, este trabalho buscou mostrar a psicomotricidade e o Yôga com ferramentas que contribui para o desenvolvimento global da criança, comprovando através dos resultados da pesquisa que de fato os benefícios existem e podem ser notados com práticas diárias, pois a criança é um ser que estar em constante relação com o meio social.

O propósito das práticas do Yôga para as crianças, é apresentar uma maneira de olhar e sentir a vida com mais consciência, ajudando na promoção de uma melhor concentração, perseverança e amor próprio, para que a criança possa conhecer o que tem de melhor dentro de si e retribuir para o mundo.

Concluindo-se por fim que o Yôga e a Psicomotricidade melhora a qualidades de vida das crianças de 5 a 7 anos, no que se refere a saúde física e mental, assim como o comportamento, pois desenvolve o ser de uma forma integral.

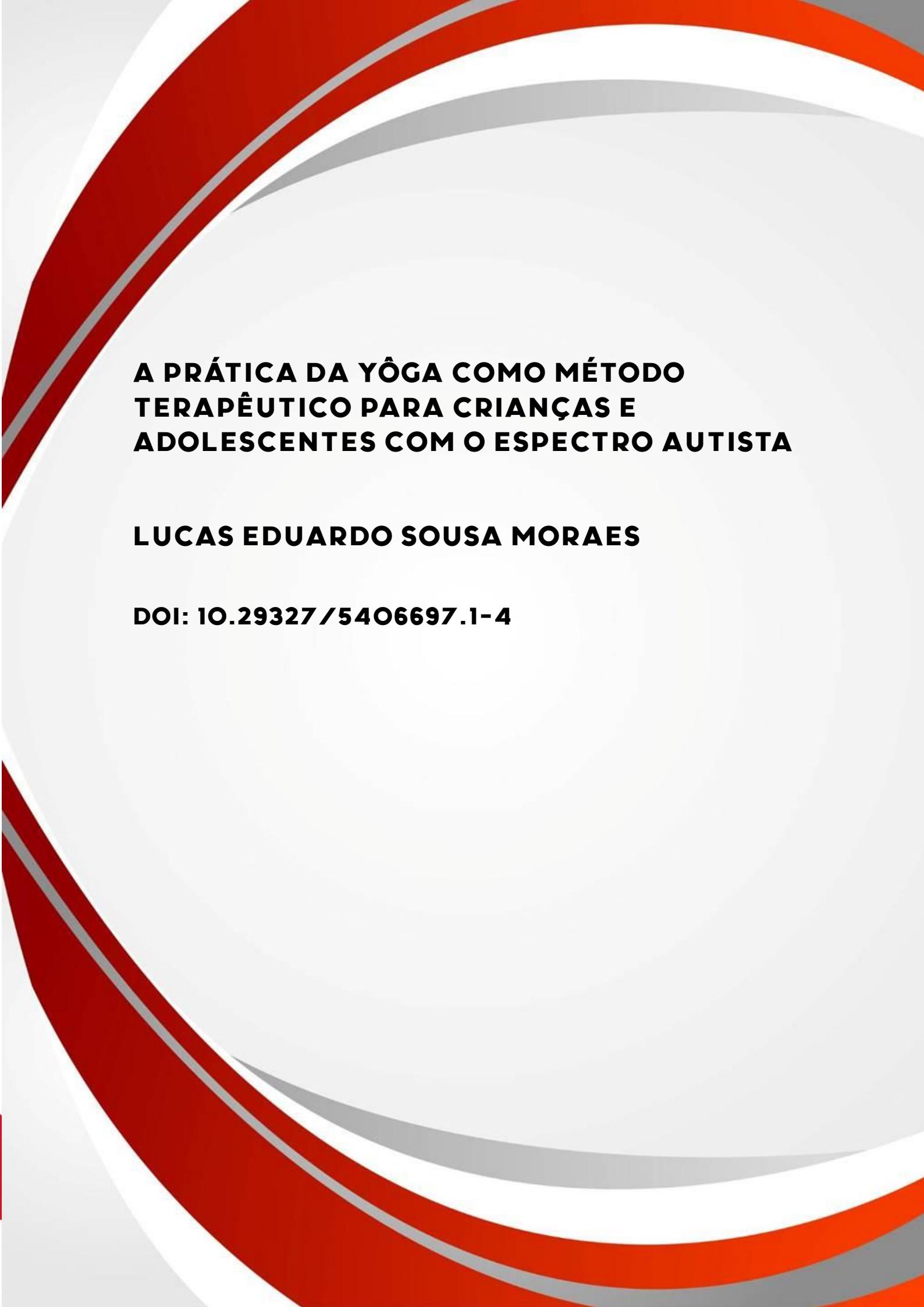
Compreende-se que as técnicas promovem a aprendizagem através das suas práticas lúdicas com o auxílio da psicomotricidade, considerando assim a importância do brincar no desenvolvimento da criança. As mesmas precisam usufruir de todo bem-estar e benefícios que as atividades podem proporcionar, dessa forma, as crianças podem desfrutar de todos os efeitos e benéficos que o Yôga tem em sua totalidade, trazendo consciência corporal, autoestima, respiração melhor, concentração, convivência harmoniosa com o meio e com suas próprias emoções, tomando conhecimento do princípio holístico e fundamento de vida saudável, tais atividades estimulam e contribui para o desenvolvimento geral da infância.

Diante do exposto pelos autores o que se pode perceber é que a prática do Yôga, em realizar as posturas, meditar e aplicar as técnicas de respiração, proporciona benefícios psicológicos, físicos, motores, sociais e comportamentais, mostrando como é importante essa filosofia no desenvolvimento da criança. Conforme os trabalhos lidos e estudados, pode-se concluir que o Yôga é uma filosofia muito interessante e só agrega na vida das pessoas em geral.

Assim para os futuros estudos, recomenda-se um aprofundamento na referida temática para melhor buscar o preenchimento de lacunas do presente artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA, A. C. Psicopedagogia & Psicomotricidade: Pontos de interseção nas dificuldades de aprendizagem. 2^a ed. Petrópolis: Vozes, 2002. ARENAZA, D. O Yoga na sala de aula. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; 2003/acesso em 25 de maio de 2024
- FONSECA, Vitor da. Psicomotricidade, psicologia e pedagogia. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- LE BOULCH, Jean. A educação pelo movimento: a psicocinética na idade escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.
- MARTINS, D.A; CUNHA, A.C. Yoga com crianças: um caminho pedagógico – didático. VII Seminário Internacional de Educação Física, Lazer e desenvolvimento pessoal e social. 2011, Braga Portugal.
- PINTO, V. de O. O corpo em movimento: Um estudo sobre uma experiência corporal lúdica no cotidiano de uma escola pública de Belo Horizonte. 2010
- SANTOS, A. G. et al. Yoga, uma abordagem complementar para o desenvolvimento psicomotor da criança na escola. Coleção Pesquisa em Educação Física, v. 12, n. 4, p. 135-144, 2013.
- SATO, Daniela Leiko. Yoga na escola. Taubaté, São Paulo: Universidade de Taubaté, 2019. Disponível em: <<http://repositorio.unitau.br/jspui/handle/>>. Acesso em: 29 de maio de 2024
- TRISTÃO, M. B. O lúdico na prática docente. 2010.



A PRÁTICA DA YÔGA COMO MÉTODO TERAPÊUTICO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM O ESPECTRO AUTISTA

LUCAS EDUARDO SOUSA MORAES

DOI: 10.29327/5406697.1-4

A PRÁTICA DA YÔGA COMO MÉTODO TERAPÊUTICO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM O ESPECTRO AUTISTA

Lucas Eduardo Sousa Moraes

RESUMO

O presente trabalho teve como finalidade realizar um estudo baseado na revisão da literatura para verificar qual a contribuição da prática da Yoga como método terapêutico em crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista. O estudo constituiu-se de um questionamento que percorreu todos os processos da pesquisa: A prática da Yoga como método terapêutico contribui no dia a dia de crianças e adolescentes autistas? Assim, a investigação realizada foi de forma bibliográfica e com o seguinte objetivo geral- analisar se a prática da Yôga como método terapêutico contribui no cotidiano de crianças e adolescentes com espectro autista. Detectando que durante a investigação a pergunta foi respondida satisfatoriamente, uma vez que o estudo realizado comprovou que o método da Yôga tem grandes contribuições para a sociedade, uma vez que sua fluência contribui de forma significativa no tratamento de pessoas com (TEA), tornando assim um método a ser usado, buscando benefícios positivos a serem alcançados e contribuindo de grande forma com a qualidade de vida dos autistas.

Palavras-chave: Yôga, autismo, métodos terapêuticos, inclusão.

ABSTRACT

The purpose of this work was to execute a study based on a literature review to verify the contribution of the practice of Yôga as a therapeutic method in children and adolescents with Autism Spectrum Disorder. The study constitute of a question that went through all research processes: Does the practice of Yôga as a therapeutic method contribute to the daily lives of autistic children and adolescents? Thus, the investigation was bibliographical and with the following general objective - to analyze whether the practice of Yôga as a therapeutic method contributes to the daily lives of the children and adolescents with autism spectrum disorder. Detecting that during the investigation the question was answered satisfactorily, since the study carried out proved that the Yôga method has great contributions to society, since its has fluency contributes significantly in the treatment of people with (ASD), accomplishing a method to be used, seeking positive benefits to be achieved and contributing greatly to the quality of life of autistic people.

Keywords: Yôga; Autism; Therapeutic Method; Inclusion.

RESUMEN

El trabajo tuvo como finalidad realizar un estudio basado en la revisión de la literatura para probar cual la contribución de la práctica Yôga como método terapéutico en niños y adolescentes con Trastorno del Espectro Autista. El estudio consistía en una pregunta que abarcaba todos los procesos de investigación: ¿La práctica Yôga como método terapéutico contribuye a la vida cotidiana de los niños y adolescentes autistas? Así, la investigación realizada fue bibliográfica y tuvo el siguiente objetivo general - analizar si la práctica Yôga como método terapéutico contribuye en la vida cotidiana de niños y adolescentes con trastorno del espectro autista. Detectando que durante la investigación la pregunta fue respondida satisfactoriamente, desde que el estudio realizado demostró que el método Yôga tiene grandes aportes a la sociedad, ya que su fluidez contribuye significativamente al tratamiento de personas con TEA, convirtiéndolo así en un método a utilizar buscando beneficios positivos a alcanzar y contribuyendo en gran medida a la calidad de vida de las personas autistas.

Palabras clave: Yôga, autismo, métodos terapéuticos, inclusión.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como finalidade realizar um estudo bibliográfico para verificar qual a contribuição da Yôga como método terapêutico na vida de crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista, uma vez que estudos apontam a grande importância do movimento no auxílio das tarefas cotidianas dessas pessoas.

Nesse viés, a prática do movimento é essencial para ajudar o corpo e mente em seu desenvolvimento, logo a pessoa que pratica qualquer tipo de atividade trás diversos benefícios para o dia a dia. Entretanto, se exercitar é uma das formas que muitas pessoas encontram para liberar o estresse do cotidiano e também socializar com outras ao seu redor, tendo uma melhor qualidade mental e física.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) vem ganhando visibilidade nas pesquisas científicas devido ao aumento significativo dos números de diagnóstico nos últimos anos. Para Chugani et al. (2016), o autismo tem como características as alterações que ocorrem na comunicação e nas interações sociais e emocionais. Pessoas com TEA tendem a ter comportamentos repetitivos, estereotipados e produzirem atividades limitadas, são sinais e sintomas que começam aparecerem nos primeiros anos de vida e podem afetar de forma negativa o dia a dia desde a infância até a vida adulta, por isso o diagnóstico e prevenção deve acontecer o quanto antes.

O objetivo geral deste estudo é analisar a prática da Yôga como método terapêutico para crianças e adolescentes com o espectro autista. Logo, as contribuições expressas pela prática da Yôga foram analisados por meio de revisão bibliográfica.

Sabe-se que o autismo não tem cura, entretanto existem tratamentos e métodos terapêuticos para reduzir os sintomas e déficits apresentados, ressaltando ser eficaz para muitos, considerando o grau do autismo (Onzi & Gomes, 2015). Desse modo, sabe-se que a prática da Yôga como método terapêutico apresenta resultados a curto prazo, promovendo o bem-estar e a calma do praticante no qual tem fins a disciplina mental e sua autotransformação (Moraes & Balga, 2007). Tal prática tem como benefícios a melhoria comportamental, dentre elas o rendimento intelectual, memória, percepção, humor e a diminuição da raiva e ansiedade (Baptista & Dantas, 2002).

Desta forma, percebe-se que a prática da Yôga como método terapêutico para crianças e adolescentes com o espectro autista tem sido tema de grandes discussões por apresentar muitas contribuições na qualidade de vida das pessoas com TEA (transtorno do espectro autista).

DESENVOLVIMENTO

REFERENCIAL TEÓRICO

A PRÁTICA DA YÔGA COMO MÉTODO TERAPÊUTICO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

A importância da prática da Yôga

A Yôga é a filosofia que representa a total ligação entre corpo e espírito, criada na Índia a 3.500 a.C. Esse sistema filosófico representa uma variedade de perspectivas e abordagens para compreender a natureza da realidade e orientar a vida humana em direção ao autoconhecimento e a realização espiritual. Uma filosofia passada de geração para geração, de mestre para súditos com a intenção de direcionar e promover o maior entendimento interno proporcionando qualidades físicas para chegar ao mais alto controle mental e corporal.

Para entender melhor todos seus sistemas filosóficos destacam-se alguns princípios fundamentais da Yôga como os ensinamentos de Patanjali com preceitos éticos e desenvolvendo a disciplina tendo uma visão de uma ferramenta para tornar a Yôga acessível a todos. Ter o controle das oscilações da mente é um dos objetivos que a Yôga traz consigo, os oito ensinamentos de Patanjali que ele deixou, é conhecido como Ashthanga, que visa os ensinamentos éticos, princípios da prática meditativa e movimentos corporais para chegar em uma auto realização.

Destacando alguns dos princípios a serem considerados, percebe-se que o reflexo do que o mestre ensina, o aluno vai entender como verdade, assim foi passando os ensinamentos da Yôga aos praticantes assíduos buscando algo que lhe tirasse o vazio da sua existência colocando propósitos em seus dias com isso ao longo da prática os benefícios são inúmeros aos poucos o praticante vai mudando seu interior para melhorar seu exterior.

Na medida que vai conhecendo a Yôga vão surgindo inúmeras dúvidas e incertezas e chegar a tal plenitude que o método traz consigo não é fácil. Mas a diversos caminhos para seguir e progressivamente ter os domínios físicos e mentais que cada pessoa possui. Ao dominar o controle mental dentro da prática da Yôga é chegar nos ensinamentos do mestre e sábio Indiano Patanjali, através dos Yamas e Nyamas.

- Yamas, no contexto éticos e morais tem o intuito de orientar o comportamento e as interações sociais das pessoas que praticam Yôga e estabelecer uma base sólida para durante o crescimento espiritual. Destaca-se cinco Yamas Ahimsa(não-violência), Satya (veracidade), Asteya (não-rouba), Brahmacharya (controle dos sentidos), Aparigraha (não-apreço), entretanto

os Nyamas abordam um outro contexto que visa a conduta pessoal, a auto disciplina e o desenvolvimento interno, sendo divididos em cinco fases Saucha (pureza), Santosha (conhecimento), Tapas (disciplina), Svadhyaya (autoestudo) e Ishvara Pranidhana (entrega a Deus).

A Yôga não é uma religião, não tem envolvimento com qualquer outra classificação da natureza espiritual, mas ajuda a pessoa a fortalecer e purificar seus sistemas nervosos elevando em mais alto nível sua consciência buscando progressivamente forças positivas em um mundo de negatividade, ser saudável é possuir um sistema nervoso equilibrado, mais saudável será a forma física do corpo. A Yôga é união, é o direcionamento centralizado para potencializar e despertar o equilíbrio e atingir algo que era inatingível.

Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), a Yôga faz parte da medicina tradicional, a prática estava restrita a determinadas classes sociais. Com a implementação da Yôga no SUS (Sistema Único de Saúde), por meio da Portaria nº 719, de 7 de abril de 2011, com a criação do programa da Academia de Saúde pelo Ministério de Saúde (BRASIL,1996). Assim o incentivo reestruturava e incentivava diferentes classes sociais a praticar o método da Yôga, reduzindo a desigualdade e incluído todos que desejavam ter acesso a uma vida mais saudável.

A Yôga apresenta um conjunto de técnicas que podem ser definidos para auxiliar os seres humanos a se tornarem mais conscientes de sua natureza primordial para viver uma experiência mais concreta e profunda. A Yôga também apresenta fatores relevantes em suas práticas no auxílio para tratamentos médicos e psicológicos complementando a recuperação de pessoas que passam por algum trauma ou transtorno mental. Ao controlar condições prejudiciais à saúde e contribuindo para um estado mais centrado de estilo de vida em uma sociedade conturbada por inúmeros fatores sociais e emocionais. Para chegar em uma qualidade de vida equilibrada cuidados são necessários durante a trajetória de vida e vários outros aspectos que possibilitam o equilíbrio para lidar com inúmeras situações do cotidiano, o corpo expressa as emoções.

A Yôga como método terapêutico

A psicomotricidade a mais de 60 anos vem abordando através da ciência o método terapêutico fundamental dentro do processo de desenvolvimento de uma pessoa, com influências durante o crescimento e as modificações corporais com influências da genética e experiências ligadas aos fatores emocionais, sociais e cognitivos. O acompanhamento para um

bom desenvolvimento psicomotor é essencial nas fases que uma criança vai passar até chegar à vida adulta, estabelecendo ligações neurais com várias partes do corpo estando em movimento ou até mesmo em repouso.

O método terapêutico está ligado às práticas físicas e emocionais trabalhando fatores físicos como posturas, fortalecimento muscular, equilíbrio neural, coordenação motora, percepções mais aguçadas, focalização de um ponto central, para os pontos emocionais pode-se constatar melhor estabilidade emocional, controle de suas ações, mais afetividade e um relaxamento profundo promovendo um repouso físico e mental.

Para Chupil; Karlen; Cleussi, (2018, p.101):

Os sujeitos que aprendem fazem parte de um coletivo, não são autômatos, são seres humanos com toda sua complexibilidade natural. Você já percebeu o quanto somos complexos? Todas nossas funções cognitivas, motoras biológicas, associadas aos nossos mecanismos de interação, a afetividade e a vinculação social devem trabalhar em nosso organismo de maneira concomitantes e harmônicas.

Para acompanhamento de crianças e adolescentes com espectro autista é importante o trabalho de uma equipe multidisciplinar, para que se consiga atender com qualidade, por isso a importância da multidisciplinaridade. Nesse sentido o trabalho realizado com a prática da Yôga é compartilhar com a sociedade uma filosofia que vai além das percepções físicas do praticante uma extensão do equilíbrio constante entre os princípios materiais para encontrar o equilíbrio existencial.

Uma equipe multidisciplinar é um grupo de profissionais de diferentes áreas de conhecimento que trabalham juntos para alcançar um objetivo comum. Essa abordagem é amplamente utilizada em diversos setores, como saúde, educação, pesquisa e desenvolvimento, entre outros. A ideia por trás de uma equipe multidisciplinar é aproveitar a diversidade de habilidades e conhecimentos para obter resultados mais eficazes e abrangentes.

Uma criança ou adolescente com TEA precisa de acompanhamento com profissionais de várias áreas para que o seu desenvolvimento seja garantido, assim, as terapias são essenciais para que os indivíduos melhorem a comunicação, a concentração e tenham melhor qualidade de vida. Desta forma, a prática da Yôga tem se mostrado de uma grande eficácia, pois ela contribui como um dos métodos terapêuticos realizados com crianças e adolescentes autistas, mostrando que é capaz de proporcionar melhora a atenção e o controle emocional, pois estimula o sistema nervoso, aumentando a resistência aos efeitos estressores do dia a dia, além de melhora do equilíbrio, o contato visual, as coordenações motoras finas e grossas, o controle da força, bem como a interação social nos jogos cooperativos praticados durante a Yôga.

Outro benefício que a prática da Yôga traz é na melhora de algumas habilidades, como a comunicação verbal, imitação corporal e capacidade de memorizar, a qualidade do sono das crianças e adolescentes e até a alimentação mais balanceada. Ademais, a prática da Yôga nos indivíduos com TEA provoca uma redução nos comportamentos agressivos e melhora no humor e nas relações com terapeutas, colegas e professores, facilitando assim a terapia e a confiança entre as partes, principalmente a relação com os pais.

Sabe-se que o autismo não tem cura, entretanto existem tratamentos e métodos terapêuticos para reduzir os sintomas e déficits apresentados, ressaltando ainda ser eficaz para uns e menos para outros, considerando o grau do autismo. Desse modo, sabe-se que a prática da Yôga como método terapêutico apresenta resultados em curto prazo, promovendo o bem-estar e a calma do praticante no qual tem fins a disciplina mental e sua autotransformação (Moraes; Balga, 2007).

Neste viés, percebe-se que a prática da Yôga facilita o processo de conexão onde experimentar um estado de liberdade e se observar como parte de algo maior para compreender a própria existência em comunhão com o Universo, com todos os outros seres e tudo que existe é fundamental para o desenvolvimento de todos, principalmente de crianças e adolescentes com o transtorno do espectro autista.

Crianças e adolescentes com TEA (Transtorno do Espectro Autista)

O autismo pode ou não ser desenvolvido entre crianças de 1 a 3 anos de idade, muitas vezes aparecem nos primeiros meses de vida. Muitas pessoas pensam que a pessoa com autismos não tem qualquer tipo de funcionalidade no meio social, entretanto muitos autistas conseguem ter um convívio bastante equilibrado em meio a sociedade, tudo depende da família que aceita e ajuda a criança a enfrentar cada dificuldade que ela passar, desta maneira entende-se que o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é considerado uma síndrome complexa, apresentando uma maior incidência no sexo masculino. As características são manifestadas antes dos três anos de idade, concentrando-se em três principais áreas que são: “desvios qualitativos na comunicação, interação social e comportamento repetitivo e estereotipado”, (Espírito Santo, 2012, p. 9).

O autismo é um transtorno, um distúrbio do neurodesenvolvimento que ocorre e se desenvolve em crianças e são mais diagnosticados em meninos, na maioria das vezes as famílias ao serem avisadas sobre a atual circunstância da criança não aceitam. Muitos ignoram os sinais

que a criança transmite e que indicam que tem o espectro autista. Em seus estudos, Almeida e Albuquerque mostram que:

O autismo passa a ser determinado como um transtorno que pode estar de forma espectral permeando e também presente em outros transtornos de desenvolvimento e neuropsiquiátricos, ter intensidade leve, moderada e severa, com alterações de sensibilidade que realçam problemas perceptivos e sensitivos (que até então não haviam sido realçados) e passa a ter pontuada a importância da participação de relatos de outros cuidadores no processo diagnóstico para rastrear de forma mais sensível e específica possíveis detalhes que levam à detecção precoce do transtorno. (Almeida, Albuquerque, 2017, P.4)

Segundo Araújo (2019), “o Transtorno do Espectro Autista é um transtorno do neurodesenvolvimento que se caracteriza por dificuldades na comunicação e na interação social, e por comportamentos e/ou interesses repetitivos e restritos” (2019, p. 01).

As principais dificuldades que um autista sofre tem diferentes pontos que afetam o convívio fora do ambiente familiar e que acabam se relacionando menos e retraído, mesmo em um círculo muito pequeno de pessoas ao seu redor, e para entender e compreender o autista é preciso desenvolver formas, ideias e estratégias para ter essa intervenção de forma educativa para ajudar no desenvolvimento, afim de aliviar as dificuldades de surgirem durante o processo de aprendizagem. Assim demonstra Gomes:

No enfoque cognitivo comportamental, por meio de um manejo comportamental bem elaborado, é possível ter um resultado de melhora do quadro geral autístico. Para efeito de intervenção, considera-se a tríade de dificuldades nos pacientes autistas: dificuldade de comunicação; dificuldade de sociabilização; e dificuldade de usar a imaginação (pensamento e comportamento). (Gomes, *et. al.* 2016, p.10).

Para uma criança ou adolescente autista é muito difícil a socialização, as dificuldades que cada autista tem são diversas, fazendo que alguns não frequentem certos ambientes. Por outro lado, quando é realizado um diagnóstico bem no início do desenvolvimento da criança até chegar na fase que tenha que sair do ambiente familiar e conviver em outros lugares desconhecidos, o autista que tem todo o acompanhamento não vai sentir tanta dificuldade, pois o apoio da família é de grande importância para que a criança possa se sentir segura no lugar que está ou frequenta. Nesta vertente há uma definição de Autismo e suas características mais expressivas quanto ao relacionamento coletivo como afirma Silva:

Para crianças com Autismo clássico, isto é, aquelas crianças que tem maiores dificuldades de socialização, comprometimento na linguagem e comportamentos repetitivos, fica clara a necessidade de atenção individualizada. Essas crianças já começam sua vida escolar com diagnóstico, e as estratégias individualizadas vão surgindo naturalmente. Muitas vezes, elas apresentam atraso mental e, com isso, não conseguem acompanhar a demanda pedagógica como as outras crianças. Para essas crianças serão necessários acompanhamentos educacionais especializados e individualizados. (Silva, 2012, p.8)

Os principais avanços de um aluno autista variam conforme o diagnóstico de cada criança com TEA, considerando as diferentes áreas e graus de intensidade principalmente na comunicação e comportamento do autista. Cada criança/adolescente autista tem um processo de desenvolvimento, quanto mais passa o tempo para essa criança ter um bom acompanhamento de especialistas e até mesmo a aceitação familiar a interação dessa criança perante ao convívio social será de muitas dificuldades, por isso é necessário a intervenção imediata para que o indivíduo tenha mais qualidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou que de forma prática toda a observação realizada acerca da prática da Yôga como método terapêutico utilizado com crianças e adolescentes autistas mostrou grandes contribuições no dia a dia dos indivíduos com TEA, uma vez que se percebe a quantidade de benefícios destacadas nos estudos já realizados.

Partindo de uma investigação metodológica bibliográfica perceber que o objetivo geral do estudo analisar a importância da Yôga como método terapêutico para crianças e adolescentes com o espectro autista, apresentou-se como uma das alternativas de terapias para pessoas com o transtorno do espectro autista, uma vez que são muitos os benefícios que proporcionam o bem estar ao indivíduo.

Muitos estudos apontam benefícios com a prática da Yôga quando usada como uma das alternativas de tratamento para as pessoas com Transtorno do Espectro Autista, no qual foi possível observar os benefícios no desenvolvimento dos sistemas nervoso, digestório e nas práticas de exercícios físico, melhorando as habilidades motoras finas e grossas, receptivas verbais, socialização, interação e memória.

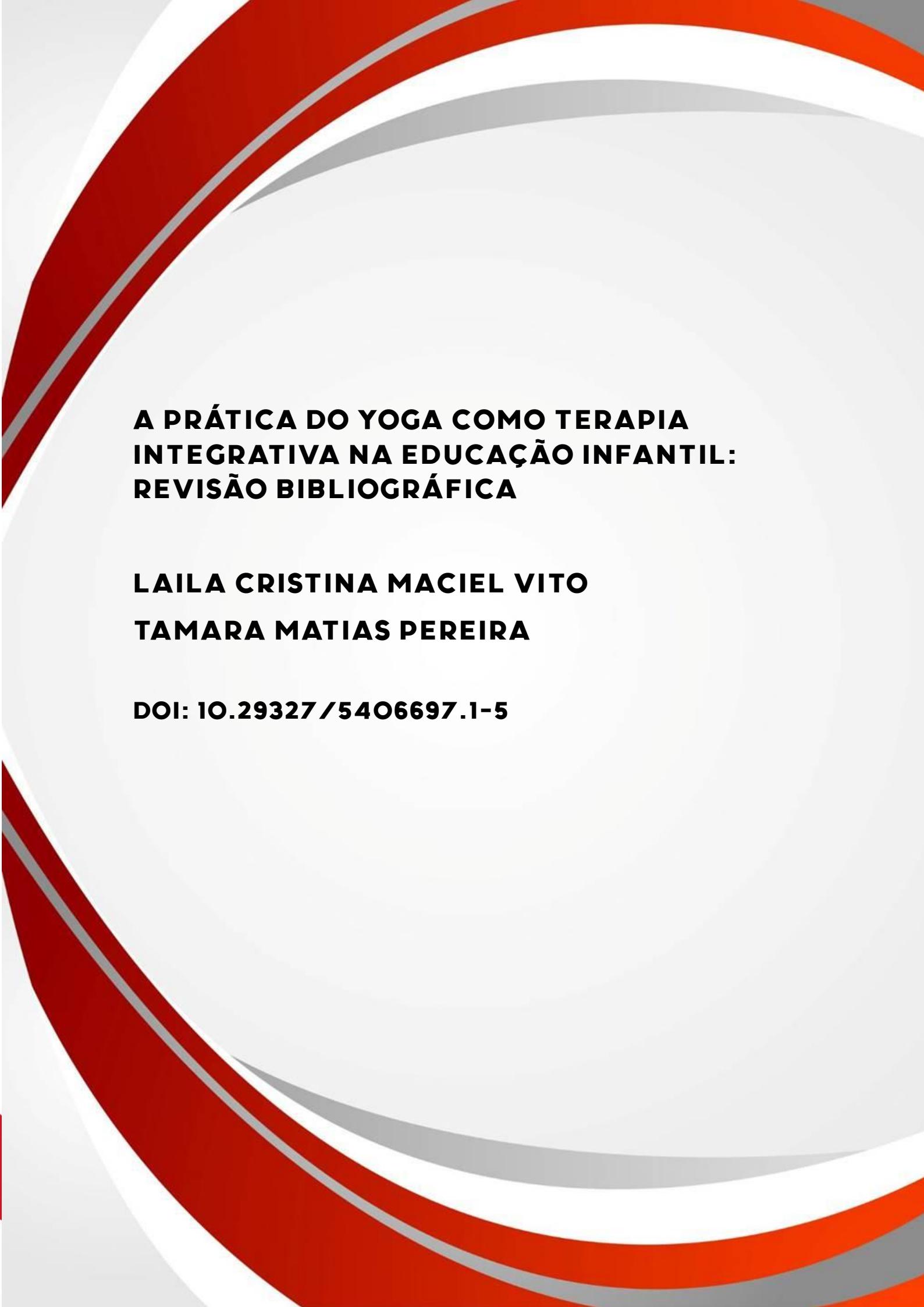
O estudo constatou que a prática da Yôga nos indivíduos com TEA provocou uma redução nos comportamentos agressivos e melhora no humor e nas relações com terapeutas e colegas, facilitando assim a terapia e a confiança entre as partes, principalmente a relação com os pais que teve uma grande evolução. Observou-se que as intervenções têm um efeito mais positivo quando se é aplicada de forma recente, após um diagnóstico mais precoce.

Desta maneira, concluiu-se que a Yôga contribui de forma significativa no tratamento de pessoas com (TEA), tornando assim um método a ser usado, buscando benefícios positivos a serem alcançados. Assim, é importante continuar as investigações acerca do tema para que

mais contribuições sejam descobertas e continuem contribuindo com a qualidade de vida desse público.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. M.; ALBUQUERQUE, K. **Autismo: Importância da Detecção e Intervenção Precoces.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 02, Vol. 01. pp 488-502, Abril de 2017.
- ARAÚJO, L. A. **Transtorno do Espectro Autista.** Departamento científico de Pediatria do Desenvolvimento e comportamento. N 5. Abril, 2019. Disponível em: http://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/21775c-MO - Transtorno do Espectro do Autismo.pdf.<Acesso em:23 de jun 2020
- BAPTISTA, M. R.; DANTAS, E. H. M. (2002). **Yoga no controle do stress.** Fitness & Performance Journal, 1(1), 12-20
- CHUGANI, D. C., CHUGANI, H. T., WIZNITZER, M., PARIKH, S., EVANS, P. A., HANSEN, R. L.; POSEY, D. (2016). **Efficacy of low-dose buspirone for restricted and repetitive behavior in young children with autism spectrum disorder: a randomized trial.** The Journal of pediatrics, 170, 45-53.
- CHUPIL, P.; KARLEN P.; CLEUSSI S. **A Neuropsicopedagogia e o processo de aprendizagem.** 1 ed. Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2018.
- ESPIRITO SANTO, L. A. A. **O comportamento de crianças com Transtorno do Espectro Autístico no contexto de educação musical: estudo de caso.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, 2012.
- GOMES, E. R.; COELHO, H. P. B.; MICCIONE, M. M. Estratégias de intervenção sobre os transtornos do espectro do Autismo na terapia cognitivo comportamental: análise da literatura. **Revista Estação Científica – Juiz de Fora**, nº 16, junho – julho/2016.
- MORAES, F. O.; Balga, R. S. M. (2007). A yoga no ambiente escolar como estratégia de mudança no comportamento dos alunos. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, 6(3), p.59-65.
- ONZI, F. Z.; FIGUEIREDO, G. R. (2015). Transtorno do Espectro Autista: a importância do diagnóstico e reabilitação. **Revista Caderno Pedagógico**, 12(3), 188-199.
- SILVA, A. B. B. **Mundo singular: entenda o autismo.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.



A PRÁTICA DO YOGA COMO TERAPIA INTEGRATIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

**LAILA CRISTINA MACIEL VITO
TAMARA MATIAS PEREIRA**

DOI: 10.29327/5406697.1-5

A PRÁTICA DO YOGA COMO TERAPIA INTEGRATIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Laila Cristina Maciel Vito
Tamara Matias Pereira

RESUMO

O yoga é uma filosofia milenar, originária da Índia, há mais de cinco mil anos depois de cristo. É considerado como uma filosofia teórico-prática que visa à integralidade e autoconhecimento do ser. Sua prática é cada vez mais observada em todo o mundo. Segundo Martins e Cunha (2011, p. 1) o Yoga para crianças é “uma forma de educação integral, que utiliza a experiência corpórea sensorial e psicomotora como suporte para aprendizagem sobre si mesma” ressalta que o yoga, dentre as diferentes manifestações da Cultura Corporal de movimento, apresenta potencial para ser adaptado à infância e ao contexto escolar, pois por meio de posturas físicas (ásanas), respiratórias (pranayamas) e técnicas de atenção e concentração, sua prática estimula o autoconhecimento, o autocuidado e pode conscientizar as crianças sobre suas emoções e orientar a formação de valores (yamas e nyamas).

Palavras-chave: Yoga, movimento, aprendizagem, motor, social.

ABSTRACT

Yoga is an ancient philosophy, originating in India, more than five thousand years after Christ. It is considered a theoretical-practical philosophy that aims at the integrality and self-knowledge of the being. Its practice is increasingly observed around the world. According to Martins and Cunha (2011, p. 1), Yoga for children is “a form of integral education, which uses sensory and psychomotor bodily experience as support for learning about oneself” emphasize that Yoga, among the different manifestations of Body Culture of movement, has the potential to be adapted to childhood and the school context, as through physical postures (asanas), respiratory postures (pranayamas) and attention and concentration techniques, its practice it stimulates self-knowledge, self-care and can make children aware of their emotions and guide the formation of values (yamas and nyamas).

Keywords: Yoga, movement, learning, motor, social.

RESUMES

El yoga es una filosofía antigua, originaria de la India, más de cinco mil años después de Cristo. Se considera una filosofía teórico-práctica que apunta a la integralidad y autoconocimiento del ser. Su práctica se observa cada vez más en todo el mundo. Según Martins y Cunha (2011, p. 1), el Yoga para niños es “una forma de educación integral, que utiliza la experiencia corporal sensorial y psicomotora como apoyo para el aprendizaje sobre uno mismo” destacar que el Yoga, entre las diferentes manifestaciones de la Cultura Corporal del movimiento, tiene el potencial de adaptarse a la infancia y al contexto escolar, ya que a través de posturas físicas (asanas), posturas respiratorias (pranayamas) y técnicas de atención y concentración, su práctica estimula. autoconocimiento, autocuidado y puede concienciar a los niños de sus emociones y orientar la formación de valores (yamas y nyamas).

Palabras clave: Yoga, movimiento, aprendizaje, motricidad, social.

INTRODUÇÃO

No contexto do mundo moderno, as telas antes restritas a televisão evoluiu para dispositivos de bolsos móveis e portáteis. Logo celulares e tablets devido suas portabilidades,

foram incorporadas na rotina de pessoas nas diferentes conjunturas sociais e faixas etárias, inclusive crianças (segundo nogueira 2021).

A infância caracteriza-se por modificações biológicas e psicossociais que permitem aquisições importantes nos domínios motor, afetivo-social e cognitivo do desenvolvimento. Segundo Piaget que em sua teoria defende que o indivíduo se desenvolve a partir das ações sobre o meio em que está inserido e assim priorizando, a princípio, os fatores biológicos que podem influenciar o seu desenvolvimento mental. A prática e filosofia do yoga integram diversas manifestações corporais humanas, visto que a expressão corporal é tida como uma das linguagens fundamentais a serem vivenciadas na infância, permitindo as crianças descobrirem a si próprias e o mundo há vertentes no yoga também na educação, com aplicação na educação infantil, onde o yoga educativo envolve a psicomotricidade, com meditações dinâmicas e técnicas de relaxamento Considerando tais premissas, enfatizamos a importância da filosofia e da prática do yoga na infância. Faria et al. (2014) ressaltam que, embora o Yoga tenha surgido há milênios, ele é considerado como uma nova manifestação corporal para as crianças no contexto escolar, podendo colaborar com a formação integral na infância. Rossi (2020, p. 117) apresenta “o yoga às crianças da educação infantil como uma manifestação corporal integrante da diversidade de saberes e fazeres, de modos de sentir, ser e agir”, sua prática se relaciona com a construção de uma experiência sensível e respeitosa a cada criança.

Conforme o livro Yôga sutra, a prática do yoga remonta a milhares de anos, e acredita-se que, por volta de 400 anos d.c., um conjunto de sutras compilados por Patanjali, de identidade incerta, forneceu um guia abrangente para a prática de yoga, delineando o caminho para alcançar a iluminação espiritual e a libertação do sofrimento humano.

OBJETIVO

Fazer uma revisão bibliográfica, sobre a prática integrativa de crianças da mesma faixa etária visando traze-las para o convívio social presencial, para além de salas de bate papo na web e jogos online.

DESENVOLVIMENTO

REFERENCIAL TEÓRICO

BENEFÍCIOS

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, a qual tem como propósito promover o desenvolvimento integral das crianças até os cinco anos de idade, conforme estabelece a Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (Brasil, 1996).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil orientam o desenvolvimento das ações pedagógicas pautadas pelos eixos das interações e brincadeiras, expressando que devem ser garantidas às crianças experiências que “promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança” (Brasil, 2010, p. 25), a fim de aprimorar o desenvolvimento e do domínio de diferentes linguagens.

O ensino de yoga na escola de educação infantil tem como objetivo buscar construir formas para orientar e ensinar crianças sobre suas emoções, investir no autoconhecimento, nas posturas físicas, técnicas de atenção, concentração e meditação contribui com a ralação interpessoal, social e cognitivo gerando um ambiente agradável para as relações escolares e familiares. O reconhecimento da dimensão lúdica da infância integra o processo de ensino e aprendizagem deste conteúdo, a ser mediado por jogos e brincadeiras, contação de histórias, ao som de músicas diversas, imitação de animais etc. Trata-se de propiciar a vivência autêntica das manifestações corporais, contribuindo para que as crianças começem a elaborar seus próprios significados relacionados à sua prática e à sua própria existência. Além do psicossocial a prática do Yoga auxilia no processo de desenvolvimento físico motor.

Os ásanas são as posturas físicas do Yoga, devem ser estáveis e confortáveis e objetivam eliminar toda flutuação da mente (Feuerstein, 2006). Embora as posturas possam incomodar, no começo, com tempo e treino esse esforço desaparece, tornando a postura perfeita e facilitando os momentos de concentração (Eliade, 1996). Os ásanas trazem consigo representações de vários elementos da natureza, animais e objetos, configurando a linguagem corporal do Yoga. Ainda que possuam uma nomenclatura própria, com origem no sânscrito, na escola, para atribuir um significado à aprendizagem das crianças, os nomeamos como são popularmente conhecidos e, ainda, adaptamos alguns conforme as comparações e sugestões das crianças.

Martines (2009) considera que o Yoga praticado pelas crianças pode melhorar a postura e compreensão de sua importância para a saúde; aumentar a autoconfiança com a melhora da postura e flexibilidade; permitir o desenvolvimento da consciência do processo

respiratório e aprendizagem da forma correta de respirar com a prática dos exercícios de respiração (pranayamas); trazer calma, concentração e tranquilidade, podendo agir sobre o sistema psíquico-emocional com a prática dos pranayamas; auxiliar na melhora da concentração, permitindo o entendimento e reconhecimento dos efeitos benéficos da prática com a prática dos pranayamas e ásanas.

METODOLOGIA

Este estudo foi elaborado a partir de uma revisão de literatura. Caracteriza-se como abordagem qualitativa de revisão bibliográfica exploratório-descritiva. Para isso, foram selecionados artigos com o tema proposto nos principais bancos de dados, tais como Google acadêmico, PubmeD e Scielo.

RESUTADOS

Os estudos vêm mostrando que a yoga na educação infantil, tem sido eficaz no desenvolvimento das capacidades motoras e sociais Para Rodrigues (2006), yoga é a ciência, é disciplina, significa criar uma ordem dentro de você, um eixo de equilíbrio físico, mental e emocional, tudo isso em harmonia. Yoga é uma técnica ideal para prevenir males físicos e mentais, protege o corpo, desenvolvendo autoconfiança e segurança. Ensina a respeitar à vida, a verdade e a paciência que são fatores indispensáveis para se conseguir uma respiração calma mantendo um estado de tranquilidade da mente (IYENGAR, 2010).

É valido destacar ainda que outros estudos vêm colaborando para a compreensão e difusão da prática de yoga na primeira infância, conforme alguns que foram problematizados na revisão de literatura deste trabalho.

CONCLUSÃO

Os benefícios do Yoga integrado ao âmbito escolar são inúmeros. Ainda que este campo de atuação esteja progredindo lentamente por ser considerada uma novidade, as experiências criadas sobre estes métodos são satisfatórias para a demonstração de uma grande melhora com relação ao ensino aprendizado, melhora no relacionamento com os colegas de classe demonstrar empatia pelos outros, percebendo que as pessoas têm diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar e agir que se diferenciam dos outros, se relacionando melhor e respeitando

os professores. Com isso as crianças entendem e aprendem a controlar melhor suas dores físicas e emocionais. Os benefícios da prática do yoga vão para além das salas de aula auxiliando também nas relações interpessoais com seus pais e parentes. Por tanto, espera-se que a prática do yoga venha se tornar reconhecido no âmbito da infância por seus inúmeros benefícios para a melhora da qualidade de vida e formação do ser integral tanto em escolas, quanto em outros ambientes educativos e recreativos. Para isso, são necessários novos estudos disseminando os conhecimentos gerados neste âmbito para que esta prática e filosofia possam ser democratizadas e tornar-se rotina na vida de crianças e em processos educativos, desenvolvendo, assim, uma cultura do Yoga na infância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARTINES, M. F. Os benefícios da prática do Yoga natural para crianças de 06 a 10 anos no aspecto da postura física, melhor respiração e concentração. 2009. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

MARTINS, F. S.; CUNHA, A. C. Yoga com crianças: um caminho pedagógico-didáctico. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, LAZER E SAÚDE, 7., 2011, Braga. Anais [...]. Braga: CIED, jul. 2011, p.1-17.

NOGUEIRA, J. P.; NOBRE, ET AL CONCEIÇÃO S. GUEDES: Fatores determinantes no tempo de tela de crianças na primeira infância, Mar, 2021.

RODRIGUES, M.R. et.al. Estudos sobre o Yoga. São Paulo: Phorte, 2006.



UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA ACERCA DOS BENEFÍCIOS DA PRÁTICA DE YOGA PARA IDOSOS

**CAMILA PÂMELA SANTOS DE ALMEIDA
EVELYN MYELLE FARIAS MOREIRA
IRLANE DE OLIVEIRA QUARESMA**

DOI: 10.29327/5406697.1-6

UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA ACERCA DOS BENEFÍCIOS DA PRÁTICA DE YOGA PARA IDOSOS

Camila Pâmela Santos de Almeida

Evelyn Myelle Farias Moreira

Irlane de Oliveira Quaresma

RESUMO

Introdução: A experiência de envelhecer está interligada ao yôga porque as práticas yoguis são associadas ao rejuvenescimento humano, tanto estético quanto mental. Há técnicas específicas no yôga que visam reduzir inflamações, aumentar a neuroplasticidade e promover o rejuvenescimento facial. **Método:** Este trabalho será realizado através de uma revisão integrativa de literatura. O estudo é de natureza qualitativa, seguindo as etapas propostas por Whittemore e Knafl. **Resultados e Discussão:** Os estudos mostraram que as práticas de yôga resultaram em melhorias significativas na qualidade de vida dos indivíduos. **Conclusões:** As contribuições da prática do yôga no processo de envelhecimento incluem efeitos estéticos e comportamentais, alinhando-se à proposta de saúde integral do indivíduo em sua rotina cotidiana.

Palavra Chaves: Yoga, Envelhecimento, Terceira Idade, Bem-estar, Autoestima.

ABSTRACT

Introduction: The experience of aging is linked to yôga because yogic practices are associated with human rejuvenation, both aesthetic and mental. There are specific techniques in yoga that aim to reduce inflammation, increase neuroplasticity and promote facial rejuvenation. **Method:** This work will be carried out through an integrative literature review. The study is qualitative in nature, following the steps proposed by Whittemore and Knafl. **Results and Discussion:** The studies showed that yoga practices resulted in significant improvements in the quality of life of individuals. **Conclusions:** The contributions of yoga practice in the process of Aging includes aesthetic and behavioral effects, aligning with the individual's comprehensive health proposal in their daily routine.

Keywords: Yoga, Aging, Elderly, Well-being, Self-esteem.

RESUMEN

Introducción: La experiencia del envejecimiento está ligada al yoga porque las prácticas yóguicas están asociadas al rejuvenecimiento humano, tanto estético como mental. Existen técnicas específicas en yoga que tienen como objetivo reducir la inflamación, aumentar la neuroplasticidad y promover el rejuvenecimiento facial. **Método:** Este trabajo se realizará a través de una revisión integradora de la literatura. El estudio es de carácter cualitativo, siguiendo los pasos propuestos por Whittemore y Knafl. **Resultados y Discusión:** Los estudios demostraron que las prácticas de yôga resultaron en mejoras significativas en la calidad de vida de los individuos. **Conclusiones:** Los aportes de la práctica de yoga en el proceso de envejecimiento incluye efectos estéticos y comportamentales, alineándose con la propuesta de salud integral del individuo en su rutina diaria.

Palabra clave: Yoga, Envejecimiento, Tercera Edad, Bienestar, Autoestima.

INTRODUÇÃO

O yôga é considerado uma prática integrativa e filosófica sistematizada por Patanjali, aproximadamente em 2.000 a.C., que contempla técnicas respiratórias, meditativas, de estímulo à hiperconsciência e bem-estar, com o suporte de execuções posturais (Fava et al., 2019). Além disso, a prática do yôga colabora para a redução de limitações corporais e psicológicas, contribuindo para a autonomia ao longo do envelhecimento, aumentando a força interior, a alegria e a saúde (Oliveira et al., 2020).

Nesse contexto, o que torna a experiência de envelhecer e o yôga interligados é o fato de que as práticas yoguis têm sido associadas a um processo colaborativo de rejuvenescimento humano, tanto estético quanto mental. Existem, inclusive, técnicas específicas do yôga direcionadas à redução de processos inflamatórios, ao aumento da neuroplasticidade e ao rejuvenescimento facial (Tolahunase et al., 2017).

No processo de envelhecimento, o Estatuto do Idoso e o Ministério da Saúde (2023) consideram pessoa idosa como aquela que a partir dos 60 anos de idade pode apresentar um declínio natural do organismo, com redução da aptidão física, aumento da incidência de doenças e maior demanda por serviços e custos no sistema público de saúde. Em vez de promover o envelhecimento saudável, muitas pessoas buscam cuidados somente após o diagnóstico de algumas restrições (Veras, 2029).

Ademais, o envelhecimento pode ser identificado como um fluxo contínuo de processos biológicos, psico-sociais e fisiológicos que alteram a homeostase, a capacidade cardiorrespiratória, o condicionamento muscular de resistência e força, bem como o emocional humano (Silva et al., 2020).

Por conseguinte, a realização de exercícios cardiorrespiratórios, neuromusculares e de alongamento, realizados de duas a três vezes por semana, proporciona benefícios para a qualidade de vida. Assim, a prática regular e orientada desses exercícios físicos na terceira idade incentiva o indivíduo à resignificação de suas atividades e capacidades, permitindo a manutenção ou desenvolvimento de habilidades subestimadas, tornando-se aliadas à qualidade de vida e à independência desse grupo etário (Lopes et al., 2014).

Além do mais, a autoestima é um fator relevante para a saúde integral da comunidade. Contudo, na medida em que ocorre o processo de envelhecimento, várias atividades da vida profissional e cotidiana adulta podem tornar-se limitadas, causando algum tipo de insatisfação e prejuízo sensorial-motor e psicológico na ausência de atividades físicas e cuidados pessoais (Souza Junior et al., 2021).

Diante disso, um eixo relevante de estudo é o seguinte questionamento: quais as contribuições da prática de yôga no processo de envelhecimento? A fim de construir um fluxograma de ações e resultados pertinentes à análise sobre o envelhecimento a partir das práticas de yôga, o objetivo desta pesquisa é realizar uma revisão integrativa, enfatizando qualitativamente os benefícios de uma rotina assistida e regular de yôga como prática terapêutica é benéfica na terceira idade.

MÉTODOS

Este trabalho será conduzido por meio de uma revisão integrativa de literatura, o estudo é de natureza qualitativa, seguindo as etapas propostas por Whittemore e Knafl (2005). A pesquisa será realizada no período de 8 de abril de 2024 a 20 de maio de 2024, abrangendo estudos publicados até o ano de 2024. As principais bases de dados que serão consultadas para a busca de artigos incluirão PubMed, SciELO e Google Scholar.

As buscas serão realizadas utilizando uma combinação de palavras-chave relacionadas aos seguintes temas: "Yôga", "Envelhecimento", "Terceira Idade". As palavras-chave serão combinadas utilizando operadores booleanos (AND, OR) para refinar a busca e garantir a inclusão de estudos relevantes.

Os critérios de inclusão dos estudos serão artigos originais, revisões sistemáticas e meta-análises publicados em periódicos científicos revisados por pares, estudos que aborda a importância do yôga e seus impactos na promoção da saúde e nos resultados clínicos dos pacientes, estudos disponíveis em texto completo e em idioma inglês, português ou espanhol, e estudos publicados até o ano de 2023.

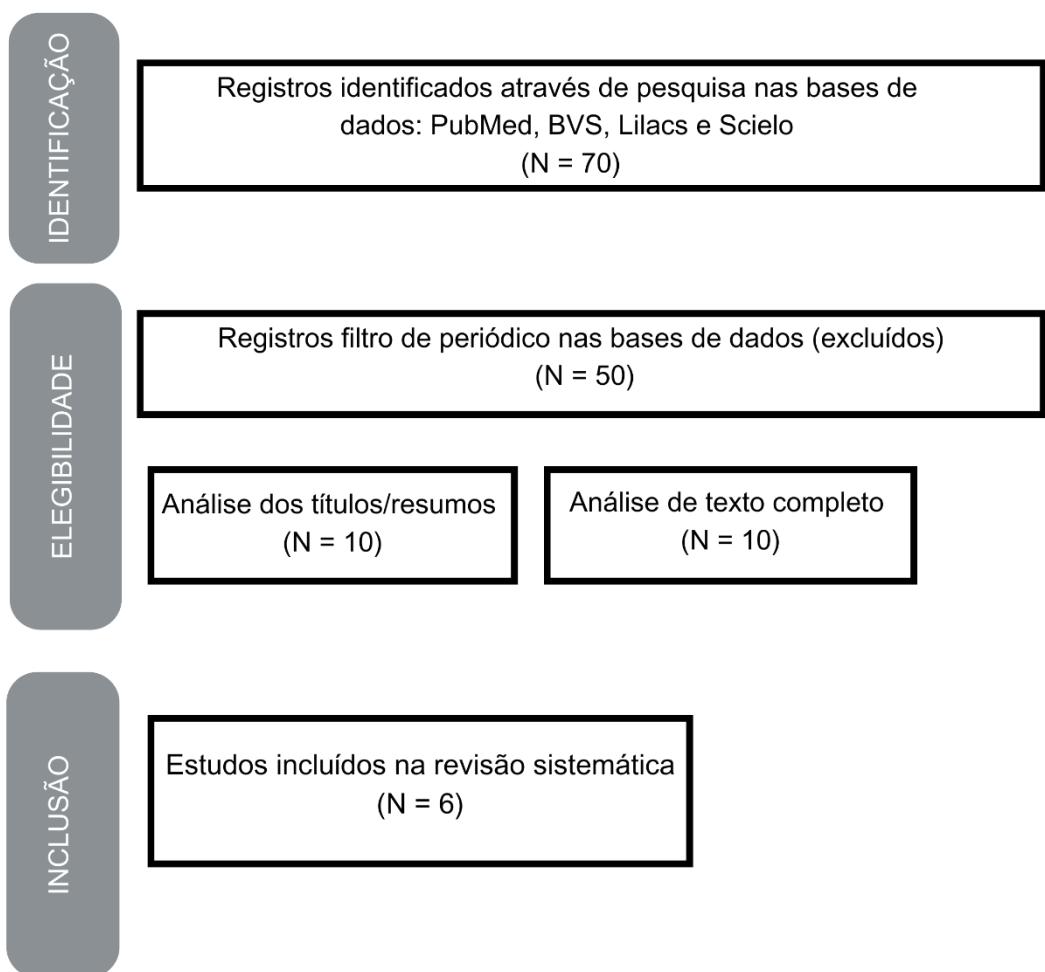
Os critérios de exclusão serão estudos que não estejam relacionados diretamente ao tema proposto, relatos de caso, editoriais e cartas ao editor, e estudos duplicados ou com dados redundantes.

A seleção dos estudos será realizada de forma independente por dois revisores, com uma terceira revisão em caso de discordância. A extração dos dados será feita utilizando um formulário padronizado, incluindo informações sobre autores, ano de publicação, método, resultados principais e conclusões. Os dados serão analisados qualitativamente e sintetizados para responder aos objetivos do estudo.

A análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa qualitativa que visa identificar padrões, temas e significados em um conjunto de dados textuais. Essa abordagem envolve uma série de etapas, incluindo a codificação do conteúdo, a categorização dos dados e a interpretação dos

resultados, permitindo aos pesquisadores extrair insights e compreender os fenômenos estudados

Figura 1 - Fluxograma do processo de seleção dos estudos



Fonte: Autores, 2024

RESULTADOS

Os resultados foram baseados na coleta de dados de 6 artigos selecionados, seguindo critérios de inclusão. Foram utilizados artigos em inglês e português, sendo possível visualizar as principais informações dos estudos selecionados na Tabela 1, apresentada abaixo.

Tabela 1 – Efeitos do yôga na prática cotidiana

Autor	Ano	Periódico	Título	Objetivos	Resultados
-------	-----	-----------	--------	-----------	------------

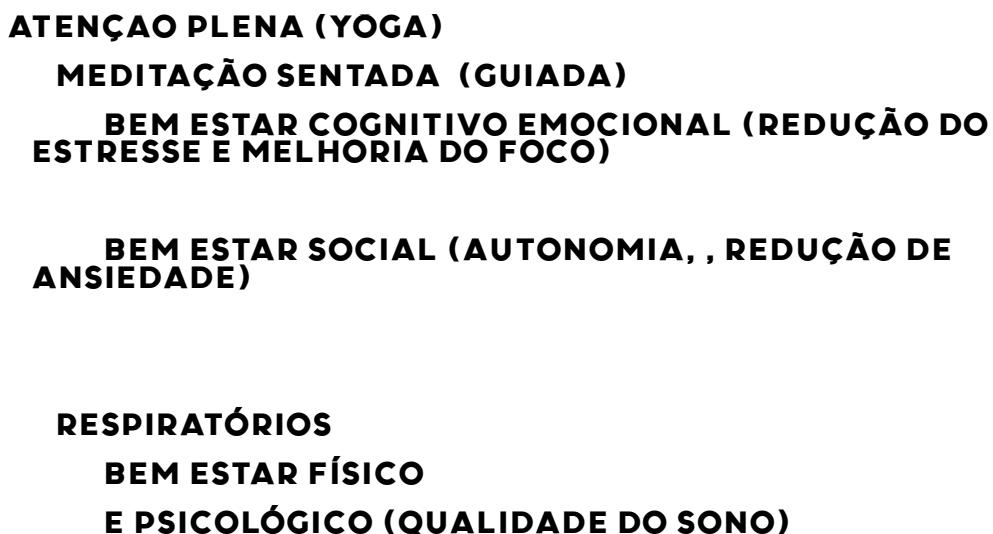
Furtado, 2020	Repositório UNESC	Estudo comparativo entre exercício resistido e Yôga no cuidado com a saúde física e mental de idosos: Evidências para implantação no Serviço Único de Saúde	O objetivo da pesquisa é avaliar a eficácia de diferentes modelos de exercício físico na melhora do sistema físico, funcional, emocional e cognitivo de idosos.	O Yôga melhora o estado mental, ajuda na manutenção de memória, fluência verbal e não piora de quadros depressivos e de ansiedade. Melhora ainda aptidão física, flexibilidade e mantém medidas antropométricas.
De Araujo et al., 2029	Revista UFG, v. 19	“Envelhecimento saudável”: a educação física no contexto da saúde, linguagem e movimento humano	Compreender as práticas extensionistas da Educação Física com idosos no contexto da saúde, linguagem e movimento humano, com ênfase nas Práticas Integrativas e Complementares (PICS)	Ocorreram conquistas de práticas que valorizaram as expressões em diferentes linguagens e promoveram as competências comunicativas dos idosos, ampliando relações sociais harmoniosas e valorização das capacidades individuais.
Rodrigues, 2029	Repositório Institucional da UFPB	Os efeitos do yôga sobre parâmetros cognitivos e afetivos no envelhecimento saudável	Verificar os efeitos do Hatha Yôga sobre a atenção, memória e parâmetros relacionados, como ansiedade e depressão, em idosos saudáveis.	Ásanas, exercícios respiratórios e relaxamento foram os maiores motivadores da escolha do yôga contribuindo na autonomia dos indivíduos.
Mizuno et al., 2018	Revista Movimento	Contribuições da prática do iogana condição de saúde, atitudes e comportamentos de mulheres adultas e idosas	Analizar percepções de mulheres adultas e idosas sobre mudanças na saúde, atitudes e comportamentos, relacionadas à prática de Hatha Yôga.	Consciência, autonomia, autocuidado, integralidade e bem estar
Cardoso et al., 2023	Repositório Faculdade de Fama	As contribuições do Yôga na saúde de idosos: uma revisão bibliográfica	O objetivo do trabalho é discutir os benefícios do yôga, tanto fisicamente e mentalmente, e a importância da sua prática para a saúde dos idosos.	A prática do yôga tem mais ênfase contribuindo na socialização, qualidade de vida dos idosos, tanto em aspectos corporais, cognitivos e psicológicos e que menos contribui na

				hipertrofia e emagrecimento, vale lembrar que o yôga não cura nenhuma doença, apenas contribui no processo de saúde dos idosos.
--	--	--	--	---

Fonte: Autores, 2024.

Outro resultado encontrado foi demonstrado na figura 2, a qual aborda os efeitos da construção da atenção plena, ação também desenvolvida pelas práticas de Yôga (PINHEIRO et al., 2021).

Figura 2 –Efeitos gerais do desenvolvimento da atenção plena pela metodologia yogí.



Fonte: Adaptado de Pinheiro e colaboradores (2021).

DISCUSSÃO

Estudos que aborda o envelhecimento e a qualidade do sono em idosos ainda são raros, contudo, fatores que minimizem a privação do sono e previne alterações em seu ritmo como a prática do yôga, abordada na figura 2, contribuem progressivamente para um envelhecimento saudável e a estimulação de efeitos rejuvenescedores (Guiesi et al., 2022).

A condição multiplidisciplinar do yôga, levando-o a ser designado como estudo científico através da yôgaterapia desde 1924 no Instituto de Kaivalyadhama, em Lonavla, Índia através do Swami Kuvalayananda apontou a valorização psicosomática do yôga, equilibrando

corpo, emoções e mente, assim estimulando o aumento da energia e a regulação ou minimização de condições patológicas (PEÇANHA et al., 2010).

Os estudos apontados na tabela 1 demonstraram que as práticas de yôga resultaram em melhorias efetivas na qualidade de vida dos indivíduos, o que corrobora com a análise de Souza (2019), que menciona a prática de yôga como uma dimensão microcósmica expandida à macrocósmica e contemplando interdisciplinarmente muitas dimensões do indivíduo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contribuições da prática do yôga no processo de envelhecimento variam desde efeitos estéticos até comportamentais e que contemplam a proposta de saúde integral do indivíduo na sua rotina cotidiana. Um ponto relevante do estudo foi a carência de estudos populacionais que avaliem por períodos prolongados os efeitos do yôga, principalmente entre populações da terceira idade.

Além das práticas convencionais do yôga que contemplam técnicas respiratórias, ásanas, meditação dentre outros feixes de práticas, técnicas yogins como o yôga facial ainda representam um caminho pouco investigado e que apresenta resultados promissores a serem abordados em novos estudos.

REFERÊNCIAS

BARROS, N. F. et al., Yôga e Promoção de Saúde. Ciência e Saúde Coletiva. V. 19, n. 4, p. 1305-1314, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Gestão do Cuidado Integral. Guia de cuidados para a pessoa idosa [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Gestão do Cuidado Integral. — Brasília : Ministério da Saúde, 2023.164 p.

CARDOSO, G.; GUIMARÃES, S. As contribuições do Yôga na saúde de idosos: uma revisão bibliográfica. **Faculdadefama.edu.br**, 2023.

DE ARAÚJO, L. C. G.; MELLER, V. A.; FARINA, E. C. R. “Envelhecimento saudável”: a educação física no contexto da saúde, linguagem e movimento humano. **Revista UFG**, v. 19, 1 out. 2019.

FAVA, M. C. et al. Percepções sobre uma prática de yôga: impactos no estresse diário e na saúde do trabalhador. **Aletheia**, v.52, n. 1, 2019. Acesso em 28 abr 2024:<<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/aletheia/article/view/5280>>.

GODOY, D. V. et al. Ioga versus atividade aeróbica: efeitos sobre provas espirométricas e pressão inspiratória máxima. **J Bras Pneumol**. V. 32, n. 2, p. 130-135, 2006.

GOMES, L. R. S. O hatha-yôga no Serviço de Orientação ao Exercício (SOE) em Vitória: liberdade e estilo de vida. *Rev Bras Ciênc Esporte*. v. 45, p. 1-9, 2023.

GUIESI, P. H. M. et al. Sono, estresse e envelhecimento: uma revisão narrativa. *Brazilian Applied Science Review*, v.6, n.5, p. 14202-14210, 2022.

LOPES, L. C; et al. Efeitos da atividade física na qualidade de vida de mulheres com sobrepeso e obesidade pós menopausa. *Ciência, Cuidado e Saúde*, vol.13, n.2, p. 439-446, 2014.

MIZUNO, J. et al. Contribuições da prática do ioga na condição de saúde, atitudes e comportamentos de mulheres adultas e idosas. *Movimento*, v. 24, n. 3, p. 947-960, 2018.

OLIVEIRA, M. E. de et al. Yôga e Envelhecimento: contribuições sobre a prática do Yôga na percepção de idosos de Fortaleza, CE. *Revista Kairós- Gerontologia*, v. 23, n. 4, p. 189-205, 2020.

PEÇANHA, D.L. Avaliação quali-quantitativa de intervenção com Yôga na promoção da qualidade de vida em uma universidade. *Bol. Acad. Paulista de Psicologia*, São Paulo, Brasil - V. 78, n 01, p. 199-218, 2010.

PESSOA -PB, J. UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA MESTRADO EM NEUROCIÊNCIA COGNITIVA E COMPORTAMENTO OS EFEITOS DO YÔGA SOBRE PARÂMETROS COGNITIVOS E AFETIVOS NO ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL MÔNICA DOS SANTOS RODRIGUES. [s.l: s.n]. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/22087/1/M%c3%b4nicaDosSantosRodrigues_Dissert.pdf>. Acesso em: 26 maio. 2024.

PINHEIRO, D. et al. Os benefícios do Mindfulness para um envelhecimento saudável e sustentável. Ponteditora. v. 2,n. 1-2, p. 38- 53, 2021.

SANTAELLA , D. F. et al. Yôga Relaxation (savasana) decreases cardiac sympathovagal balance in hypertensive patients. *Medicalexpress*, v.1, n. 5, p. 233-238, 2014.

SCAVONE, A. Mudança de Vida Facial com Yôga Facial e dicas para o seu bem estar. Campinas, Independently Published, 31 agosto 2020.

SILVA, Wender Ambrósio da. Et al. Exercícios físicos e o envelhecimento: Revisão de literatura. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 05, Ed. 09, Vol. 03, pp. 119-130. Setembro de 2020. ISSN: 2448-0959. Acesso em 05 maio 2024: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao-fisica/exercicios-fisicos>>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao-fisica/exercicios-fisicos

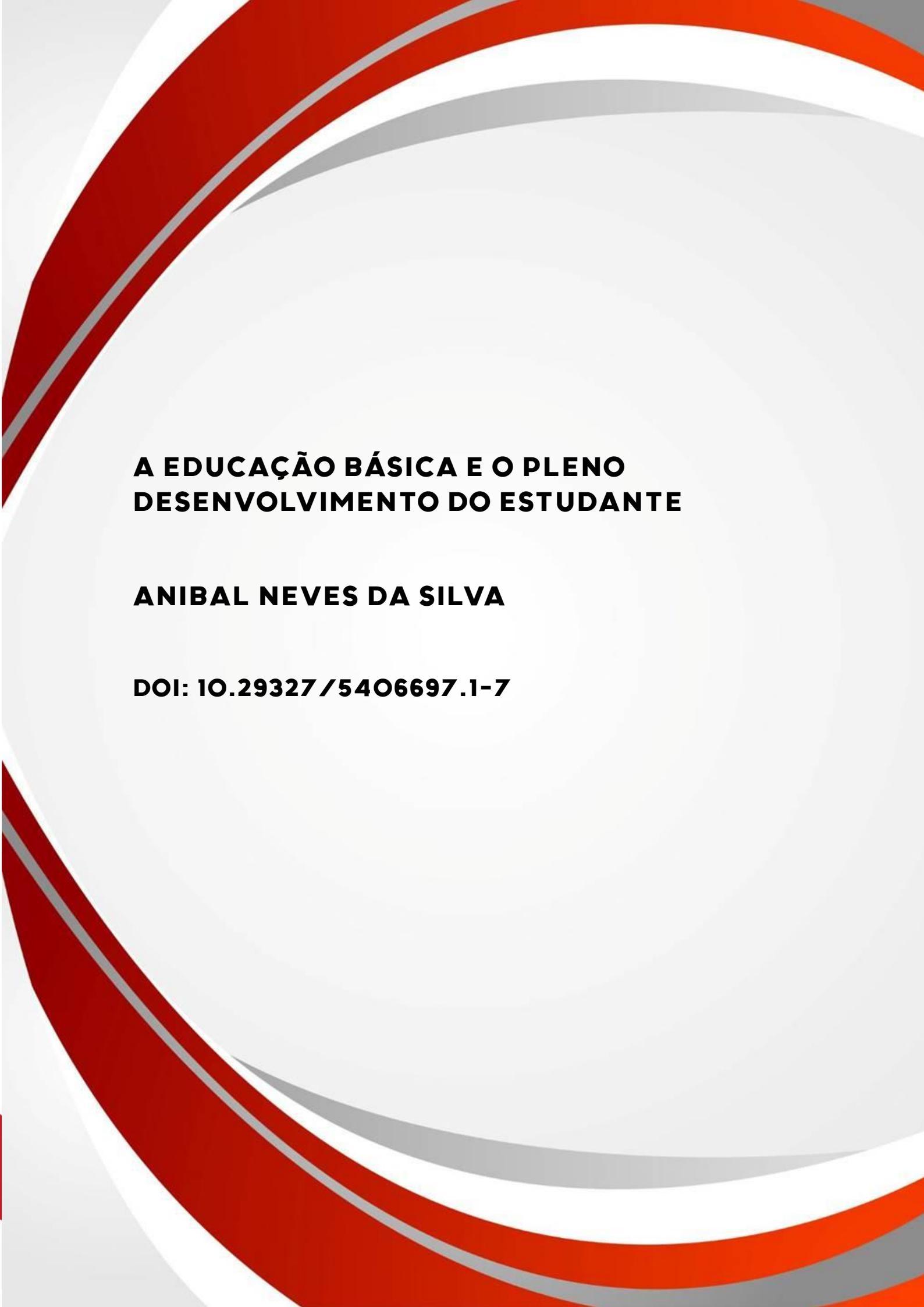
SOUZA Jr EV , et al. A autoestima está associada à qualidade de vida da pessoa idosa?. *Rev Bras Enferm*. V.75, Suppl 4, p. 1-9, 2022.

SOUZA, C. A. Mente e Awareness nos Tantras Indianos: fundamentos da Meditação, do Hatha Yôga e do Ayurveda. *Fractal, Rev. Psicol.*, v. 31, p. 220-227, 2019.

TOLAHUNASE, M. et al. Impact of Yôga and Meditation on Cellular Aging in Apparently Healthy Individuals: A Prospective, Open-Label Single-Arm Exploratory Study. *Oxidative Medicine and Cellular Longevity*, p. 1-7, 2017.

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA (MESTRADO PROFISSIONAL). [s.l: s.n.].Disponível em:
<<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/7794/1/Beatriz%20Antunes%20Giusti%20Furtado.pdf>>. Acesso em: 26 maio. 2024.

VERAS, R. P. Prevenção de doenças em idosos: os equívocos dos atuais modelos. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 10, p. 1834-1840, 2012. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X201200100003&lng=en&nrm=iso. Acesso: 21.02.2019.



A EDUCAÇÃO BÁSICA E O PLENO DESENVOLVIMENTO DO ESTUDANTE

ANIBAL NEVES DA SILVA

DOI: 10.29327/5406697.1-7

A EDUCAÇÃO BÁSICA E O PLENO DESENVOLVIMENTO DO ESTUDANTE

Anibal Neves da Silva

RESUMO

Tendo por referência o que está prescrito na LDBE sobre a Educação Básica, em síntese podemos considerar que ela corresponde na formação estudantil, que compreende desde a fase infantil até a fase da juventude, e que está sistematicamente dividida em quatro etapas que são: Educação Infantil, Ensino Fundamental 1, Ensino Fundamental 2 e Ensino Médio. Cada etapa possui uma grade curricular específica, propiciando aos estudantes acesso aos conhecimentos correspondentes às diversas disciplinas. Conforme o que prescreve o artigo 22 da LDBE, o objetivo da Educação Básica é “**desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores**”. Isto posto, concebemos que a Educação Básica se configura em um relevante instrumento de práxis pedagógica, científico e profissionalizante para contribuir com o progresso da sociedade brasileira, tendo em vista **ela pretender uma formação que visa alcançar o pleno desenvolvimento estudantil, conforme estabelece o artigo 2º da LDBE**.

Palavras-Chaves: Ensino, Educação, Formação, Desenvolvimento.

ABSTRACT

Taking as a reference what is prescribed in the LDBE on Basic Education, in summary we can consider that it corresponds to student training, which ranges from the childhood stage to the youth stage, and which is systematically divided into four stages, which are: Early Childhood Education , Elementary School 1, Elementary School 2 and High School. Each stage has a specific curriculum, providing students with access to knowledge corresponding to the different disciplines. According to what is prescribed in article 22 of the LDBE, the objective of Basic Education is “to develop the student, ensure them the essential training for exercising citizenship and provide them with the means to progress at work and in subsequent studies”. That said, we believe that Basic Education is a relevant instrument of pedagogical, scientific and professional praxis to contribute to the progress of Brazilian society, given that it aims to provide training that aims to achieve full student development, as established in article 2. from LDBE.

Keywords: Teaching, Education, Training, Development.

RESUMEN

Tomando como referencia lo prescrito en la LDBE sobre Educación Básica, en resumen podemos considerar que corresponde a la formación de los estudiantes, que abarca desde la etapa infantil hasta la etapa juvenil, y que se divide sistemáticamente en cuatro etapas, que son: Temprana Educación Infantil, Escuela Primaria 1, Escuela Primaria 2 y Bachillerato. Cada etapa cuenta con un plan de estudios específico, proporcionando a los estudiantes el acceso a conocimientos correspondientes a las diferentes disciplinas. Según lo dispuesto en el artículo 22 de la LDBE, el objetivo de la Educación Básica es “desarrollar al estudiante, asegurarle la formación imprescindible para el ejercicio de la ciudadanía y proporcionarle los medios para progresar en el trabajo y en los estudios posteriores”. Dicho esto, creemos que la Educación Básica es un instrumento relevante de praxis pedagógica, científica y profesional para contribuir al progreso de la sociedad brasileña, dado que tiene como objetivo brindar una formación que apunte a lograr el pleno desarrollo de los estudiantes, como lo establece el artículo 2. del LDBE.

Palabras-clave: Enseñanza, Educación, Formación, Desarrollo.

INTRODUÇÃO

De acordo com a LDBE a Educação Básica corresponde na formação estudantil, que vai desde a fase infantil até a fase da juventude, compreendendo a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Sistematicamente ela está dividida nas seguintes etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental 1, Ensino Fundamental 2 e Ensino Médio. Cada etapa possui uma grade curricular específica, propiciando aos estudantes acesso aos conhecimentos correspondentes às diversas disciplinas, para que estes alcancem no final da última etapa à formação plena, estabelecida no artigo 2º da LDBE. Corroborando com o artigo supracitado, observamos que o artigo 22 da LDBE prescreve que o objetivo da Educação Básica é “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Neste sentido, consideramos que a Educação Básica se apresenta como um importante recurso de efetivação da práxis pedagógica, como também de uma formação científico e profissionalizante e que, por isso, ela é imprescindível para o desenvolvimento e o progresso da sociedade brasileira, haja vista ela propiciar uma formação que vai desde a fase infantil até a juventude, para que, no transcorrer dessa trajetória, eles adquiram conhecimento e aprendam a desenvolverem suas habilidades, além de preparar os estudantes para o exercício da cidadã e para ingressar no mundo do trabalho. Destarte, este artigo corresponde em um empreendimento teórico de mais um tema referente ao último capítulo da nossa tese de doutorado e que objetiva discernir sobre o pleno desenvolvimento estudantil na Educação Básica, consoante está discorrido.

DESENVOLVIMENTO

A EDUCAÇÃO BÁSICA E O PLENO DESENVOLVIMENTO DO ESTUDANTE

Tendo por referência a etimologia a palavra base, do grego *básiseós*, que significa tanto fundação, suporte, pedestal, suporte, quanto marchar, andar, avançar e a definição do dicionário sobre o termo pleno que significa completo, inteiro, integral, entendemos que a concepção de uma educação escolar plena corresponde em uma formação que propicie o desenvolvimento integral do estudante. Sobre desenvolvimento integral o documento das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica afirma o seguinte:

O desenvolvimento integral é contínuo e permanente, começando no nascimento e se estendendo por toda a vida. Acontece em diferentes espaços: em casa, na escola e outros locais, mas, em todos os lócus, a educação integral prioriza os processos

geradores de inventivos para sujeitos participativos, além de preparados para as inserções sociais. Eles são capazes de intervir nas formas de produção, sob diferentes aspectos da vida. (DCNGB).

Entendemos que o referido documento prescreve que o desenvolvimento integral ocorre de forma contínua desde o nascimento e se estendendo por toda vida do sujeito e nos mais diversos ambientes que ele faz parte. Entendemos também que sua prescrição converge com a proposta de uma educação que visa o desenvolvimento integral dos estudantes da educação básica.

As pesquisas sobre uma educação que objetiva o desenvolvimento pleno, integral do estudante, indicam que, historicamente, ela remonta desde o período clássico da Grécia antiga, século V a.C. com a instituição da paidéia. De acordo com Coelho e Portilho (2009), a educação visando o desenvolvimento integral concebida pelos gregos da antiguidade, objetivava o aprimoramento da formação do homem em todas as dimensões da sua existência, para que ele esteja apto a lidar de forma prudente, virtuosa, racional com todas as questões problemas da sociedade daquela época. Nesta perspectiva, a paidéia representou o instrumento pedagógico mais eficiente para propiciar uma educação que desenvolvesse o desenvolvimento integral do homem grego, visando assegurar a ordem, a harmonia, a virtude e o progresso da sociedade da polis grega. Essa educação de característica holística do provo grego, é apresentada nos textos de Jaeger (2003), quando ele destaca que:

Não se pode evitar o emprego de expressões modernas como civilização, cultura, tradição, literatura ou educação; nenhuma delas, porém, coincide realmente com que os gregos entendiam por paidéia. Cada um daqueles termos se limita a exprimir um aspecto daquele conceito global e, para abranger o campo total do conceito grego, teríamos de empregá-los todos de uma só vez. (Jaeger, 2003, p. 2).

As proposições de Jaeger (2003), demonstram que o entendimento que os gregos constituíram sobre a padéia era bem abrangente e a ideia conceitual concebia uma formação holística, buscando contemplar todas as dimensões que constituem o sujeito. Um dos principais objetivos da paidéia grega era formar um cidadão completo, para aplicar de forma virtuosa e racional, na sociedade da polis, todos os seus talentos adquiridos durante o período que estava sendo formado.

Para Coelho e Portilho (2009), o conceito de paidéia foi sendo ampliado à medida que os gregos buscavam conceber uma educação que propiciasse um conhecimento filosófico, uma consciência ética-cidadã, um profícuo saber político, uma eficiente instrução profissional, uma competente formação estética etc. Neste sentido, a paidéia grega tinha por propósito uma formação que contemplasse as dimensões física, intelectual, psicológica e espiritual do sujeito.

É neste tipo de formação que é identificada as características de uma educação plena na paidéia grega, visando alcançar o ideal de homem e de cidadão. Jaeger (2003), descreve esse modelo idealizado de educação, de homem e de cidadão:

A nova sociedade civil e urbana tinha uma grande desvantagem em relação à aristocracia, porque, embora possuísse um ideal de Homem e de cidadão e o julgasse, em princípio, muito superior ao da nobreza, carecia de um sistema consciente de educação para atingir aquele ideal. A educação profissional, herdada do pai pelo filho que lhe seguia o ofício ou a indústria, não se podia comparar à educação total de espírito e de corpo do nobre *καλός καγαθος*, baseada numa concepção total do Homem. Cedo se fez sentir a necessidade de uma nova educação, capaz de satisfazer aos ideais do homem da polis. Nisto, como em muitas outras coisas, o novo Estado não teve outro remédio senão imitar. Segundo os passos da antiga nobreza, que mantinha rigidamente o princípio aristocrático da raça, tratou de realizar a nova areté, encarando como descendentes da estirpe ática todos os cidadãos livres do Estado ateniense e tornando-os membros conscientes da sociedade estatal e obrigados e obrigados a se colocarem a serviço do bem da comunidade. Era uma simples ampliação do conceito de comunidade de sangue, com a única diferença de que a vinculação a uma estirpe substituía o antigo conceito aristocrático do Estado patriarcal. [...] O nascimento da Paidéia grega é o exemplo e o modelo deste axioma capital de toda a educação humana. A sua finalidade por superação dos privilégios da antiga educação para qual a areté só era acessível ao sangue divino. (Jaeger, 2003, p. 336-337).

Nas palavras de Jaeger (2003), a paidéia foi uma quebra de paradigma em relação ao modelo educacional aristocrático anterior que predominou a séculos na sociedade grega. A versão educacional da paidéia, visava um ideal de homem além da estética, além de uma formação aristocrática, além da virtude heroica, buscava um ideal de homem humano e também um ideal de cidadão da polis que não representasse apenas um segmento da sociedade. Consoante Jaeger (2003), esse ideal de homem humano e de cidadão só é possível mediante uma educação que propicie uma significativa mudança de perspectiva, de abstração, de releitura, de reinterpretação, de ressignificação e de entendimento sobre a realidade física e metafísica, sobre o conhecimento, sobre a política, sobre as instituições sociais e sobre o homem. Nesta perspectiva, consideramos que a paidéia se configurou como uma revolução educacional na história do povo grego.

De acordo com Coelho e Portilho (2009), ao vislumbrar uma formação que alcançasse o ideal de homem humano e de cidadão a paidéia estava filosoficamente propondo um modelo de educação plena, integral, visto que a concepção de humano não se restringe as características físicas que diferem um ser de outros seres, mas um ser que é provido de consciência, saber e discernimento sobre o mundo, sobre os diversos povos e culturas, sobre valores morais e ética, sobre a existência material e espiritual sobre o ser humano e o ser transcidente. Na perspectiva grega, uma educação plena é aquela com capacidade de formar um homem com um conhecimento holístico para lidar de forma inteligente e eficiente com os mais complexos

desafios da vida e da sociedade. Daí o conceito de paidéia expressar a ideia de uma educação que objetiva à totalidade, à integralidade, à plenitude.

Destarte, os estudos que visam entender conceitualmente o que é uma educação plena, indicam uma ideia comum sobre a referida temática, que é uma educação que concebe o sujeito com todas as dimensões de sua existência e que faz parte de um contexto de relações interpessoais. Entendemos que esse conceito converge com a ideia de inteiro, de completo de plenitude do sujeito e que, por isso, para que ele tenha uma formação que contemple a multidimensionalidade de sua existência, é necessária uma educação de característica holística, considerando que esse tipo de educação possui competência para propiciar, mediante uma prática pedagógica diversificada, o desenvolvimento do sujeito nas dimensões física, intelectual, emocional, cultural, social, política e espiritual.

Continuando nesta perspectiva reflexiva, concebemos relevante destacar o entendimento que Maurício (2009), tem sobre a educação integral, por considerarmos análogo a concepção de educação plena, conforme está descrito abaixo:

A educação integral reconhece a pessoa como um todo e não como um ser fragmentado, por exemplo, entre corpo e intelecto. Que esta integralidade se constrói através de linguagens diversas, em variadas atividades e circunstância. O desenvolvimento dos aspectos afetivo, cognitivo, físico, social e outros se dá conjuntamente. (Mauricio, 2009, p. 54-55).

A proposição citada acima expressa que a educação integral concebe o sujeito de forma inteira e, por isso, implementa um aprendizado pedagógico que objetiva reconstituir a unidade do estudante fragmentada por vários fatores que estão presentes no contexto em que vivem. Essa reconstituição acontece em um outro contexto que é o escolar, visto que, a escola proporcionará, dentre vários aprendizados, o de si mesmo. Convergindo com esta concepção se apresenta as teorias de Guará (2006), ressaltando que:

A concepção de educação integral que a associa à formação integral traz o sujeito para o centro das indagações e preocupações da educação. Agrega-se a ideia filosófica de homem integral, realçando a necessidade de homem integrado de suas faculdades cognitivas, afetivas, corporais e espirituais, resgatando como tarefa prioritária da educação, a formação do homem, compreendido em sua totalidade. Na perspectiva de compreensão do homem como ser multidimensional, a educação deve responder a uma multiplicidade de exigências do próprio indivíduo e do contexto em que vive. Assim, a educação integral deve ter objetivos que construam relações na direção do aperfeiçoamento humano. (Guará, 2006, p. 16).

A concepção de Guará (2006), amplia o entendimento sobre a educação integral, em função do homem ser um sujeito multidimensional. Essa multidimensionalidade corresponde na síntese tanto da existência interna do sujeito como a biofísica, a intelectual, a emocional, a

psicológica, quanto da existência externa como a social, a cultural, a política e a escolar, considerando que é no espaço e no contexto escolar que acontece a educação escolar.

Diante do que foi apresentado até o momento sobre a educação plena, entendemos que ela representa uma metodologia pedagógica diferenciada em relação à educação que objetivava apenas a dimensão intelectual do sujeito, condicionando-o a um saber pragmático.

Tal metodologia proporciona ao sujeito desenvolver uma aprendizagem mais abrangente, sociocognitiva e verossímil sobre as diversas áreas do conhecimento, sobre as instituições sociais, sobre a realidade que está inserido, sobre a experiência transcendental, sobre sua subjetividade e sobre a própria educação, possibilitando assim a construção de conceitos que se assemelham à veracidade sobre ela.

Portanto, considerando que a premissa do termo pleno evoca a ideia de inteiro, de completude, de estar finalizado em si, entendemos que uma educação plena propicia a formação de um sujeito que, em síntese, aprendeu a ler e a interpretar a história, a sociedade, o conhecimento, a escola, a vida e a si mesmo de forma verossímil.

CONCLUSÃO

Considerando que a Educação Básica tem por propósito primaz o pleno desenvolvimento estudantil, é imprescindível entender que a formação do estudante desse nível de educação não pode ser básica e não priorizar um modelo que predomine uma formação mais profissionalizante do que científica, pois contraria sua pretensão ao pleno desenvolvimento, mas precisa ser uma formação que contemple todas as dimensões da existência do referido estudante, além de levar em conta o contexto social, econômico, cultural e político que ele está inserido e com as diversas experiências que ele vivenciou nesse contexto. Neste sentido, entendemos que a Educação Básica possui um desafio ousado que é propiciar um desenvolvimento humano no transcorrer de todas as etapas que das quais ela é responsável e que, portanto, faz com que a formação desse estudante ultrapasse os limites da sala de aula. Pedagogicamente, tal desafio implica colocar esse estudante no centro da aprendizagem educacional para que ele aprenda a desenvolver todo seu potencial, isto é, o cognitivo, o social, o físico, o comunitário e o espiritual.

Observamos que o estudante da Educação Básica está inserido em uma sociedade que predomina a lei do mercado em todas as esferas que a constitui e que requer um modelo educacional pragmático, instrumental, ideológico, cujo objetivo primaz é formar mão de obra qualificada para atender as demandas do mercado de trabalho. Diante dessa realidade,

concebemos que a Educação Básica precisa ser pedagogicamente competente para formar não apenas um estudante instrumentalizado, mas um sujeito humano, capaz de suplantar o modelo projetado pela globalização e fazer prevalecer na prática uma educação plena através dos cidadãos formados tal qual estabelece o Art. 2º da LDBE. Concluímos considerando que para a Educação Básica superar todos os modelos pedagógicos impostos pelo mercado globalizado, ele precisa sempre se aprimorar para não comprometer sua imprescindível missão que é a formação plena do estudante.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- CARNEIRO, Moacir Alves. *LDB fácil – leitura crítico-compreensiva artigo a artigo. 17. ed. Atualizada e ampliada.* 2010, Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- COELHO, L. M. C. C.; PORTILHO, D. Releitura da concepção de educação integral nos CIEPs: para além das caricaturas ideológicas. In: COELHO, L. M. C. C. (Org.). *Educação integral em tempo integral: estudos e experiências em processo.* Petrópolis, RJ: DP et Alli, 2009a. p. 89-102.
- Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- GUARÁ, I. Educação integral. Articulação de projetos e espaços de aprendizagem. 2006. Disponível em: http://www.cenpec.org.br/modules/xt_conteudo/index.php?ide=46.html. Acessado em 25 de dezembro de 2023.
- JAEGER, Werner. *Paidéia, a Formação do Homem Grego.* 2003, São Paulo: Martins Fontes.
- MAURÍCIO, Lúcia V. *Políticas públicas, tempo, escola.* In: *Educação integral em tempo integral: Estudos e experiências em processo.* 2009, Petrópolis, RJ: DP et Alli/ FAPERJ.

**PROPOSTA DE UM APLICATIVO DE LEITURA
CIENTIFICA PARA ESTUDANTES DO ENSINO
MÉDIO E TECNOLÓGICO DO PARA: NÃO É MAIS
UM E SIM UM QUE PODE INTERAGIR COM O
LEITOR**

**BIRATAN DOS SANTOS PALMEIRA
RICARDO FIGUEIREDO PINTO**

DOI: 10.29327/5406697.1-8

PROPOSTA DE UM APPLICATIVO DE LEITURA CIENTIFICA PARA ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO E TECNOLÓGICO DO PARA: NÃO É MAIS UM E SIM UM QUE PODE INTERAGIR COM O LEITOR

Biratan dos Santos Palmeira

Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

Realiza-se neste trabalho uma pesquisa documental dos principais aplicativos de leituras que estão no mercado, alguns gratuitos e outros pagos, tendo como objetivo apresentar as características dos principais aplicativos de leitura e propor outro aplicativo de leitura para estudantes do ensino médio tecnológico. Foi utilizado como procedimento metodológico a análise documental de artigos atuais e com as características desses principais aplicativos de leitura e esses artigos de autores reconhecidos pela comunidade científica sobre o tema leitura e formação de leitores, com seus muitos diferenciais e a mudança de paradigma na necessidade de habilitar novos e mais leitores no ensino médio. Verificou-se que as definições de leitura e formação de leitores, passou por uma transformação nos últimos 40 (quarenta anos) principalmente pelo processo de novas mídias e aplicativos que aceleram e aproximam leitores. Por se tratar de um estudo teórico, apresentam alguns problemas relacionados aos limites do próprio método e do tempo e duração do mesmo, novos estudos precisam ser realizados, mas conclui-se que os atuais aplicativos ainda não atendem as reais necessidades dos leitores atuais para ensino médio e que um novo aplicativo mais flexível e de fácil acesso pode resolver o problema.

Palavras-chave: Leitura; Formação de Leitor; Aplicativos; Ebooks; Ciência.

ABSTRACT

In this work, a documentary research is carried out on the main reading applications that are on the market, some free and others paid, with the aim of presenting the characteristics of the main reading applications and proposing another reading application for technological high school students. The methodological procedure was the documentary analysis of current articles with the characteristics of these main reading applications and these articles by authors recognized by the scientific community on the subject of reading and reader training, with its many differences and the paradigm shift in the need for enable new and more readers in high school. It was found that the definitions of reading and the formation of readers have undergone a transformation in the last 40 (forty years) mainly due to the process of new media and applications that accelerate and bring readers closer together. As it is a theoretical study, it presents some problems related to the limits of the method itself and its time and duration, new studies need to be carried out, but it is concluded that current applications still do not meet the real needs of current readers for teaching. average and that a new, more flexible and easily accessible application could solve the problem.

Keywords: Reading; Reader Training; Applications; Ebooks; Science.

RESUMEN

En este trabajo se realiza una investigación documental sobre las principales aplicaciones de lectura que hay en el mercado, algunas gratuitas y otras de pago, con el objetivo de presentar las características de las principales aplicaciones de lectura y proponer otra aplicación de lectura para estudiantes de secundaria tecnológica. El procedimiento metodológico fue el análisis documental de artículos de actualidad con las características de estas principales aplicaciones

de lectura y de estos artículos de autores reconocidos por la comunidad científica en el tema de la lectura y la formación lectora, con sus múltiples diferencias y el cambio de paradigma en la necesidad de habilitar Nuevos y más lectores en la escuela secundaria. Se encontró que las definiciones de lectura y formación de lectores han sufrido una transformación en los últimos 40 (cuarenta años) debido principalmente al proceso de nuevos medios y aplicaciones que aceleran y acercan a los lectores. Al ser un estudio teórico presenta algunos problemas relacionados con los límites del método en sí y su tiempo y duración, es necesario realizar nuevos estudios, pero se concluye que las aplicaciones actuales aún no satisfacen las necesidades reales de los lectores actuales. para la enseñanza y que una aplicación nueva, más flexible y de fácil acceso podría resolver el problema.

Palabras clave: Lectura; Formación de Lectores; Aplicaciones; Libros Electrónicos; Ciencia.

INTRODUÇÃO

A escolha do tema se deu em função da importância do desenvolvimento da habilidade de leitura por estudantes do ensino médio tecnológico, após retorno ao cenário local de um debate atual técnico sobre essa necessidade. Dentro da atual crise de paradigmas da Educação em leitura em Belém, no Pará e no Brasil, que é pouco abordada, trata exatamente da mudança de paradigmas do livro físico ao ambiente virtual, via aplicativos. Este ensaio faz parte de uma reflexão inicial, jamais com o intuito de esgotar o tema, muito pelo contrário, apenas despertar certas ações e apresentar omissões dos entes e agentes públicos, no que tange a formação de leitores e uso de app para leitura técnica e científica e suas muitas implicações na sociedade local, sob a orientação do professor PHD Ricardo Figueiredo Pinto.

Como profissional de educação física, que a cada ano que passa, observa e percebe um arsenal etapas que o leitor normal precisa desenvolver, assim como diz Santos (1991) para o desenvolver dessas habilidades são necessários um ensino ativo das habilidades e disponibilidade de uma grande quantidade de material de leitura, ou seja, um método no qual as universidades junto com seus professores desenvolvam alternativas para uma leitura com aspectos criativos numa ação que facilite a sua adaptação ao meio social, primordial nos estudantes do ensino médio tecnológico.

Sabendo que alcançar o máximo de proveito para aprendizagem é necessário realizar um planejamento estratégico de busca, acesso e o uso de fontes de informação correta facilitara a solução de problemas informacionais e colaboram na geração e inovação do conhecimento (Reis, 2005, p. 17).

Estratégia que solicita habilidades e métodos para encontrar a fonte correta, ou seja, processo e competência informal que segundo Campello (2000) é a função educativa da biblioteca e do bibliotecário que exibe conceitos sobre a introdução aos métodos de busca, ações

planejadas e direções que devem ser tomadas no uso da biblioteca e de seus recursos utilizados pelo docente e discente.

DESENVOLVIMENTO

HISTÓRICO DOS APLICATIVOS DE LEITURA TÉCNICA E CIENTÍFICA

Em 1455, o alemão Johannes Gutenberg apresentou ao mundo o primeiro livro impresso por meio do uso de uma prensa móvel, e o que veio a ser o mais importante incunáculo da história, a tradução em latim da Bíblia, conhecida como a Bíblia de Gutenberg (Library of Congress, 2000). Em 1971, o americano Michel Hart digitalizou a Declaração de Independência dos Estados Unidos, criando o primeiro livro eletrônico (Lebert, 2008), isto é o e-incunáculo com maior relevância da história.

Foram necessários cinco séculos para que o livro, no formato como foi criado por Gutenberg, passasse a sofrer modificações realmente significativas. Porém, não foi necessário muito mais do que quarenta anos para que o livro, como foi desenvolvido por Hart, em formato eletrônico, se transformasse completamente. De páginas estáticas, sem possibilidades de realizar marcações ao longo do texto e passível de ser enviado a apenas 100 outros leitores, os livros eletrônicos atualmente são editados de diferentes formas, podem ser interativos e abertos à inserção de informações por parte do leitor, acessível a partir de diferentes fontes e distribuídos por meio de páginas web, emails, códigos QR, etc. O livro eletrônico atual é completamente diferente da e-incunáculo de Hart, entretanto, ambos possuem um importante ponto em comum: a necessidade de um software específico para que possa ser lido utilizando um dispositivo eletrônico fixo ou móvel.

Dentro do contexto da leitura digital, a escolha por qual dispositivo utilizar não é uma tarefa indiferente. A experiência de leitura em um computador não é necessariamente a mesma que em um tablet, assim como, não é igual ler um e-reader ou ler em um smartphone. Por isso, dentro do âmbito da pesquisa sobre a leitura, existem diferentes experimentos que buscam compreender qual é o impacto que o uso de cada um destes dispositivos pode gerar no processo e na prática da leitura (Dantas, 2017; Grzeschik, Kruppa, Marti; Donner, 2011; Kang & Eune, 2012; Mangen, 2008; Richardson Jr; Mahmood, 2012; Tveit; Mangen, 2014).

Assim, em virtude das diferentes opções e da importância que podem representar cada uma delas, nos últimos anos começa a aumentar o interesse por parte dos pesquisadores em realizar experiências enfocadas na observação da prática da leitura a partir do uso de diferentes

softwares, e mais especificamente de aplicativos móveis utilizados para a leitura (Aamri, Greuter; Walz, 2015; Li & Wu, 2017).

Examinando o cenário no qual é realizada a leitura digital, desde os dispositivos até os aplicativos, compreendemos que a prática da leitura torna-se mais dinâmica, com a melhoria de algumas atividades que já eram realizadas dentro do contexto impresso e com o estímulo para serem realizadas ações que tornaram-se muito mais intensas a partir do crescimento do uso das novas tecnologias da informação no cotidiano, como o ato de compartilhar as atividades desempenhadas, as opiniões sobre determinados argumentos, dentre outros.

Hoje, a cultura hipermidiática emerge trazendo um repertório variado de elementos interativos, mesclando textos com imagens animadas e sons atrativos, culminando na existência de uma multiplicidade de conhecimentos agregados ao universo da literatura científica na medida em que rompe os padrões engessados do texto linear tradicional.

A hipermídia conquistou seu espaço no cenário nacional a partir dos anos de 1990 em meio ao surgimento da informática e das tecnologias digitais interativas. Atualmente, vive-se numa era de linguagens híbridas e de múltiplos conhecimentos impulsionados pela convergência tecnológica e pela demanda de habilidades que os artefatos digitais apresentam. Por tudo isso, é fundamental considerar que essa hibridização de linguagens e proliferação de artefatos evoca a pertinência de estudos em várias áreas para compreender melhor os aspectos que envolvem as hipermídias e sua peculiar característica de interatividade.

Contextualmente, os recursos hipermidiáticos no campo literário geram impactos quando viabilizam ao leitor receber o conteúdo digital de forma interativa e com um nível de envolvimento e imersão considerável em relação ao texto.

A navegação não linear dinamiza a prática de leitura, considerando que os hiperlinks subvertem hierarquias. As interfaces aperfeiçoaram os suportes em conformidade com a era evolutiva de sua concepção, porém o registro do conhecimento não perdeu sua significância. Cotidianamente, dispositivos eletrônicos (celulares, tablets, e-readers, ipads, etc.) são potencializados em prol de funcionalidades de última geração a fim de que a informação seja democratizada e a acessibilidade ao conhecimento viável em todos os suportes de forma mais rápida possível.

Nesse patamar, resgata-se o que Jenkins (2008) denomina de cultura da convergência, referindo-se: ao fluxo de conteúdos que a transformação midiática induz, através da diversidade de suportes que hoje se dispõe; à cooperação entre mercados midiáticos e ao comportamento migratório do público dos meios de comunicação.

Para contextualizar os books apps, traz-se a abordagem de Teixeira, Müller e Cruz (2015) definindo-os como livros em formato de aplicativos ou software executável, onde o leitor encontra interação em cada tela do dispositivo utilizado para a leitura.

Moura (2007) ressalta que não apenas se percorre com os olhos o que está escrito ao navegar um sistema hipermidiática, pois navegar vai além do convencional, implica ver, ler letras e palavras, ouvir sons, interpretar, fazer escolhas, associar informações e mensagens e criar as suas próprias mensagens. Tais habilidades permitem maximizar o escopo dos recursos hipermídia em prol do estímulo às práticas de leitura, especialmente quando se remete ao universo infanto-juvenil e aos recursos de mídia dinâmica.

Abordar a literatura técnica e científica implica investigar quais as evidências positivas dos recursos interativos disponibilizados na interface dos livros digitais infantis, pois, texto e ilustração são elementos peculiares deste gênero literário e, com a convergência tecnológica e modificação dos suportes, naturalmente estes elementos tendem a ser potencializados.

Importa enfatizar que a multimídia “[...] deve ter fácil acesso e ser agradável para não distrair a atenção do leitor ainda infanto-juvenil”, pois seu papel é enriquecer a narrativa. (TEIXEIRA; GONÇALVES, 2014, p.57).

A experiência digital deve possibilitar ao infante, explorar intuitivamente o seu conteúdo, de maneira cativante e divertida, mas sem perder o foco da experiência literária técnica e científica.

Segundo Lacerda (2013, p.49):

Para que a experiência literária realize seu potencial é importante que o leitor se reconheça não apenas no texto, mas também no objeto, que as vozes que o constituem dialoguem não apenas com suas ansiedades, suas necessidades e seus desejos.

Enfim, há uma variedade de considerações feitas para que se utilize favoravelmente as funcionalidades dos book apps técnico e científico visando boas experiências literárias, pois, como endossa Bircher (2012), um book app técnico de qualidade deve possuir os requisitos de um livro prazeroso e com ilustrações tradicionais, potencializados através do ambiente digital, onde é possível acessar o mesmo conteúdo narrativo e a mesma aplicação a partir de vários dispositivos: computadores, smartphones, tablets entre outros.

PRINCIPAIS CARACTERISTICAS DOS ATUAIS APLICATIVOS DE LEITURA

Com a ajuda da tecnologia e de aplicativo para ler livros, o hábito de leitura se tornou mais fácil. Atualmente, para ter acesso a uma experiência de leitura otimizada para celulares com os e-books, formato que costuma ocupar pouco espaço nos smartphones. Os principais para Androide e PC, tablets e notebooks.

- . Amazon Kindle (Android e iOS). Esse é um dos aplicativos para ler livros mais conhecidos e dá acesso a um acervo com mais de um milhão de títulos, desde os clássicos até as obras em lançamento. Contudo, há a sua forma paga pelo plano Unlimited, sendo possível fazer um teste grátis de 30 dias. Mesmo a Amazon tendo um aparelho e-reader, o Kindle (dispositivo para simular um livro), não é necessário ter um para ler as obras disponíveis no aplicativo.
- O BibliON possui disponibilidade 100% gratuita entre os aplicativos para ler livros. Desenvolvido pelo governo do Estado de São Paulo, o aplicativo é uma plataforma multicultural que possui mais de 15 mil obras de diversos gêneros. Seu objetivo é fornecer uma biblioteca para empréstimos de conteúdo online. Além disso, o BibliON promove eventos culturais, como: clubes de leitura, podcasts, seminários e capacitações. O app está disponível para aparelhos com sistema Android ou para o iPhone, com o iOS.
- O FB Reader é um dos aplicativos para ler livros recomendados para a leitura de arquivos e-book. Ele pode ser baixado gratuitamente e deve ser usado para abrir os livros digitalizados armazenados em seu smartphone ou tablet. Ainda, é possível importar arquivos diretamente do seu computador e o app está disponível para Android e IOS.
- O Aldiko Book Reader é uma opção gratuita dos aplicativos para ler livros. Por meio dele, além de abrir arquivos em diferentes formatos, é possível alterar o espaçamento entre as linhas dos textos, o tamanho das fontes e o fundo das páginas. Ainda, o Aldiko conta com um catálogo com milhares de livros em diferentes idiomas e também oferece recursos para organizar as obras por etiquetas. Para acessar o app, você pode fazer o pedido e inscrição no site para ter acesso livre e pago,
- O Scribd é uma opção de aplicativos para ler livros que disponibiliza o download de e-books. Seu diferencial está na possibilidade de também baixar audiobooks. Ele é uma plataforma com plano mensal no valor de R\$ 27,99/mês, mas oferece um teste gratuito de 30 dias para novos usuários. O acervo do Scribd conta com milhares de obras de

ficção, drama, romance, terror e muitos outros gêneros. A plataforma está disponível para tablets e smartphones com sistema Android ou iOS.

- O Wattpad é um dos aplicativos para ler livros que se destaca por promover uma comunidade de fanfic (histórias criadas por fãs). Essa é uma plataforma voltada para o desenvolvimento de conteúdos e compartilhamento gratuito de livros, sendo um dos preferidos por leitores digitais. De modo geral, o acervo da plataforma tem cerca de 10 milhões de criações gratuitas, desenvolvidas tanto por usuários comuns quanto por escritores. Para conferir, baixe o aplicativo pela App Store ou Play Store.
- O Google Play Livros é um dos aplicativos para ler livros cujo objetivo é ser uma loja virtual de ebooks, contudo ele também oferece funções para leitura offline. Além disso, a biblioteca da plataforma é organizada e intuitiva.
- Disponível para Android e iOS, o Bookari é um dos excelentes aplicativos para ler livros. Ele conta com uma loja própria que disponibiliza milhares de obras para compra. Um diferencial é que sua plataforma também disponibiliza a função de leitor de e-books, suportando livros com formatos EPUB2 e PDF. Vale destacar outras funcionalidades, como a pesquisa rápida de termos, marcação de texto, anotações em trechos e a sincronização de leitura, que favorece os estudos ou ler por lazer.
- O Ebook Reader é um dos aplicativos para ler livros, disponível tanto em aparelhos Android quanto iOS. Trata-se de um app multifuncional que pode ser usado para compra de livros e abertura de e-books.
- O Moon+ Reader se destaca entre os aplicativos para ler livros por suportar diversos formatos de arquivos, como: PDF; EPUB; MOBI; AZW3; DJVU; FB2; PRC; CHM; CBZ; CBR; UMD;
- Sendo exclusivo apenas para usuários do sistema Android, o app também conta com funcionalidades para melhorar a experiência de leitura, como o modo noturno e formas diferentes de mudar as páginas.
- O eReader Prestigio oferece uma loja de livros digitais entre os aplicativos para ler livros, além de contar com uma coleção de mais de 1 milhão de obras. Dessas, 40 mil estão disponíveis para serem baixadas gratuitamente. Por ser uma ferramenta atualizada constantemente, é possível encontrar os principais livros mais vendidos no mundo, conhecidos como os best-sellers atuais do mercado. Ainda, a plataforma disponibiliza uma funcionalidade para organizar os livros em uma estante virtual. Atualmente, o app está disponível apenas para o sistema operacional Android de smartphones.

- O PocketBook Reader é um leitor de e-books que se destaca entre os aplicativos para ler livros por sua simplicidade no uso e também por ser o aplicativo leve. Tanto um celular Android quanto iOS pode ter acesso a esse aplicativo.
- O Nook, um dos aplicativos para ler livros, conta com um acervo tanto de livros quanto de revistas e jornais, oferecendo obras pagas e também gratuitas. Conhecido também como Barnes & Noble Nook, o aplicativo está disponível para celulares com pouco espaço e possa ter acesso a internet para atualização constante.

A EFETIVAÇÃO DESSE NOVO APLICATIVO DE LEITURA CIENTIFICA

Nossa proposta de aplicativo de leitura técnica e científica, terá as melhores características dos aplicativos já existentes e com muitos outros diferenciais, para atender as necessidades dos alunos do ensino médio técnico, com suas respectivas necessidades.

Primeiramente, deverá ler leve, para ocupar pouco espaço de armazenamento do celular, facilitando assim seu bom funcionamento.

Gratuito, para que todos que estão no ensino médio tecnológico, basta estar matriculado em instituição oficial da rede pública de ensino, para ter acesso.

Dará condições de fazer resumos, anotações, ficheiros, colocação de data de onde começou e parou a leitura, podendo fazer leituras diversas ao mesmo tempo, resolução de questões e exercícios propostos pelos livros, em um espaço especial.

Poderá haver leitura em grupos ou equipes, criando clube de leituras, com ranking por um determinado período, tendo avisos sobre quanto tempo não volta a ler, e sugerindo que leia mais.

A leitura social possui características próprias e por isto é importante que para realizá-la de forma eficiente o leitor opte por softwares que não apenas sirvam de suporte para a leitura digital, mas que proporcionem os recursos adequados para realizar as atividades incluídas nesta modalidade de leitura. Os aplicativos móveis são indubitavelmente a melhor resposta para isso. Porém, acredita-se que ainda existem alguns pontos que necessitam ser melhor desenvolvidos para que esses espaços supram as necessidades demandadas por um leitor que pretende praticar a leitura social.

Destacam-se dois pontos em especial: interação entre leitores e informações do paratexto editorial. Com relação à interação, diz-se que a maioria dos aplicativos propõe um compartilhamento limitado a “copiar e colar” as partes interessantes do livro em redes sociais

generalizadas, como Facebook e Twitter, não existindo uma integração social forte, que saia da linha da superficialidade, entre os leitores do próprio aplicativo.

Essa integração seria capaz de realmente incentivar os leitores a se integrarem ao espaço destinado à leitura e, inclusive, conseguir ampliar seus níveis de leitura por meio da socialização com outras pessoas interessadas pela mesma obra. Bem como observam-se muitas limitações relativas às avaliações inseridas pelos leitores. Não fica completamente claro se este tipo de ação é incentivada com o objetivo de servir para outros leitores se orientarem sobre a qualidade da leitura, ou se simplesmente serão utilizadas como dados para posteriores recomendações automatizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O momento atual confere mudança de práticas e, consequentemente, de postura em termos de acessibilidade ao texto e ao conhecimento.

O caráter estático do conteúdo textual cedeu lugar ao dinamismo e fluidez do texto não linear característico do ambiente hipermidiático na contemporaneidade, rompendo paradigmas e viabilizando diálogos interativos entre o usuário e o sistema de informação apresentado a ele. Logo, tem-se uma nova edição do livro sob a designação de livro digital.

Dito isto, fez-se referência a este como artefato digital, resgatando uma das vertentes abordadas por Signorini e Cavalcanti (2010), que consideram artefato digital todo objeto criado pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), seja ele sistema computacional/software e suas interfaces ou objetos físicos que os abrigam.

Resgatando a questão de pesquisa que norteou este estudo, indagando como os book apps afetam a experiência literária no ensino médio tecnológico em meio ao seu processo de aprendizagem e de formação enquanto leitor infanto-juvenil, observa-se que a interatividade que envolve os book apps apresenta a esse público novas possibilidades de descoberta para explorar o texto narrativo e adquirir habilidades para lidar com a leitura multimodal.

Posto isto, considera-se com base na literatura científica, que os recursos interativos presentes nos book apps afetam a experiência literária desde o contato inicial com os dispositivos de interação móvel, sejam eles tablets ou smartphones, quando a leitura ocorre em sentido amplo e não restrito ao texto num momento de reconhecimento da interface do livro digital e da descoberta de um novo arsenal interativo que foge aos padrões estáticos do livro impresso.

Por fim, é primordial que, assim como qualquer outra ferramenta tecnológica, os book apps técnicos e científicos sejam empregados como complemento no processo de ensino aprendizagem, salvaguardando os benefícios dos recursos tradicionais de leitura, a saber, o próprio físico, didático ou paradidático dentre outros. Não se pode perder de vista que, para ser benéfico às experiências literárias e técnicas do infante, o uso dos books apps está condicionado à forma como será trabalhado e ao fim a que se destina. Havendo um app completo que atenda todas as necessidades dos leitores, em breve teremos uma nova geração de leitores completos que na área técnica que na área total.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- _____. **Elementos da pedagogia da leitura.** 3 ed. São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- DANTAS, T. R. (2017). **O leitor social e o desenvolvimento da leitura a partir dos experimentos da Fundación Germán Sánchez Ruipérez.** Universidad de Salamanca.
- LEBERT, M. (2008). **Project Gutenberg** (1971-2008). Disponível em: <http://www.gutenberg.org/ebooks/27045>
- LOPES, Alice Casimiro. **Curriculo e Epistemologia.** Ijuí: Editora Unijuí, 2007, p. 205– 228.
- MACHADO, Nilson José. **Epistemologia e Didática.** São Paulo: Cortez Editora, 1995.
- MANGUEL, Alberto; SOARES, Pedro Maia. **Uma história da leitura.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura.** São Paulo, Brasiliense, 2006.
- MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência Pedagógica do Professor Universitário.** São Paulo, Summus: 2003.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, 80 p.
- MIRANDA, Márcio Batista de et al. **Estudo de fatores do conhecimento da marca acadêmica como expressão de qualidade para a produção e comunicação de ebooks na internet.** Tese de Pós- graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento. UFSC, 2011.
- MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. **O periódico científico.** IN: CAMPELLO, Bernadete Santos et al (Org.) *Fontes de informação para pesquisadores e profissionais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, p. 73-95, 2000.
- OLIVEIRA, Ângela Maria de; SILVA, Ivani da; NOVAIS, Eunice Silva de. **Canais de informação dos pesquisadores da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PR).** Informação & Informação, v. 10, 2007. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/1738/1487>>. Acesso em: 10 nov. 2023

OLIVEIRA, Katya Luciane de. **Compreensão, leitura e desempenho acadêmico com conteúdos específicos no curso de psicologia. Trabalho de conclusão de curso.** Curso Psicologia do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de São Francisco. Itatiba-SP, 2001.

OLIVEIRA, M. H. A. A. **Leitura do universitário:** estudo comparativo entre os cursos de Engenharia e Fonoaudiologia da PUC – Campinas. Dissertação de mestrado, 1993.

OLIVEIRA, Maria Helena Mourão Alves. **Comportamento de leitura do estudante universitário.** IN: WITTER, Geraldina Porto (Org.). Leitura e psicologia. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004.

OLIVEIRA, Maria Helena Mourão Alves. Estratégias de compreensão de leitura. Psicol. Esc. Educ. (Impr.) [online]. 2003, vol.7, n.1, pp. 97-98. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v7n1/v7n1a10.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

PERROTTI, Edmir. **Leitores, ledores e outros afins (apontamentos sobre a formação do leitor).** IN: PRADO, Jason; CONDINI, Paulo (Org.). A formação do leitor. Rio de Janeiro: Argus, 1999.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **A produção da leitura na escola.** São Paulo: Ed. Ática, 1995.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **O ato de ler:** fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia de leitura. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SOUZA, C. **A Língua escrita:** um processo de apropriação. Braga, 1999.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **Escrevendo e normalizando trabalhos acadêmicos:** um guia metodológico. 2. ed. rev. e atual. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.



POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER EM BELÉM DO PARÁ: CAMINHOS E DESCAMINHOS CONFLITANTES

BIRATAN DOS SANTOS PALMEIRA

RICARDO FIGUEIREDO PINTO

DOI: 10.29327/5406697.1-9

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER EM BELÉM DO PARÁ: CAMINHOS E DESCAMINHOS CONFLITANTES

**Biratan dos Santos Palmeira
Ricardo Figueiredo Pinto**

RESUMO

Realiza-se neste trabalho uma pesquisa documental dos termos políticas, públicas e políticas públicas em esporte e lazer em Belém do Pará, tendo como objetivo discutir a criação da Secretaria Municipal de esportes, juventude e lazer (SEJEL) suas ações e sua função em um novo marco legal de esporte e lazer vivido no Brasil. Foi utilizado como procedimento metodológico a análise documental de leis federais, estaduais e municipal, assim como artigos de autores reconhecidos pela comunidade científica sobre o tema, após aprovação da Lei Geral do Esporte, com seus vetos e a mudança de paradigma na gestão esportiva brasileira. Verificou-se que as ações e funções da SEJEL estão muito bem definidas no corpo da Lei Geral do Esporte. Por se tratar de um estudo teórico, apresentam alguns problemas relacionados aos limites do próprio método e do tempo e duração do mesmo, novos estudos precisam ser realizados, mas conclui-se que Belém do Pará ainda não possui um plano municipal de esporte e lazer, que seu conselho municipal de esporte e lazer precisa ser implementado com urgência, para atender as necessidades da população.

Palavras-chave: políticas públicas; esportes; gestão esportiva; lazer; Educação física.

ABSTRACT

In this work, a documentary research is carried out on the terms political, public and public policies in sport and leisure in Belém do Pará, with the objective of discussing the creation of the Municipal Secretariat for Sports, Youth and Leisure (SEJEL), its actions and its function in a new legal framework for sport and leisure experienced in Brazil. The methodological procedure was the documentary analysis of federal, state and municipal laws, as well as articles by authors recognized by the scientific community on the subject, after approval of the General Sports Law, with its vetoes and the paradigm shift in Brazilian sports management. It was found that the actions and functions of SEJEL are very well defined in the body of the General Sports Law. As it is a theoretical study, it presents some problems related to the limits of the method itself and its time and duration, new studies need to be carried out, but it is concluded that Belém do Pará does not yet have a municipal sports and leisure plan, that its municipal sports and leisure council needs to be implemented urgently, to meet the needs of the population.

Keywords: public policies; sports; sports management; leisure; Physical education.

RESUMEN

En este trabajo se realiza una investigación documental sobre los términos político, público y políticas públicas en deporte y ocio en Belém do Pará, con el objetivo de discutir la creación de la Secretaría Municipal de Deportes, Juventud y Ocio (SEJEL), su acciones y su función en un nuevo marco legal para el deporte y el ocio experimentado en Brasil. El procedimiento metodológico fue el análisis documental de leyes federales, estatales y municipales, así como de artículos de autores reconocidos por la comunidad científica en la materia, luego de la aprobación de la Ley General del Deporte, con sus vetos y el cambio de paradigma en la gestión deportiva brasileña. Se encontró que las acciones y funciones de la SEJEL se encuentran muy bien definidas en el cuerpo de la Ley General del Deporte. Por ser un estudio teórico, presenta algunos problemas relacionados con los límites del método en sí y su tiempo y duración, es necesario realizar nuevos estudios, pero se concluye que Belém do Pará aún no cuenta con un centro municipal de deportes y ocio. plan, que es necesario implementar con urgencia su consejo municipal de deportes y ocio, para cubrir las necesidades de la población.

Palabras clave: políticas públicas; Deportes; director deportivo; ocio; Educación Física.

INTRODUÇÃO

A escolha do tema se deu em função da importância do retorno ao cenário local de um debate atual técnico, com o intuito de desenvolver o esporte e lazer em Belém do Pará como uma política pública de Estado, não como política pública no município. Dentro do atual cenário de crise de paradigmas da Educação Física e do lazer no Brasil, mais ainda em Belém do Pará, que é pouco abordada no meio acadêmico, trata exatamente da gestão de esporte e lazer no município, que depois de muito tempo adormecida, com a aprovação da Lei geral do Esporte, esse debate voltou à tona. Este ensaio faz parte de uma reflexão inicial, jamais com o intuito de esgotar o tema, muito pelo contrário, apenas despertar certas ações e apresentar omissões dos entes e agentes públicos, no que tange a gestão de políticas públicas de esporte e lazer em Belém do Pará e suas muitas implicações na sociedade, sob a orientação do professor PHD Ricardo Figueiredo Pinto.

Como profissional de educação física, que a cada ano que passa, observa e percebe um arsenal de leis gerais sendo aprovadas a nível federal, que impactam diretamente com as estruturas e políticas públicas no interior do Brasil, mas que não são ou estão sendo aplicadas pelos outros entes da federação, no caso Estados e Municípios. Este foi o caso da Lei 14.597 de 14 de junho de 2023, a chamada Lei geral do Esporte. Tal dispositivo legal era muito esperada por todos os que fazem o esporte nacional, foram anos com seminários, encontros e congressos, para construir em uma única Lei, toda a organização do esporte Nacional, que quase um ano depois foi regulamentada e urge ser colocada em execução plena.

Para a frustração de gestores de confederações esportivas, dirigentes de entidades esportivas, técnicos, atletas, entidades gestora de classes, como o Conselho Federal de Educação Física – CONFEF, o presidente da república não vetou o artigo 75 parágrafo 3º, que traz no seu sentido amplo, a possibilidade de técnicos treinadores atuarem, sem formação superior para tal. A referida Lei, ainda causa muitas dúvidas a respeito de qual lei de esportes vigora no Brasil, a lei 9615/98 (lei Pelé), lei 12.984/14 (Estatuto do Torcedor) é o que causa mais insegurança jurídica ainda, num País neopositivista, de terceiro mundo.

DESENVOLVIMENTO

POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS NA ÁREA DE ESPORTE E LAZER

Para isso, adotamos o conceito de Esporte apresentado pela Organização das Nações Unidas (ONU), que considera o Esporte como um bem cultural e direito social a ser compartilhado por todos indistintamente em suas práticas formais e não formais, sendo o

primeiro caracterizado pelas normas nacionais e internacionais que regulamentam cada modalidade e o segundo pela liberdade lúdica de seus praticantes, abrangendo as atividades de esporte recreativo e lazer ativo:

Uma importante ferramenta para o desenvolvimento. Ele constrói autoconfiança, empodera os jovens, promove boa saúde e desempenha um papel importante no esforço global para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. E quando integramos atividade física ao nosso cotidiano de forma criativa e prazerosa, passamos a nos movimentar cada vez mais. Com isso, não somente melhoramos nossas capacidades físicas, mas também percebemos benefícios em nossas capacidades intelectuais, sociais e emocionais. No nível coletivo, os ganhos impactam positivamente a sociedade como um todo. O esporte pertence a todos e tem uma linguagem internacional comum. Ele é, ainda, um poderoso fator agregador em processos de transformação em conflitos e na construção da paz. (ONU, 2016).

Resguardado nos fundamentos constitucionais e amparado por legislações posteriores, o Estado tem o dever e a responsabilidade de fortalecer institucionalmente esta pauta, bem como garantir condições de acesso igualitário ao Esporte e ao Lazer, devendo também alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

Por atividade física, entende-se qualquer movimento corporal produzido por músculos esqueléticos que resulte em gasto energético, abrangendo desde ações cotidianas até fazer ginástica ou praticar esporte. Muitas vezes, a expressão atividade física é confundida com exercício físico, que é caracterizado por uma sequência planejada de movimentos repetida sistematicamente, com o objetivo de elevar o rendimento e a aptidão física. Entretanto, o exercício físico, assim como o esporte, a dança ou o transporte ativo (andar a pé ou de bicicleta) são categorias da atividade física. O que diferencia a atividade física do esporte, por sua vez, é o caráter competitivo deste último.

O lazer é entendido como um fenômeno social que se apresenta em duas condicionantes: a da atitude e a do tempo. Consequentemente a “atitude” do lazer expressa a busca pelo prazer em si, de forma desinteressada por meio da experiência vivida. Já o segundo viés, do tempo, torna o lazer como algo derivado do tempo livre ou tempo disponível (quando o indivíduo se desprende das obrigações cotidianas) onde podem ser desenvolvidas atividades que abrangem os conteúdos culturais do lazer, sendo estes: físico-esportivos, manuais, artísticos, intelectuais, sociais e mais atualmente os turísticos e virtuais.

Logo, é notório que a recreação aparece de maneira pertinente, definindo-se como uma atividade que busca entreter, divertir e recrear utilizando-se do lúdico em sua essência através da busca pela liberdade, ou por uma sensação de prazer através da criação de realidades paralelas, possibilitando o desenvolvimento do jogo e das atividades físicas; sendo estas outras componentes do esporte.

Assim, há necessidade urgente de construir o Plano Municipal de esporte e lazer de Belém do Pará, um componente estratégico para estruturar políticas públicas que promovam a cultura esportiva e de lazer na cidade, se consolidando como direitos sociais, valorizando a acessibilidade, intergeracionalidade, a multidisciplinaridade, a intersetorialidade e a descentralização, com vistas a democratizar o acesso à prática esportiva e fomentar condições para o lazer.

Deste modo, o esporte, em suas diversas dimensões, a atividade física e as práticas de lazer devem ser fortalecidas para que ao serem inseridas na vida cotidiana dos cidadãos, de modo natural e permanente e nas diferentes etapas da vida, atue como um elemento de integração social, de desenvolvimento humano, na promoção da saúde e principalmente, empodere o cidadão de condições para o exercício da cidadania esportiva e de lazer.

As políticas públicas de esporte e lazer municipais são estratégias para fomentar o bem-estar da sociedade, trazendo benefícios clínicos, humanísticos e consequentemente econômicos, na medida em que tornam os indivíduos mais saudáveis.

Porém, a formalização dessas políticas deve ser sancionada pelo governo federal e executada por estados e municípios conforme a complexidade das atividades e a viabilidade de compra dos equipamentos e outros insumos.

Além disso, para colocar projetos de esporte e lazer em prática, é fundamental fazer uma análise situacional do ambiente, procurar os gestores da prefeitura ou subprefeitura e expor as necessidades de sua implantação para que seja aberto um processo público de licitação.

As políticas públicas do esporte e lazer dos municípios, estão relacionadas com a saúde, combate ao sedentarismo, lazer e respaldo aos atletas profissionais. Além de incentivar hábitos mais saudáveis na população, e consequente aliviar o sistema público de saúde, as ações contribuem para a percepção de bom uso dos impostos.

Existem diversas formas de estudar uma política, que dependem do ponto de vista em que se situa o analista. Segundo Hogwood e Gunn, há, pelo menos, sete perspectivas para analisar uma política: 1) estudos de conteúdos políticos, em que o analista procura descrever e explicar a gênese e o desenvolvimento de políticas específicas; 2) estudos do processo das políticas, em que se presta atenção às etapas pelas quais passa um assunto e se procura verificar a influência de diferentes setores no desenvolvimento desse assunto; 3) estudos de produtos de uma política, que tratam de explicar por que os níveis de despesa ou o fornecimento de serviços variam entre áreas; 4) estudos de avaliação, que se localizam entre a análise de política e as análises para a política e podem ser descritivos ou prescritivos; 5) informação para a elaboração de políticas, em que os dados são organizados para ajudar os tomadores de decisão a adotar

decisões; 6) análise de processo, em que se procura melhorar a natureza dos sistemas de elaboração de políticas; 7) análise de políticas, em que o analista pressiona, no processo de política, em favor de ideias ou opções específicas

A CRIAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, JUVENTUDE E LAZER (SEJEL) E SUAS FUNÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NOS SETORES DE ESPORTE E LAZER AINDA EM CONSTRUÇÃO

A Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer (SEJEL), foi criada pela lei ordinária municipal N° 8629, de 21 de janeiro de 2008, tendo sua redação alterada pela lei N° 9403, de 14 de setembro de 2018. A SEJEL é um órgão da administração direta do Município de Belém do Pará e tem por finalidade institucional a formulação e a gestão das políticas e do Plano municipal de Esporte e Lazer, que não temos já faz uns anos.

Nesta ocasião foi definido em Lei que, em seu Art. 1º Fica criada a Secretaria Municipal de Esporte, juventude e Lazer como órgão da administração direta do Município, vinculada ao Gabinete do Prefeito, tendo por finalidade institucional a formulação e a gestão das políticas públicas e do Plano municipal de Esporte e Lazer, promovendo e estimulando a sua prática, de modo a possibilitar a melhoria da qualidade de vida da população."

Em seu "Art. 2º, define as funções básicas da SEJEL: II - Elaborar ações esportivas que favoreçam a integração social do cidadão por meio do esporte; VI - Fornecer apoio ao atleta em formação, no âmbito do esporte educacional, de participação e de rendimento, de modo a possibilitar o seu ingresso no esporte federativo; VII - elaborar projetos de pesquisa, documentação e informação do esporte e lazer."

Na análise do "Art. 3º, fala sobre sua organização e para desempenhar sua missão institucional, a Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer - SEJEL terá sua estrutura organizacional constituída das seguintes unidades básicas, na formação de agentes multiplicadores e ações de esporte e lazer pela cidade.

Foi criada pela lei 8022/2000, no dia 10 de julho de 2020, o Conselho Municipal de Esporte e Lazer, com sua composição muito inchada, com 24 (vinte e quatro) componentes, sendo que em 2018, reduzindo seu número para 10 (dez), porém em nenhum momento, foi instalado o Conselho municipal de esporte e lazer de Belém do Pará, onde não encontramos na rede mundial de computadores ou na página da SEJEL, os nomes dos membros do Conselho, por categoria representada, seu plano municipal de esporte, suas ações, atas de reuniões, sabedores que foi realizada a conferencia estadual de esporte e lazer no Pará, sem um local para

os devidos armazenamentos dessas informações, os próprios artigos e incisos acima, não teremos como fazê-lo.

Para Ferreira (2001), a qualidade de vida nas cidades, é uma referência constante do discurso político, este também presente, ainda que com entendimentos distintos, nos desejos e aspirações dos indivíduos dessas cidades. O esporte é um vetor importante nos elementos determinantes da qualidade de vida, em todas as idades, essas políticas públicas do estado, afetam o cidadão, positivamente ou negativamente.

Deve-se ter a definição de Qualidade de vida, não é simplesmente a melhor condição de bem-estar momentâneo de um indivíduo ou de um grupo, mas sim da potencialidade das transformações que o indivíduo, um grupo ou uma comunidade podem gerar na melhoria de condições que facilitem o alcance desta para todos. A capital e o Estado do Pará possui um dos mais baixos IDHs (Índice de Desenvolvimento Humano). A cidade apresentou em 2022 um índice de 0,746, sendo o 22º menor dentre todas as capitais brasileiras. Já o Estado foi o 5º pior entre as unidades federativas, com 0,690, segundo o IBGE.

Existe uma relação direta entre políticas públicas de esporte e lazer, como forma de avanço nesses índices de qualidade de vida, pois saúde, educação e renda, são os balizadores desse índice, por isso de forma direta e indireta, o estado contribui para essa sensação.

Conforme Lyndon Johnson (1964), a qualidade de vida está dentro de um contexto global, “que os objetivos não podem ser medidos através dos balanços dos bancos. Eles só podem ser medidos através da qualidade de vida que proporcionam às pessoas (WHO, 1998). O Estado tem o condão de modificar a realidade das pessoas, das ruas, dos bairros, dos distritos, das cidades como um todo, através dessas políticas públicas certeiras.

Dentro da Lei Geral do Esporte, um fator essencial precisa ser defendido aqui, que é essencial, onde reconhecemos que o financiamento não é o único aspecto analítico de uma política, programa ou ação, mas pode definir a quantidade e qualidade dessa política pública aplicada. Outras dimensões devem ser levadas em consideração para uma análise mais completa, como, por exemplo; forma de gestão, controle social e modelo conceitual. A partir dessa constatação, admitimos que toda limitação deve ser contornada pelo elemento principal, o homem servindo a seus pares.

A SEEL, no estado do Pará precisa, o mais rápido possível tornar-se protagonista na gestão das políticas públicas de esporte e lazer, não só por obrigação legal, mas por ser o agente principal de fomento, a partir da construção coletiva do plano de esporte do estado do Pará. Acreditamos que não há necessidade de regulamentar a Lei Geral do Esporte, pois ela apresenta

uma série de etapas para essa construção, a partir daí, pode-se definir os programas, projetos, metas, ações, para atender as reais necessidades da população paraense.

A EFETIVAÇÃO DA NOVA LEI GERAL DO ESPORTE EM BELÉM DO PARÁ

Tratar o esporte e o lazer, subsidiado por uma abordagem múltipla aponta para um cenário de maior probabilidade de êxito na execução das políticas de esporte e, consequentemente, nos resultados esperados e metas estabelecidas pelos entes (governos). Para pensar o Esporte como uma ferramenta de formação e emancipação da população, é preciso considerá-lo como um elemento catalisador para o indivíduo em formação.

A nova e discutida lei geral do esporte, com os devidos vetos, todos os fundos de fomento do esporte e lazer foram vetados, logo, uma importante política pública, não terá nenhum um tipo aporte financeiro direto do município para a execução dessas ações, devendo cada ente ter recursos previamente orçado para suas efetivações.

Em uma visita previa em alguns municípios do Estado, foi observado Ns itens que precisam ser analisados, descritos, estudados, para ser atendido o mínimo de dignidade para que essas atividades e ações, possam chegar com qualidade aos interessados, nos pareceu que muita coisa sobre dignidade da pessoa humana, está sendo desrespeitado.

A partir do contato nos municípios, foi observado que existem municípios que não possuem ao menos um Ginásio ou equipamento público para a oferta do esporte e lazer, necessitam do empréstimo de quadras escolares para desenvolver alguma ação ou projeto para a população. Ao mesmo tempo que nos deparamos com tamanha precariedade, encontramos profissionais de educação física dispostos a oferecer seus serviços, conhecimentos, e o que mais for possível para um bom desenvolvimento do esporte e do lazer em seus municípios.

É importante destacar que o processo de política pública não possui uma racionalidade manifesta. Não é uma ordenação tranquila na qual cada ator social conhece e desempenha o papel esperado. Não há, no presente estágio de evolução tecnológica, alguma possibilidade de fazer com que os computadores – aparelhos de racionalidade lógica por excelência – sequer consigam descrever os processos de política.

A perplexidade perante a turbulência e a aparente não-governabilidade das políticas públicas e da ação governamental, a sensação de “desordem” que elas deixam perceber, não afetam apenas o cidadão. Os atores administrativos, políticos e seus analistas constatam igualmente a extrema complexidade das políticas públicas e as aparentes debilidades do Estado para cumpri-las.

As modernas teorias do caos são as que mais se aproximam de uma visualização adequada da dinâmica social, ou o tipo específico de organização que March e Olson denominam “anarquia organizada”. Para eles, são características das instituições do Executivo as preferências problemáticas, as tecnologias não claramente especificadas e a participação fluida. Daí a dificuldade de racionalizar os processos de política pública.

Um primeiro passo, efetivar e dar posse aos membros do Conselho MUNICIPAL de Esporte e lazer, a seguir, esse grupo, construir coletivamente um plano de trabalho para poder iniciar as ações das conferencias municipais de esporte e lazer, para fazer a conferencia municipal de esporte e lazer. Com esse árduo trabalho, podemos ter o diagnóstico do assunto no estado todo, para elabora o plano que seja factível e real.

No final do mês de fevereiro de 2024, aconteceu em Brasília, o Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Esporte e Lazer, mais um momento para poder aprender a construir um documento democrático, fazer as devidas publicidades desses eventos e o principal, quais foram as conquistas e programações importantes. Na prática não houve progresso em nenhum dos pontos que precisam ser debatidos e revistos pela União, o fato de terem vetado todos os artigos que designam os fundos para manter e fazer acontecer as políticas públicas nesse setor primordial para o ser humano.

Tanto o esporte quanto o lazer são associados às atividades recreativas e eventos de massa, como o teatro, cinema, esportes, etc. Isso contribui para uma visão parcial e limitada de suas atividades. O lazer é à busca da realização pessoal, o aproveitar um tempo livre de obrigações, descansar, entreter-se, recrear-se e divertir-se. A busca da autorrealização através de conhecimentos que satisfaçam os nossos interesses, praticados nas mais opções do lazer. É um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural (Marcellino, 2006).

No atual cenário social, os/as jovens brasileiros/as, em especial os paraenses, devem ser vistos como sujeitos de direitos, universais e específicos, surgindo então à necessidade de um conjunto de políticas públicas gerais. O que significa combinar, ao mesmo tempo, ações e programas emergenciais, para atenuar as necessidades mais agudas das juventudes, com políticas sociais. Um complicador nas políticas públicas para a juventude é o fato de não se conceber os jovens como atores com identidade própria. Por isso, sugere-se que a SEJEL, crie um espaço específico para a juventude, na elaboração desse plano estadual.

Acrescenta-se ainda a não consideração da diversidade entre as juventudes, considerando-as como um bloco monolítico, homogêneo, sem especificidades e sem diferenciação de gêneros, refletindo a incapacidade de se perceber que a juventude representa-

se através de diferentes linguagens e enfoques para manifestar seus anseios e insatisfações (UNESCO, 2004). Nesse sentido, as culturas juvenis tomam forma, pois segundo Pais (1993), além delas serem socialmente construídas, “têm também uma configuração espacial”. Assim, percebemos da necessidade de se pensar a juventude como um grupo complexo e com necessidades que são reprimidas por demandas de outros grupos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das primeiras análises realizadas, identificou-se algumas características da gestão pública municipal e o perfil dos agentes que atuam no âmbito público do esporte e lazer na capital, onde predomina o político partidário, não o agente técnico na área. Ainda é uma pequena amostra, mas extremamente importante para o aprendizado e continuidade das pesquisas e para o bom desenvolvimento da aplicação das ações pelos agentes políticos e públicos da SEEL.

Acreditamos ser de fundamental importância a pesquisa ser realizada nesse segmento de esporte e lazer, pois possibilita o contato direto com a realidade dos municípios paraenses. Entendemos que esse contato, nos faz ampliar o campo de análise e discussões, sendo relevante para pesquisadores, quanto para os agentes e gestores públicos, que se veem suas ações chegando aos seus beneficiários, bem como vislumbram nessas ações, sempre um meio para melhorias dessas intervenções.

Entender como se dá a gestão pública estadual e quem trabalha neste setor, ajuda-nos a compreender a realidade do esporte e lazer paraense e também a refletir sobre possíveis mudanças e contribuições da área acadêmica para com as políticas públicas do setor.

Num primeiro momento, identificou-se que Belém do Pará ainda não possui um plano municipal de esporte e lazer, que seu conselho municipal de esporte e lazer precisa ser implementado com urgência, para atender as necessidades da população. Por isso, estamos em débito com a sociedade paraense nesse campo tão importante, que é o esporte e lazer, sendo um dos indicadores que qualidade de vida e participação de um povo.

A partir dessas poucas páginas, percebeu-se um potencial muito grande no município de Belém do Pará, através da SEJEL, para tornar-se agente transformador de realidades, de vidas e expectativas, pois há uma lacuna, como se fosse uma dívida que só aumenta com o povo, na área de esporte e lazer. Políticas públicas, servem exatamente para isso, diminuir as distâncias entre o estado e o cidadão, que contribui para esse fortalecimento social, econômico e com sua

força de trabalho, retribui num verdadeiro círculo virtuoso, onde todos fazem parte, todos são importantes e se ajudam no processo de desenvolvimento da Nação.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- _____. (Org.). **Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana**. Curitiba: Opus, 2007.
- _____. Ministério do Esporte. **Conferência Nacional do Esporte**: documento final. Brasília, 2004.
- _____. I **Conferência Nacional do Esporte**. Documento final. Brasília, DF: Ministério do Esporte, 2005.
- _____. II **Conferência Nacional do Esporte**. Documento final. Brasília, DF: Ministério do Esporte, 2007.
- _____. III **Conferência Nacional do Esporte**. Documento final. Brasília, DF: Ministério do Esporte, 2010.
- _____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.
- ANDRADE, Luiz O. M. A saúde e o dilema da intersectorialidade. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamento e história. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- Brasil. Lei 9615. De 24 de março de 1998 (Lei Pelé) http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9615consol.htm
- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2022. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/> Acesso em: 14 março. 2024.
- LINHALES, M. A. **São as políticas públicas para a educação física/esportes e lazer, efetivamente políticas sociais?** Motrivivência, Florianópolis, Ano 10, n. 11, p.71-81, jul. 1998.
- MARCELLINO, N. C. (Org.). **Lazer e esporte: políticas públicas**. 2 ed., Campinas: Autores Associados, 2001.
- MARIVOET, S. **Aspectos sociológicos do desporto**. Lisboa: Livros Horizonte, 1998.
- MENICUCCI, T. M. G. “**Políticas públicas de lazer**: questões analíticas e desafios políticos”. In: ISAYAMA, H. F.; LINHALES, M. A. (Org.). Sobre lazer e Política: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 179-202.
- NERI, A. A.; SUASSUNA, D. **Notas acerca da democracia participativa e as políticas de esporte e lazer**. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 16.; Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 3., 2009, Salvador. Anais... Salvador, 2009.
- SAWITZKI, Rosalvo Luis. **Políticas Públicas para Esporte e Lazer**: para além do calendário de eventos esportivos. Licere, Belo Horizonte, v.15, n.1, mar., 2012.
- SILVA E SILVA, M.O. **Avaliação de políticas e programas sociais**: aspectos conceituais e metodológicos. In: SILVA, Maria (Org.). **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática**. São Paulo: Veras Editora, 2001

VERONEZ, L. F. C.; PEIL, L. M. N.; PEREIRA, E. A.; LEMOS, L. M.; MORSCHBACHER, M. **Agenda 21**: uma referência para elaborar políticas públicas de esporte e lazer. *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 15, n. 3, p. 759-772, jul./set. 2012.



DESAFIOS DA EQUIPE DE ENFERMAGEM NO SISTEMA PRISIONAL NO BRASIL

**ELYENE ELENE MEIRELES DA ROCHA SILVA
RICARDO FIGUEIREDO PINTO**

DOI: 10.29327/5406697.1-10

DESAFIOS DA EQUIPE DE ENFERMAGEM NO SISTEMA PRISIONAL NO BRASIL

Elyene Elene Meireles da Rocha Silva

Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

A história das prisões reflete a evolução das concepções de justiça e punição. Originalmente surgidas em conventos para conter e punir transgressores, as prisões evoluíram para locais insalubres destinados a manter infratores sob custódia até a aplicação de penas corporais ou a execução. Com o tempo, a necessidade de um sistema punitivo mais estruturado levou ao desenvolvimento de prisões modernas. O Estado Punitivo intensificou o controle social, punindo desproporcionalmente os pobres e resultando em uma crescente população carcerária. No Brasil, a evolução histórica do sistema prisional e a inserção da enfermagem refletem esforços para melhorar as condições carcerárias e garantir cuidados de saúde aos detentos, embora desafios significativos ainda persistam.

Palavras-chave: Enfermeiros; Prisões; Saúde Pública.

ABSTRACT

The history of prisons reflects the evolution of justice and punishment concepts. Originally emerging in convents to contain and punish transgressors, prisons evolved into unsanitary places meant to hold offenders in custody until corporal punishment or execution. Over time, the need for a more structured punitive system led to the development of modern prisons. The Punitive State intensified social control, disproportionately punishing the poor, resulting in a growing prison population. In Brazil, the historical evolution of the prison system and the inclusion of nursing reflect efforts to improve prison conditions and ensure healthcare for inmates, though significant challenges remain.

Keywords: Nurses; Prisons; Public health

RESUMEN

La historia de las prisiones refleja la evolución de las concepciones de justicia y castigo. Surgidas originalmente en conventos para contener y castigar a los transgresores, las prisiones evolucionaron hacia lugares insalubres destinados a mantener a los infractores bajo custodia hasta la aplicación de castigos corporales o la ejecución. Con el tiempo, la necesidad de un sistema punitivo más estructurado llevó al desarrollo de prisiones modernas. El Estado Punitivo intensificó el control social, castigando desproporcionadamente a los pobres, resultando en una creciente población carcelaria. En Brasil, la evolución histórica del sistema penitenciario y la inclusión de la enfermería reflejan esfuerzos para mejorar las condiciones carcelarias y garantizar la atención médica a los reclusos, aunque persisten desafíos significativos.

Palabras clave: Enfermeros; Prisiones; Salud pública

INTRODUÇÃO

A história das prisões revela uma evolução significativa nas concepções de justiça e punição ao longo dos séculos. Originalmente, as prisões surgiram em contextos religiosos, como os conventos, onde os infratores eram contidos e torturados por suas transgressões. Nesses locais, não havia uma estrutura específica destinada à detenção prolongada, refletindo uma época em que as punições corporais e a pena de morte eram comuns. À medida que a sociedade evoluía, a necessidade de um sistema punitivo mais estruturado levou à criação de

prisões insalubres e inadequadas, como descrito por Carvalho Filho, destacando um desafio persistente na busca por penas justas e eficazes.

O surgimento do Estado Punitivo trouxe uma nova dimensão ao sistema prisional, impulsionada por interesses econômicos e a necessidade de controle social. Wacquant observa que, em vez de abordar as raízes das desigualdades sociais, o Estado preferiu intensificar o controle sobre os pobres, resultando em um aumento significativo da população carcerária. Esse enfoque coercitivo reforçou o caráter punitivo e repressor das prisões, transformando-as em depósitos de pessoas socialmente excluídas. A lógica do contrato social e a necessidade de um ordenamento coercitivo foram fundamentais para a origem das instituições penais, conforme apontado por Canto.

No Brasil, as mudanças históricas no sistema prisional refletem transformações sociais significativas. Desde o século XVI, com as primeiras cadeias no Brasil colonial, até as prisões contemporâneas, houve um desenvolvimento contínuo das penas privativas de liberdade. Esse processo histórico é marcado pela evolução das condições carcerárias, passando de estruturas improvisadas e insalubres para estabelecimentos mais organizados, embora ainda enfrentando desafios como superlotação e condições inadequadas. Além disso, a inserção da enfermagem no sistema prisional destaca a necessidade de cuidados de saúde adequados para os detentos, garantindo que seus direitos fundamentais sejam respeitados.

DESENVOLVIMENTO

CONTEXTO HISTÓRICO DAS PRISÕES

No decorrer da história, percebeu-se que as prisões nasceram através dos conventos, com a finalidade de conter, manter sob custódia e torturar os que cometiam faltas, ou praticavam o que para a antiga civilização fosse considerado delito ou crime, ou seja, aplicavam tais punições, que variavam de acordo com a cultura e a sociedade de cada local do mundo (Beccaria, 2016).

Assim, segundo o autor supra, à época, não havia necessidade da existência de um local específico para aprisionar. Então, deduz-se que ainda não se buscava um conjunto arquitetônico de penitenciária própria, pois a casa de detenção era vista também apenas como ambiente de custódia para manter aqueles que seriam submetidos a castigos corporais e à pena de morte, garantindo, dessa forma, o cumprimento das punições.

Segundo Carvalho Filho (2022), as descrições que se tem das prisões revelam sempre lugares insalubres, sem iluminação, sem condições de higiene, mais antigos nas sistemáticas das leis penais. Portanto, um dos problemas que, mais aflige a sociedade brasileira, em especial, a comunidade jurídica é o que se deve fazer com os indivíduos, que após cometerem atos ilícitos, são levados a custódia do Estado, e a forma na qual o infrator é punido tem que ser eficaz e a pena justa.

Dessa forma, a prisão passou a ser considerada a pena das sociedades civilizadas, pois, constitui-se em peça essencial no conjunto das punições e certamente é um momento importante na história da justiça penal: seu acesso à humanidade. Logo, a prisão transforma-se em um aparelho disciplinar exaustivo e punitivo, ou seja, implica em uma certa especialização direcionada em considerar os princípios do isolamento, do trabalho, da privação da liberdade individual, do treinamento físico, da aptidão para o trabalho, do comportamento cotidiano, da atitude moral, das disposições, ou seja, muito mais importante do que a escola, a oficina ou o exército (Foucault, 2002).

Isso significa que a criação da prisão era baseada na finalidade de privar a liberdade do indivíduo, assim como uma forma de coerção ao comportamento ilícito, pois, pensava-se que somente a detenção proporcionaria transformação aos indivíduos enclausurados, o que segundo Nery (2016) entende que por meio da pena encontra-se inclusos a privação ou castigo previsto por uma lei positiva para quem comete uma infração e se torne culpado.

Nesse raciocínio, a prisão moderna é ainda, segundo Foucault (2002), “[...] uma instituição de modificação de indivíduos, tendo, portanto, duas obviedades fundamentais na forma simples da privação de liberdade sendo no papel, suposto ou exigido, um aparelho transformador de indivíduos.

Neste mesmo pensamento, no pensamento de Bittencourt (2017, p. 77) a prisão representa um aparelho totalmente repressor, um trágico equívoco histórico, constituindo-se um uma expressão marcante característica do vigente sistema de justiça criminal. Além do que, é um reformatório integral que delimita princípios de isolamento do indivíduo em relação ao mundo exterior à unidade penal, induz, através desse isolamento, à reflexão, ao remorso e à submissão total, permeado por uma relação de poder.

Em outras palavras, é uma espécie de prisão que estende os limites da simples privação de liberdade ao tornar-se uma ferramenta de modulação da pena, isto é, tenha efeito retroativo. Porém, em um contexto diferente na qual a vida humana em comum só se torna possível, a partir do momento que reúne uma maioria mais forte do que qualquer indivíduo isolado e que permanece unida contra todos os indivíduos isolados, segundo Freud (1997), o poder dessa

comunidade é então estabelecido como direito, em oposição ao poder do indivíduo condenado, como força bruta, assim como a substituição do poder do indivíduo pelo poder de uma comunidade constitui o passo decisivo de uma civilização.

A ideia era que os indivíduos reorganizassem suas existências dentro do ambiente prisional para em seguida, serem levados de volta à sociedade. Entretanto, percebeu-se o fracasso desse objetivo, advindo dos índices de criminalidade e reincidência dos crimes nos quais não diminuíram e os presos em sua maioria não se transformavam. Com isso, a prisão mostrou-se em sua realidade e em seus efeitos visíveis denunciadas como grandes fracassos da justiça penal (Foucault, 1987).

Diante desse contexto, cabe salientar que nas primeiras prisões e casas de força a pena era aplicada como detenção perpétua e solitária em celas muradas. Contudo, no século XVII, a pena privativa de liberdade foi reconhecida como substituta da pena de morte e, até o século XVIII, grande número de casas de detenção foram criadas.

Dessa forma, Foucault (1987) pondera e exprime que o ato de aprisionar não tinha caráter de pena, mas de garantia de manter a pessoa sob o domínio físico, pelo fato de que como não existia legalmente uma sanção penal a ser aplicada, as punições foram sendo praticadas em calabouços, aposentos em ruínas ou insalubres de castelos, torres, conventos abandonados, ou seja, toda a edificação que proporcionasse a condição de cativeiro para preservar o réu até o dia de seu julgamento ou execução. Isto porque não existiam cadeias ou presídios.

Assim, segundo Gonçalves (2018), na antiguidade o sistema punitivo iniciou com as chamadas vinganças privadas, na qual o preso reagia quando sofria agressões. Era um período de anomia, ou seja, sem normas regulamentadas para execução de penas. E por isso, se considerava a prisão uma instituição sociológica em vez de uma instituição jurídica. Ainda nesse período histórico, registros esclarecem que o autor da agressão oferecia vantagens para que a vítima não reagisse (era uma forma de compra de impunidade).

Na Grécia existiam as chamadas assembleias judicantes que era uma espécie de reunião em praça pública para julgar os criminosos com a enfática participação popular, assim como de juízes e dos delatores. Naquela realidade, quem levasse uma pessoa a julgamento recebia uma recompensa em troca. Por outro lado, em Roma havia um servidor encarregado, que era nomeado pelo imperador para fazer as acusações. A realidade de Roma comparada atualmente fica a cargo do atual Ministério Público (Estefam, 2018).

Entre os séculos XIV e XV, a pobreza atingiu a Europa e com ela e o número de delitos aumentou. E para conter isso foram criadas instituições de correção para trabalhar na reforma dos delinquentes por meio do trabalho, da área têxtil e disciplina Bitencourt (2019).

Pondera Figueiredo (2022) sobre a realidade da idade média que se tentava reduzir os números de infrações com o pagamento de finanças que variava de acordo com a classe social, tanto para o infrator como para a vítima. O valor pago não era considerado indenizatório porque o agressor não pagava o prejuízo causado, mas, a preservação da integridade.

É importante ressaltar ainda que existiu a vingança divina, de influência da religião nos povos antigos porque os crimes eram considerados ofensa aos deuses, e a pena uma forma de apagar a raiva dos mesmos. E em uma trajetória evolutiva da história, o período iluminista contribuiu para a humanização das penas e a finalização das penas degradantes.

Somente, a partir do iluminismo, com a disseminação das ideias de democracia, liberdade e dignidade humana, é que as penas corporais passaram a perder espaço para a pena privativa de liberdade, pois conforme Cordeiro (2019), com o fim do absolutismo, o indivíduo passou a ganhar uma importância antes desconhecida, era agora detentor de direitos e liberdades frente ao Estado. Com a Revolução Francesa e do surgimento do Estado Liberal, a pena privativa de liberdade sofreu uma positiva transformação, pois, nos mais diversos ordenamentos jurídicos, foram inseridas normas dando prevalência à dignidade do homem.

Dessa forma, a justiça pública foi uma das consequências do período humanista. E a partir disso, os crimes passaram a responsabilidade do Estado que detém esse monopólio.

A PERCEPÇÃO DO ESTADO EM TRABALHAR COM AS PRISÕES

Para tratar sobre o Estado penal, faz-se necessário apresentar o surgimento do Estado Punitivo, no qual prevaleceu o interesse econômico para que o capitalismo satisfizesse a necessidade de disciplina e domínio da população, assim esclarece Wacquant (2021). Frente a esses interesses, a repercussão que ocorreu foi a intensificação das desigualdades sociais e o aumento da violência, culminando no dever do Estado em responder com maior controle social punitivo e segurança policial. Simultaneamente a isto, o Estado começa a articular uma nova política com interesses específicos em relação ao poder e ao controle.

No entanto, diante deste contexto, o Estado passou a punir os pobres, produzindo um poder coercitivo, sendo que nessa lógica de pensamento, depreende-se tornar bem mais fácil controlar os eventos criminosos do que intervir nos reais problemas, em detrimento de atacar os problemas que ocasionam as desigualdades sociais. Como consequência, ocorreu uma evolução crescente da população carcerária de modo significativo, e a reboque uma gama de problemas sociais, implicando no atendimento mais individualizado ao preso e à sua família.

Logo, as prisões, reconhecidas como depósito de pessoas excluídas socialmente, reforçou seu caráter punitivo e repressor (Wacquant, 2021).

Segundo Canto (2020), pode-se afirmar que a origem das instituições penais ocorreu pela exigência do próprio homem, pela necessidade de um ordenamento coercitivo que garantisse a paz e a tranquilidade em sua convivência com os demais seres humanos. Ou seja, trata-se de uma imposição do próprio relacionamento inerente ao contrato social.

Com base no escrito acima, hodiernamente, o Estado tomou para si a aplicação do direito como algo de interesse público estruturando o sistema de direitos e garantias individuais entre a administração e os direitos dos cidadãos, tornando-se, então, o Poder Judiciário como indispensável ao equilíbrio social e democrático, e o processo um instrumento dotado de garantias para assegurá-lo. Então, o direito de punir pode ser definido como sendo o direito que tem o Estado de aplicar a pena contra quem praticou uma ação ou omissão causando um dano ou lesão jurídica (Bittencourt, 2017).

Entretanto, somente na década dos anos de 1950, constatou-se o insucesso deste sistema prisional, o que motivou a busca de novos rumos, ocasionando na inserção da educação escolar nas prisões. Sobre esse pensamento Foucault (1987, p. 224) diz: “A educação do detento é, por parte do poder público, ao mesmo tempo uma precaução indispensável no interesse da sociedade e uma obrigação para com o detento.”

Na visão do autor, o Estado a partir do momento que condena um indivíduo que cometeu um crime contra a sociedade e por consequência aplica a esse uma pena restritiva da liberdade, teoricamente, acredita que após o cumprimento da sentença expedida esse indivíduo estará pronto para voltar, em harmonia, ao convívio social. O que então se costuma chamar de reeducação social, uma espécie de preparação temporária pela qual precisa passar todo criminoso condenado pela justiça.

Assim, a função do Direito Penal no Estado Democrático de Direito é o de proteger os cidadãos, logo, o que implica dizer que a sua intervenção ocorrerá somente quando uma determinada lesão afete a convivência social. Assim, de acordo com Nery (2016), o direito dos presos no Estado Democrático de Direito possui uma teoria clara: a restrição da liberdade não deve prejudicar jamais os direitos fundamentais, pois estes só podem ser limitados nos casos expressamente previstos em lei, quando a limitação for imprescindível para alcançar um dos fins assegurados pela ordem valorativa da Constituição.

Segundo o art. 38 do Código Penal “O preso conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade, impondo-se a todas as autoridades o respeito à sua integridade física e moral” (Brasil, 1940). Isso significa dizer que o Estado é obrigado a respeitar os direitos

fundamentais dos presos assegurando o pleno exercício de todos os direitos não atingidos pela pena restritiva de liberdade e zelar para que haja o correto cumprimento da pena (Souza, 2022).

O SISTEMA PRISIONAL NO BRASIL

As mudanças históricas de privação de liberdade configuram uma expressão de grandes transformações sociais. De acordo com Rodrigues (2021) se começava a desenvolver as penas privativas de liberdade em um processo datado de 1550, vivenciado pela Inglaterra, Holanda, dentre outros países e na realidade não diferente a do Brasil.

No ano de 1551, no Brasil, já se mencionava a existência no Estado da Bahia, com uma vertente positiva, de uma cadeia em condições muito boas, segura, limpa e arejada, bem acabada com casa de audiência e câmara em cima, com a edificação de pedra e barro, rebocadas de cal e telhado com telha (Thompson, 2022).

O autor acima explica ainda que nas cidades e vilas, as prisões se localizavam no andar térreo das câmaras municipais, nas quais eram vistos como elementos indispensáveis do poder local que auxiliavam em abrigar desordeiros, escravos fugitivos e criminosos à espera de julgamento e punição. Os espaços não eram cercados, e os encarcerados mantinham contato com transeuntes, através das grades; recebiam esmolas, alimentos e informações.

Com base nas informações acima, de acordo com Carvalho Filho (2022), esse tipo de prisão era chamado de Aljube, antigo cárcere eclesiástico, prisão de padres subterrâneos que existiam no Rio de Janeiro, usados para a punição de religiosos. Outrossim, tal espaço foi ofertado pela Igreja para servir de prisão comum após a chegada da Família Real. Passados alguns anos, em 1829, foi realizada uma inspeção por uma comissão nomeada pela Câmara Municipal que afirmara à época: "O aspecto dos presos nos faz tremer de horror"; eram 390 detentos, e cada um dispunha de uma área aproximada de 0,6 por 1,2 m². Em 1831, o número de presos passaria de 500. Em 1856, o Aljube foi desativado (Carvalho Filho, 2022, p. 38).

Um decreto de 1821, assinado pelo príncipe regente D. Pedro foi o marco legal do início da preocupação das autoridades com o estado das prisões. As considerações de que ninguém seria lançado em masmorra estreita, escura ou infecta porque " [...] a prisão deve só servir para guardar as pessoas e nunca para adoecer e flagelar" [...] (Salla, 2019, p. 43). Tal pensamento demonstrava a necessidade de se repensar sobre a forma de punir quem cometesse algum tipo de delito.

Com o passar dos anos, a Constituição Imperial de 1824, reafirmara a mesma preocupação, e determinou que: " [...] as cadeias serão seguras, limpas e bem arejadas, havendo

diversas casas para a separação dos réus, conforme suas circunstâncias e natureza dos seus crimes" (Constituição de 1824, p. 34). Assim, "a pena de morte, na forca, ficou reservada para casos de homicídios, latrocínios e insurreição de escravos. No regime anterior, esta pena estava prevista para mais de 70 infrações" (Nery, 2016, p. 52).

Todavia, no ano de 1835, uma lei ampliaria a hipótese de pena Capital para escravos que ferissem gravemente, matassem ou tentassem matar o senhor ou feitor. Essa lei foi criada como uma reação a revolta de negros muçulmanos ocorridos na Bahia. Na qual foi mantida a pena de Galés que tinha o significado de fazer trabalhos forçados em obras públicas.

Sendo assim, a principal novidade do Código Criminal de 1830 foi o surgimento das penas de prisão com trabalho, onde o condenado tinha a obrigação de trabalhar diariamente dentro do recinto dos presídios. Tal pena que em alguns casos podia ser perpétua ou de prisão simples, que consistia na reclusão pelo tempo marcado na sentença, poderia ser cumprida nas prisões públicas desde que oferecessem maior conforto e segurança e mais próximo possível dos lugares dos delitos (Carvalho Filho, 2022).

Entretanto, pontua-se que as cadeias não eram adequadas, pois o Código acima referenciado determinava que, até a construção de novos estabelecimentos, a prisão com trabalho se converteria em prisão simples, com o acréscimo de mais um sexto na duração da pena.

Em decorrência desses fatos, foram projetados dois estabelecimentos para suprir a lacuna, um no Rio de Janeiro e outro em São Paulo. Eram prédios de correção inaugurados, respectivamente, em 1850 e 1852. Pode-se dizer que eles simbolizaram a entrada do país na era da modernidade punitiva. Possuíam oficinas de trabalho, pátios e celas individuais, assim como, um recinto especial, denominado de calabouço, cuja finalidade era de abrigar os escravos fugitivos que seriam entregues pelos proprietários à autoridade pública (Carvalho Filho, 2022).

Entretanto, no Código Criminal existiam algumas contradições, pois determinava que o escravo que cometesse um crime pelo qual não fosse condenado à morte ou às Galés, fosse condenado ao açoite. O número de chibatadas, a ser determinado pela sentença judicial, estava limitada a 50 por dia (Carvalho Filho, 2022).

Passando para o ano de 1920, houve a inauguração da penitenciária de São Paulo, no bairro do Carandiru, considerada um marco na evolução das prisões, levando até visitas de juristas e estudiosos do Brasil e do mundo. De arquitetura gigantesca foi construída para uma população carcerária de 1.200 presos, onde se incluía o que havia de mais moderno em matéria de prisão: oficinas, enfermarias, escola, corpo técnico, acomodações adequadas, segurança. Entretanto, o cárcere, segundo Nery (2016), tornou-se a espinha dorsal do sistema criado em

1940, onde 300 infrações que foram definidas no Código Penal, são punidas com pena privativa de liberdade (reclusão e detenção).

Assim, na realidade histórica do Brasil, os índices crescentes de criminalidade, os episódios marcantes de violência e o sentimento de impunidade tem incentivado retrocessos legislativos capazes de levar para prisões pessoas que, objetivamente, nelas não precisam estar (Carvalho Filho, 2022).

De acordo com Costa (2019), as penas privativas de liberdade adotadas no Brasil devem obedecer aos padrões determinados pelo instrumento das Nações Unidas, do qual o Brasil é signatário. Ao custodiar o indivíduo e tê-lo sob sua responsabilidade, o Estado se obriga a mantê-lo protegido, de modo que possa voltar para a sociedade.

Sendo assim, o Código Penal prevê duas espécies de penas privativas de liberdade, que são a reclusão e detenção. De acordo com o art. 33 do CP a pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semiaberto ou aberto. A primeira, segundo Lisboa Costa (ocorre em estabelecimentos fechados, que são unidades prisionais com segurança máxima, para onde normalmente são levados os presos mais perigosos. E a do segundo tipo, de interesse da pesquisa, é a de detenção, em regime semiaberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado (Costa, 2019).

CONTEXTO HISTÓRICO DA INSERÇÃO DA ENFERMAGEM NO SISTEMA PRISIONAL

A enfermagem é a profissão que tem o compromisso com o ciclo de vida, saúde, educação e segurança, que visa a comodidade das pessoas sem levar em conta o contexto em que elas estão inseridas (Santos, 2022). Os cuidados da equipe de enfermagem, outrora disponibilizado a sociedade, se ajustaram às necessidades mais recentes.

Atualmente, o desempenho da enfermagem está em diversos lugares, dispensando procedimentos preventivos que auxiliam de forma curativa para a sociedade, vista em suas diversas formas de apresentação: nos domicílios, comunidades, e nas unidades do sistema penal, designado a pessoas privadas de liberdade tuteladas pelo Estado (Santos, 2022).

No contexto internacional contemporâneo observa-se que os serviços de saúde no sistema prisional não devem deixar esquecidas as pessoas marginalizadas devido ao encarceramento. Em consonância a isso, a Declaração Universal dos Direitos Humanos assegura que os direitos se estendem a todos, sem qualquer pretexto de serem retirados, logo,

os relatos referentes à saúde e a enfermagem são partes integrantes do sistema prisional (Martins et al, 2014).

Sobre a definição de Direitos humanos é relevante mencionar que são intrínsecos a todo ser humano, logo, não deve ter distinção de raça, cor, sexo, gênero, orientação sexual, classe, idioma, religião, opiniões políticas, nacionalidade ou marcadores sociais. Como são assegurados legalmente no direito internacional por meio de tratados e outras fontes de lei, protegem os indivíduos e grupos contra ações que possam interferir nas liberdades fundamentais e na dignidade humana (Martins et al, 2014).

No ano de 2003 foi instituído o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP) pela Portaria Interministerial n.º 1777/2003, sendo a primeira legislação a tratar exclusivamente da saúde no sistema prisional, estabelecendo a assistência segundo as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Contudo, esse documento legal não contemplava aqueles em regime aberto e provisório, recolhidos em cadeias públicas e distritos policiais (Ministério da Saúde, 2003), mostrando mais uma vez uma falha no desenvolvimento de políticas abrangentes e que acolhem a todos, uma vez que uma política feita exclusivamente para o sistema prisional não contemplava todos os envolvidos no sistema de forma substancial.

Segundo Lermen, Gil e Cúnico (2019), traz em seu bojo uma discussão com destaque à inserção do enfermeiro no contexto prisional, pontuando como membro de extrema importância nas equipes multiprofissionais estabelecidas pelo Plano. Está contemplado no documento que estas equipes atuam nas unidades prisionais com mais de 100 presos, sendo cada equipe responsável por até 500 presos. As unidades com menos de 100 presos são atendidas pelos profissionais da Secretaria Municipal de Saúde do território (Ministério da Saúde, 2003).

Assim, o PNSSP tinha como objetivo principal contribuir para o controle e/ou redução de agravos de saúde mais frequentes nessa população, bem como fortalecer o âmbito da promoção da saúde, prevenção de agravos e assistência em unidades prisionais. Sendo assim, com o intuito de ampliar o acesso dos privados de liberdade às políticas de saúde com ações de atenção básica presentes em diversas políticas nacionais, o plano também prevê assistência farmacêutica básica, imunização e coleta de exames laboratoriais (Brasil, 1988).

Com isso, foi criada a partir da Portaria Interministerial n.º 1/2014 a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), cujo objetivo é que as unidades prisionais passem a ser portas de entrada e ponto de atenção da Rede de Atenção à Saúde (Ministério da Saúde, 2014). Trazendo então um novo conceito ao

sistema carcerário, visto que esta passa a trabalhar o reconhecimento e diagnóstico precoce de agravos, além de criar uma melhor dinâmica com as unidades extramuros.

O citado Plano prevê que o acesso a Rede de Atenção à Saúde deve iniciar já na entrada do indivíduo nas delegacias ou distritos policiais e continuar pelas cadeias públicas ou centros de detenção provisória, sendo prioritárias ações para o diagnóstico precoce, com foco nas doenças transmissíveis, além de promoção da saúde e prevenção de agravos, criando assim um fluxo de atendimento e assistência desde o diagnóstico até as intervenções, recuperação e educação em saúde, criação de protocolos (Ministério da Saúde, 2014).

AÇÕES E DESAFIOS DE ENFERMAGEM NO AMBIENTE PRISIONAL

Sabe-se que a enfermagem se constitui em uma profissão comprometida com o cuidado e sua gestão em contextos socioambientais e culturais diferentes, com a finalidade de responder às necessidades da pessoa, da família e da comunidade. Sua atuação se concentra em garantir a assistência de enfermagem e saúde para todos enquanto direito humano fundamental (Conselho Federal de Enfermagem, 2017).

E nesta perspectiva de atuação de enfermagem nos diversos ambientes, que se insere as práticas de intervenção junto às pessoas privadas de liberdade (PPL). Reitera-se que a categoria foi reconhecida como integrante da Equipe de Saúde no Sistema Prisional (ESP) no Brasil por meio de legislações específicas, tais como: o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP) de 2003 (Brasil, 2003) e reiterada na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) de 2014 (Brasil, 2014).

Sendo assim, a equipe de enfermagem deve trabalhar integradas com toda a equipe de assistência à saúde e as modalidades previstas, pois como já mencionado, deve realizar atividades em interface, interagindo com os agentes penitenciários que são os primeiros profissionais a escutarem as reclamações dos custodiados e decidirem se os retiram da cela para o atendimento, ou fazem um elo de comunicação entre o privado de liberdade e o profissional e/ou outras resoluções (Santana, Reis, 2019, p. 45).

Entende-se que há uma dependência entre a enfermagem e o agente prisional, pois a segurança precisar estar em primeiro lugar no cotidiano dos profissionais de enfermagem que atuam dentro dos presídios, e em segundo lugar está o cuidado ao apenado; tudo se baseia sempre na segurança do profissional que prestará o cuidado. Logo, o setor de segurança assume a centralidade das decisões (Costa et al. 2022).

No entanto, com base no relatório do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP, 2019/2021) sobre o sistema prisional, a presença do profissional enfermeiro é reconhecida, e sendo ele, presente em grande parte das vezes como o único profissional da saúde, diariamente, nos estabelecimentos prisionais. Portanto, fica evidente o quanto é essencial a presença do enfermeiro para a qualidade da assistência à saúde a ser prestada para essa população.

Para Amorim et al. (2021) a enfermagem precisa promover no ambiente de saúde um conjunto de ações que possam suprir as necessidades de cada população, como responsável pela prática do cuidado por meio do olhar holístico, desenvolvendo suas atividades baseadas nos dispositivos tanto da lei do exercício profissional, nas políticas voltadas as prisões como o que prevê a atenção básica, pois “ a atenção à saúde prestada no sistema prisional deve se organizar em ações transversais e integrais, tendo em vista, a diversificada gama de doenças e agravos à saúde que acometem a população confinada nos presídios” (Brasil, 2014).

Diante das premissas acima, cabe enfatizar que a enfermagem atuante nesse sistema e integrante da equipe de saúde tem como atribuição promover cuidados de prevenção, promoção e recuperação da saúde das PPL. Então, sua atuação se concentra no contexto prisional com a inclusão de práticas assistenciais, as quais se vinculam predominantemente a prestação de cuidados de saúde primários ou de atenção básica, a saber: cuidados secundários e terciários; o ensino; a investigação e a gerência do cuidado (Brasil, 2014).

Ademais, o profissional necessita centrar sua conduta na pessoa alvo de seu cuidado, cumprindo, aspectos éticos e legais da profissão e do sistema de saúde, e, em consonância com as características do ambiente penal (Barbosa et al. 2019; Carrasco-Baún, 2017; Santana; Andrade, 2019; Soares et al. 2020; Flores et al. 2021; Isaac, 2021).

Assim, de modo específico, descreve-se algumas ações de enfermagem que se encontram estabelecidas no Plano citado acima, uma vez que é importante o profissional e sua equipe articularem suas ações assistenciais desde a triagem até a intervenção sobre o problema. Pois dentre as práticas desenvolvidas, a triagem e a escuta qualificada são ferramentas essenciais para o vínculo e o acolhimento, podendo contribuir para o encaminhamento para os demais serviços da rede, minimizando o silêncio imposto aos privados de liberdade (Barbosa et al. 2019).

É válido destacar que, ainda em um ambiente de fama hostil, a formação de vínculo e a assistência humanizada contribuem para melhores ações e resultados, visto que o indivíduo se sente confortável para levantar suas questões. Além disso, Barbosa et al. (2019), alertam que as ações de enfermagem no contexto prisional, com vistas a promoção à saúde, ainda são pouco

desenvolvidas, pela falta de informação dos apenados, uma vez que muitas vezes esses indivíduos vêm de situações mais desfavorecidas.

Outras ações que podem ser desenvolvidas pela enfermagem, diz respeito aos exames admissionais que auxiliam no diagnóstico precoce e prevenção da disseminação de doenças infectocontagiosas, bem como a gestão de casos, contribuindo para uma melhor atenção à saúde de forma integral e resolutiva, podendo inclusive gerar protocolos de cuidado que respondem às evidências diagnósticas, procedimentos, intervenções medicamentosas, educação em saúde e monitoramento individual, podendo até fazer dos privados de liberdade promotores de saúde (Barbosa et al. 2019).

No entanto, o enfermeiro que atua em unidades penais, geralmente, com número elevado de pessoas encarceradas, as quais, tendem a apresentar desafios de saúde física e mental negligenciados e por vezes complicados pelo uso de substâncias, tais como álcool e drogas ilícitas, com predomínio de pessoas com baixo nível socioeconômico e problemas de saúde complexos, os quais precisam ser tratados em um período de vulnerabilidade da vida destas pessoas. Assim, a enfermagem precisa lidar para além dos cuidados, com os crimes, as esperanças e os desesperos a manipulação e a agressividade das PPL (Santos, 2015; Carrasco-Baún, 2017; Peternelj-Taylor, 2019; Karaaslan; Aslan, 2019; Soares et al. 2020; Flores et al. 2021).

Dessa forma, os desafios que esses profissionais podem enfrentar, vai desde o ambiente hostil e pouco estruturado, com pouca ventilação, com déficits no saneamento e acesso a água potável, sem consultórios e equipamento adequados, a própria organização das unidades prisionais e a cultura estigmatizante referente aos privados de liberdade, o pouco investimento em formação desses profissionais até condições de vida insalubres e deficiências no saneamento.

Sendo assim, é importante se pensar cada vez mais na capacitação de profissionais de saúde para lidar com as adversidades presentes no ambiente prisional e assim poder prestar um cuidado íntegro e completo aos aprisionados. A partir disso, será possível desenvolver novos estudos que discutam mais sobre essa realidade, sobre possíveis medidas e tecnologias facilitadores para o cuidado e atendimento a essa população, sobre como é dada a interação entre aprisionados e profissionais da saúde e o quanto relevante essa relação é para o tratamento e processo de cura desses pacientes. Ou seja, implica nos investimentos e a cultura estigmatizante em torno do cenário prisional que se constituem em barreiras a serem enfrentadas pelos profissionais de enfermagem.

É oportuno apresentar um panorama sobre as ações de enfermagem no contexto europeu para fins de enriquecimento da pesquisa, a exemplo de Portugal e Espanha, uma vez que no ano de 2012, havia 10,2 milhões de presos no mundo. Já no ano de 2020, o número chegou a 11 milhões, muito embora o crescimento de presos tenha sido muito semelhante ao crescimento da população mundial (3,7% contra 3,0%, respectivamente, nos últimos três anos), portanto, presume-se que a taxa de população carcerária permaneceu estável durante esse período de tempo (Marco; Garcia-Guerrero, 2020).

Mediante esse cenário, não resta dúvida de que a superlotação prisional é inaceitável por ter um impacto negativo na saúde. Entretanto, é pertinente destacar que a superlotação não é apenas herança dos países pobres. No relatório Council of Europe Annual Penal Statistics (SPACE) de 2020, 15 países europeus reconheceram ter prisões superlotadas e 10 descreveram essa superlotação como situação grave, onde 8 em cada 10 estados membros da União Europeia (Aebi; Tiago, 2022).

É indiscutível que o espaço e o número de internos alojados por cela são dados importantes, porém há outros aspectos relevantes que podem influenciar o nível de saúde dos presos e que têm sido pouco estudados. De modo geral, a determinação que consta no Relatório é de que os custodiados fiquem pelo menos 10 horas por dia fora de seus ambientes de dormitórios ou celas a fim de participarem de atividades como exercício, trabalho, treinamento, atividades religiosas, biblioteca, jogos e outras, que levam a entender como quesitos considerados úteis à qualidade de vida, pessoal ou oferta de atividades. Mas, há um dado negativo no que concerne as limitações que podem ocorrer pelo nível socioeconômico onde as prisões estão localizadas (SPACE, 2020, p. 34).

Por conta disso, dois países europeus destacam-se na atenção a saúde das pessoas privadas de liberdade no contexto prisional, são eles: Espanha e Portugal, nos quais é possível encontrar referências publicadas em relação a saúde prisional.

Na Espanha, a Lei Geral de Saúde de 25 de abril de 1986, em seu título preliminar, estabelece em geral o direito à proteção da saúde reconhecido na Constituição, bem como que todos os cidadãos têm direito a cuidados de saúde e a sua residência no território nacional (Espanha, 2019).

Por outro lado, a Lei Geral Penitenciária Espanhola, também uma lei orgânica, estabelece em seu artigo 4.2 que “os reclusos têm o direito de que a Administração Penitenciária zele por suas vidas, sua integridade física e sua saúde” (Espanha, 2019, p. 45) e em seu artigo 208.1 prevê que “todos os detentos, sem exceção, terão a garantia de assistência médica-sanitária equivalente à prestada à população como um todo (Turu et al. 2019). Esse princípio

citado reflete nas normas internacionais, incluindo as Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos, conhecidas como regras de Nelson Mandela, aprovadas durante o ano de 2015 (ONU, 2019).

Assim, entende-se que o elemento crucial da qualidade do cuidado está relacionado à facilitação deste e a continuidade da assistência e da terapêutica, garantindo assim que as informações clínicas relevantes dos pacientes estejam disponíveis para qualquer clínico que deva cuidar deles ou tratá-los. Aplicado aos pacientes prisionais, seria necessário não apenas fornecer informações de saúde e terapêuticas, mas também vincular os pacientes que saem da prisão após uma longa permanência e garantir que o sistema de saúde os receba em tempo e forma adequados (Gonçalves, 2019).

Ademais, pontua-se que o Programa de Saúde Prisional (PSP) do Instituto Catalão de Saúde (ICS) interpretou que as atividades para melhorar o atendimento e o continuum terapêutico devem ter capacidade de intervenção em todo o território que gere, e que deverá ser concebida como mais uma atividade, interligada com as restantes atividades da PSP. Após o estudo das necessidades, descrevem-se os objetivos, define-se a população-alvo, desenha-se o programa de intervenção e cria-se a figura do “Infermera d’enllaç” (IE), que é chave motriz do projeto, dotando-os das competências necessárias ao cumprimento da sua função (Gonçalves, 2019).

Já em Portugal, os cuidados de enfermagem nas prisões se destacam pelas características específicas do ambiente e as implicações no trabalho do enfermeiro e na sua relação, quer com os reclusos, quer com os grupos profissionais com quem se articula e trabalha no seu dia a dia. E, ainda, as características relacionadas ao contexto prisional e os cuidados de enfermagem são descritas como a privação de liberdade, a separação e isolamento em relação ao mundo exterior e a inibição de autodeterminação dos reclusos (Ordem dos Enfermeiros, 2022).

Com relação aos condicionantes que influenciam os cuidados e que exigem dos enfermeiros uma postura ética e de prática cuidativa, chama-se a atenção para o respeito integral pela pessoa e pelos seus direitos, com saberes que lhes permitam desenvolver as melhores respostas às necessidades dos reclusos. Os cuidados de saúde em ambiente prisional requerem, pela sua especificidade e complexidade, uma intervenção multidisciplinar que privilegie a ligação com outros serviços de saúde, a promoção de estilos de vida mais saudáveis nas prisões, um rigoroso respeito pela confidencialidade e pela segurança.

Com base nas afirmações, é possível inferir e dizer que se constituem em um ambiente em que as questões da humanização, da ética, da segurança e da qualidade dos cuidados se interrelacionam, como talvez não aconteça de forma tão pertinente em outros contextos de

cuidados. Assim os enfermeiros que exercem clínica nas prisões esperam-se que possuam, e desenvolvam, competências nestas áreas (Ordem dos Enfermeiros, 2022).

CONCLUSÃO

O estudo das prisões ao longo da história revela uma trajetória de evolução e transformação que reflete as mudanças nas concepções de justiça, punição e direitos humanos. Desde suas origens em conventos destinados à contenção e tortura, até o desenvolvimento de um sistema punitivo mais estruturado, as prisões passaram de locais insalubres e inadequados para estabelecimentos destinados à reabilitação e reintegração social. No entanto, a realidade contemporânea ainda apresenta desafios significativos, como altos índices de reincidência e condições carcerárias precárias, que demandam uma reforma contínua no sistema penal para alcançar penas justas e eficazes.

A atuação do Estado Punitivo, analisada por Wacquant, evidencia uma abordagem que privilegia o controle social sobre a resolução das causas subjacentes das desigualdades sociais. Essa perspectiva resulta em uma crescente população carcerária e reforça o caráter repressivo das prisões. Portanto, é essencial que o Estado repense suas políticas punitivas, buscando soluções que promovam a justiça social e a reabilitação efetiva dos infratores. A integração de serviços de saúde, como a enfermagem, no sistema prisional é um passo crucial para garantir a dignidade e os direitos dos detentos, conforme preconizado por Santos e outros autores.

No Brasil, a evolução histórica das prisões e a inserção da enfermagem no sistema penal refletem a complexidade dos desafios enfrentados no contexto prisional. As primeiras cadeias, como descritas por Thompson, eram improvisadas e insalubres, mas ao longo dos séculos houve um esforço para melhorar as condições carcerárias e garantir cuidados de saúde adequados. A presença de profissionais de enfermagem, como destacado por Amorim et al., é vital para assegurar que os detentos recebam assistência de saúde de qualidade, promovendo a reabilitação e a reintegração social. Em suma, a história das prisões e a atuação do Estado Punitivo destacam a necessidade de reformas contínuas e a importância de um enfoque holístico e humanizado na justiça penal.

REFERÊNCIAS

AEBI MF, TIAGO MM. **Prisons and Prisoners in Europe 2020**: Key Findings of the SPACE I report. Estrasburgo: Consejo de Europa; 2022. Disponível em:

https://wp.unil.ch/space/files/2021/06/210329_Key_Findings_SPACE_I_2020.pdf. Acesso em 17 mai. 2024.

AMORIM, L.P et al. O enfermeiro gestor atuante no sistema carcerário: Habilidades, conhecimentos e atitudes necessárias para se fazer a humanização da assistência. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**. [S.L]; v. 10, n. 6. 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/15279>. Acesso em 17 mai. 2024

BARBOSA ML, MEDEIROS SG, CHIAVONE FBT, ATANÁSIO LLM, COSTA, GMC, SANTOS VEP. Ações de enfermagem para as pessoas privadas de liberdade: uma scoping review. **Esc Anna Nery**. jan 5]; 23(3): e20190098, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2019-0098>. Acesso em 16 mai. 2024.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: Nova Fronteira, 2016.

BITENCOURT, Cesar Roberto. **Falência da pena de prisão, causas e alternativas** São Paulo: Saraiva, 2017.

BITENCOURT, Cesar Roberto. **Falência da Pena de Prisão**. 4 ed, São Paulo: Saraiva, 2019.

BRASIL. **Constituição política do Império do Brasil**, de 25 de março de 1824. Elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824.

BRASIL. **Código penal Brasileiro**, de 07 de Dezembro de 1940.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça. Brasília (DF): Brasil; 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao. Acesso em 17 mai. 2024.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 1.777** de 2003. Institui o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. 2003. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_pnssp.pdf. Acesso em 16 mai. 2024.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 1**, de 2 de janeiro de 2014. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). 2014 Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/pri0001_02_01_2014.pdf. Acesso em 16 mai. 2024.

CANTO, Dilton Ávila. **Regime Inicial de Cumprimento de Pena Reclusiva ao Reincidente**. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC), 2020.

CARRASCO-BAÚN H. Prison nursing: legal framework and care reality Enfermería penitenciaria: marco legal y realidad asistencial. **Rev esp sanid penit.** 10]; 19 (1): 3-12, 2017. Disponível em: https://scielo.isciii.es/pdf/sanipe/v19n1/es_02_especial.pdf. Acesso em 16 mai. 2024.

CARVALHO FILHO, Luiz Francisco. **A Prisão**. Publifolha. São Paulo, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução Cofen 564/2017**, aprova o novo Código de Ética dos profissionais de Enfermagem. 2017 Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145. Acesso em 16 mai. 2024.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (BR). **Sistema Prisional em Números**. Brasília: CNMP, 2019. nov 03. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/relatoriosbi/sistema-prisional-em-numeros>. Acesso em 17 mai. 2024.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (BR). **Sistema Prisional em Números**. Brasília: CNMP, 2021. nov 03. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/relatoriosbi/sistema-prisional-em-numeros>. Acesso em 17 mai. 2024

CORDEIRO, Luan Pereira. **Superpopulação no sistema carcerário brasileiro**: a não efetivação da Lei de execução penal e dos direitos humanos. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. Direito. Universidade Estadual da Paraíba: Capina Grande, 2019.

COSTA, Elder Lisbôa Ferreira. **Direito Criminal Constitucional**: uma visão sociológica e humanística. Parte Geral Arts. 1 ao 120. Belém: Paka-Tatu, 2019.

COSTA, Marta Cossenti. Política de saúde prisional brasileira: uma revisão integrativa. **Cad. Ibero-amer. Dir. Sanit.**, Brasília, 11(4), 2022.

ESPAÑA. Ley Orgánica 3/1986 de 14 de abril de Medidas Especiales en Materia de Salud Pública. [Internet]. BOE. 29 Abr 2019;102:15207-24. Disponible en: <https://www.boe.es/boe/dias/1986/04/29/pdfs/A15207-15224.pdf>. Acesso em 17 mai. 2024.

ESTEFAM, André. **Direito penal esquematizado**: parte geral. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

FIGUEIREDO, Gustavo de Oliveira Figueiredo et al. (Organizadores e Organizadoras). **Educação, políticas públicas e direitos sociais**: práticas, críticas e utopias - Salvador: EDUFBA, 2022. 526 p.

FLORES VB, OLIVARES DP, CHÁVEZ CV, ARAYA MD, FLORES RS. Experiencia de profesionales de enfermería que se desempeñan en un recinto penitenciario del norte de Chile. **Cienc enferm.** dez 10]; 27:23, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.29393/ce27-23epvr50027>. Acesso em 17 mai. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Traduzido por Raquel Ramalhete; 25 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

FREUD, S. O mal-estar na civilização. In J. Strachey, **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** (Vol. 21). Rio de Janeiro: Imago, 1997. (Originalmente publicado em 1930)

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Curso de direito penal**: parte geral (arts. 1º a 120) volume 1. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

GONÇALVES, Natália Susana Correia Soares. **Cuidar entre as grades:** vivências dos enfermeiros. [Dissertação]. Instituto de Ciencias Biomedicas Abel Slazar. Universidade do Porto, 2019.

ISAAC CA. The role of prison nursing: an integrative review. **Rev Esp Sanid Penit.** dez 10]; 23(2): 76-85, 2021. Disponível em: <https://scielo.isciii.es/pdf/sanipe/v23n2/2013-6463-sanipe-23-02-76.pdf>. Acesso em 17 mai. 2024.

KARAASLAN A, ASLAN M. The Relationship Between the Quality of Work and Organizational Commitment of Prison Nurses. **The Journal of Nursing Research.** dez 10]; 27 (3), 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1097/jnr.0000000000000286>. Acesso em 17 mai. 2024.

LERMEN HS, GIL BL, CÚNICO SD, JESUS LO. Saúde no cárcere: análise das políticas sociais de saúde voltadas à população prisional brasileira. **Physis.** ;25(3):905-924, 2019.

MARCO A, GARCÍA-GUERRERO J. Prison overcrowding and over-occupation: what we are talking about and the situation in Spanish prisons. **Rev. esp. sanid. penit.** 2020 Dic Nov 10]; 22(3): 93-95. Disponível en: http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1575-06202020000300001&lng=es. Acesso em 17 mai. 2024.

MARTINS, É. L. C., MARTINS, L. G., SILVEIRA, A. M., & MELO, E. M. D. O contraditório direito à saúde de pessoas em privação de liberdade: o caso de uma unidade prisional de Minas Gerais. *Saúde e Sociedade*, 23, 1222-1234, 2024. Disponível em: www.scielo.org. Acesso em 18 mai. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). Ministério da Justiça (MJ). **Institui o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário.** Brasília (DF): Brasil; 2003. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2003/pri1777_09_09_2003. Acesso em 17 mai. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília (DF): Brasil; 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/pri0001_02_01_2014. Acesso em 17 mai. 2024.

NERY, Déa Carla Pereira. **Teorias da Pena e sua finalidade no Direito Penal Brasileiro.** 2005. Não paginado. Disponível em: <http://www.uj.com.br/publicacoes/doutrinas/2146>. Acesso em 15 mai. 2024.

ORDEM DOS ENFERMEIROS. **Condições do Exercício Profissional de Enfermagem em Estabelecimentos Prisionais.** 2022. Portugal. Disponível em: <https://www.ordemenfermeiros.pt/arquivo/documentosoficiais/Documents.pdf>. Acesso em 18 mai. 2024.

ORGANIZAÇÃO NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Regras Mínima das Nações Unidas para o tratamento de reclusos – Regras de Nelson Mandela.** Viena: Escritório das Nações Unidas sobre drogas e crimes. 2019.

PETERNELJ-TAYLOR, C. Saskatchewan Provincial Correctional Nurses: Roles, Responsibilities, and Learned Needs. **J Correct Health Care.** dez 10]; 25 (2), 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1078345819833661>. Acesso em 17 mai. 2024.

RODRIGUES, Anabela Miranda. **Novo olhar sobre a questão penitenciária.** São Paulo: RT, 2021.

SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo: 1822-1940.** São Paulo: Annablume/Fapesp, 2019.

SANTANA, J. C. B.; REIS, F. C. A. Percepção da Equipe de Enfermagem Acerca da Assistência à Saúde no Sistema Prisional. **Rev., Fund. Care Online.** 2019.

SANTANA JCB, ANDRADE FC de. Percepção da equipe de enfermagem acerca da assistência à saúde no sistema prisional. **Rev Pesqui.** 10]; 11 (5): 1142-1147, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.9789/2175-5361>. Acesso em 16 mai 2024

SANTOS, F. de J. Dos; CARDOSO, D.S. dos A; BRÊDA M.Z; COSTA, L. De M.C. Salud en las Prisiones: lo que hablan los trabajadores de enfermera. **Cultura de los Cuidados.** dez 10]; 41, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.14198/cuid.2015.41.14>. Acesso em 17 mai. 2024.

SANTOS, F. S. **Cuidados aprisionados:** repercussões na saúde do trabalhador de enfermagem do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. 113 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Enfermagem Assistencial) -Escola de Enfermagem Aurora de Afonso Costa, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2022. Disponível em: www.pesquisabvsauder.org. Acesso em: 18 mai. 2024.

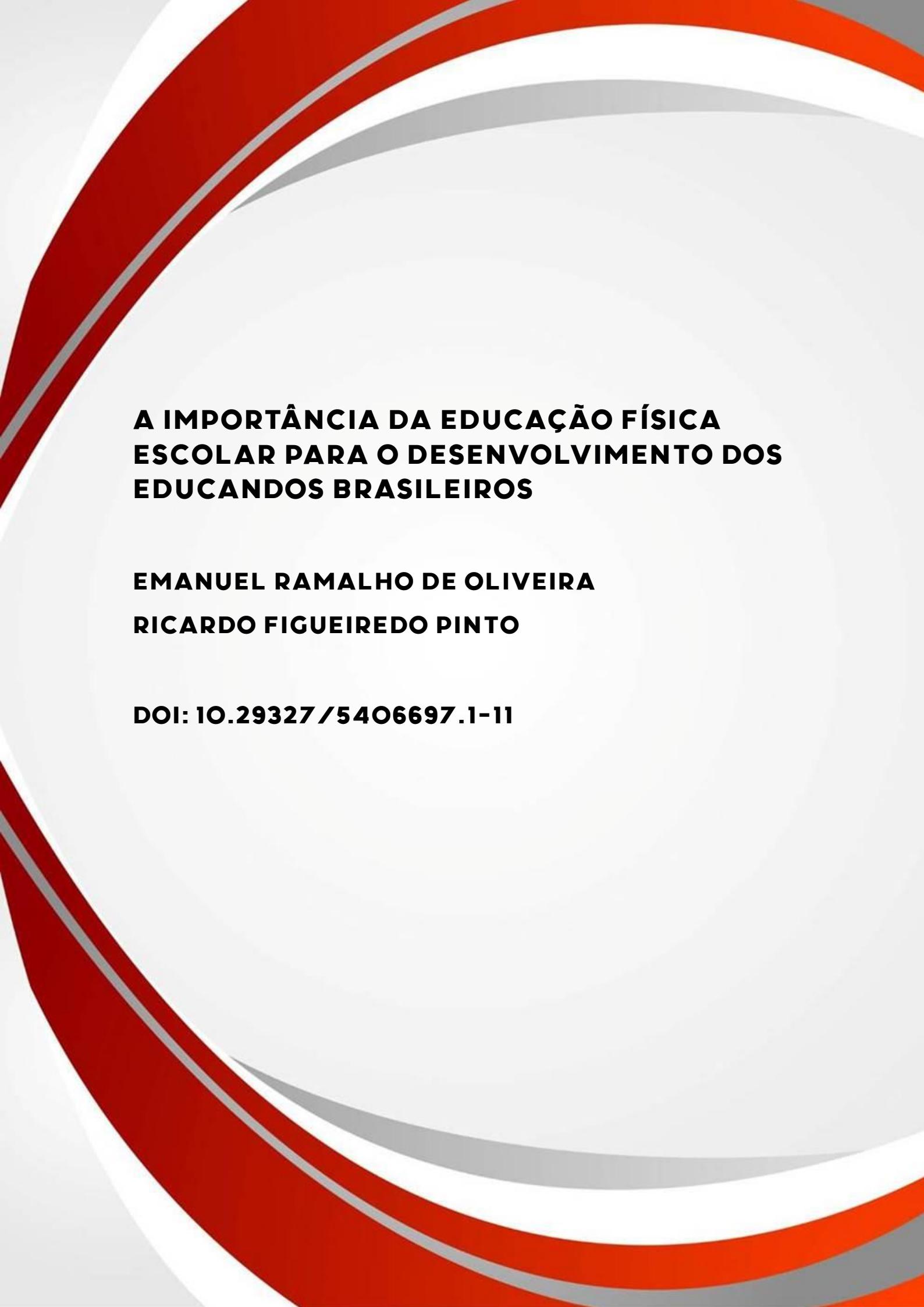
SOARES AAM, CASTRO GMO, ALMEIDA IEM, MONTEIRO LAS, TORRES LM. Vivências da equipe de enfermagem no cotidiano do sistema penal. **Rev baiana enferm.** 34: e34815, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.18471/rbe.v34.34815>. Acesso em 17 mai. 2024.

SOUZA, Luciano Anderson de. **Código Penal Comentado - Ed. 2022.**

THOMPSON, Augusto. **A questão penitenciária.** 5 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

TURU E, BARNÉS I, MARCO A. Asistencial and therapeutic continuity after release from prison: an urgent problem that requires solutions. The model applied in catalanian prisons. **Rev. esp. sanit. penit.** 21(3): 153-160, 2019. Disponible en: http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1575-06202019000300153&lng=es. Acesso em 17 mai. 2024.

WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade:** estudo sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2021.



A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR PARA O DESENVOLVIMENTO DOS EDUCANDOS BRASILEIROS

**EMANUEL RAMALHO DE OLIVEIRA
RICARDO FIGUEIREDO PINTO**

DOI: 10.29327/5406697.1-11

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR PARA O DESENVOLVIMENTO DOS EDUCANDOS BRASILEIROS

**Emanuel Ramalho de Oliveira
Ricardo Figueiredo Pinto**

RESUMO

Este artigo intitulado “A importância da Educação Física escolar para o desenvolvimento dos educandos brasileiros”, discorre sobre a relevância desta disciplina e seus impactos sobre o desenvolvimento da aprendizagem dos educandos. Esta produção utiliza como base metodológica de pesquisa a revisão bibliográfica secundária, com suporte em autores que se reportam a centralidade do tema no contexto dos estudos relacionados as Ciências da Educação. Após a pesquisa, inferiu-se que a Educação Física em seu processo evolutivo foi se transformando inclusive conceitualmente como disciplina escolar até que se consolidou e atualmente exerce influência determinante para o desenvolvimento integral dos alunos em todas as dimensões do ser humano, seja nos aspectos cognitivos, mental emocional, social e cultural.

Palavras-chave: Educação Física; educandos; desenvolvimento; disciplina

ABSTRACT

This article entitled “The importance of school Physical Education for the development of Brazilian students”, discusses the relevance of this discipline and its impacts on the development of students’ learning. This production uses secondary bibliographic review as a methodological research basis, supported by authors who report the centrality of the topic in the context of studies related to Educational Sciences. After the research, it was inferred that Physical Education in its evolutionary process was even conceptually transformed as a school subject until it was consolidated and currently exerts a determining influence on the integral development of students in all dimensions of the human being, whether in cognitive aspects mental, emotional, social and cultural.

Keywords: Physical Education; students; development; discipline

RESUMEN

Este artículo titulado “La importancia de la Educación Física escolar para el desarrollo de los estudiantes brasileños”, discute la relevancia de esta disciplina y sus impactos en el desarrollo del aprendizaje de los estudiantes. Esta producción utiliza como base metodológica de investigación la revisión bibliográfica secundaria, sustentada en autores que reportan la centralidad del tema en el contexto de los estudios relacionados con las Ciencias de la Educación. Luego de la investigación, se infirió que la Educación Física en su proceso evolutivo incluso se transformó conceptualmente como materia escolar hasta consolidarse y actualmente ejerce una influencia determinante en el desarrollo integral de los estudiantes en todas las dimensiones del ser humano, ya sea en aspectos cognitivos, mental, emocional, social y cultural.

Palabras clave: Educación Física; estudiantes; desarrollo; disciplina

INTRODUÇÃO

Para se consolidar como uma disciplina curricular obrigatória dos ensinos fundamental e médio, a Educação Física, considerando o caráter transversal, complementar, interdisciplinar que age nos eixos temáticos das diversas áreas do conhecimento, sejam Linguagem, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, considerando os aspectos culturais e sociais, e considerando também sua ação como agente pacificador de conflito que envolvem todos os indivíduos que compõe a escola, a comunidade em que ela está inserida e a sociedade,

com o principal foco na formação e desenvolvimento integral do educando, foi necessário um longo processo.

Diante desse fato, a Educação Física vem se moldando ao longo dos tempos para atender as demandas exigidas pela sociedade contemporânea, inclusive incorporando valores e conceitos. Por isso, historicamente, esta disciplina vem evoluindo tanto no âmbito de sua estrutura da prática quanto aos objetivos propostos dentro do que preconiza a legislação brasileira, no seu papel como disciplina do currículo base obrigatório.

Para tanto, fez-se necessário aprimorar a formação do profissional de educação física para a compreensão de seu papel como educador, incluindo as disciplinas didático-pedagógicas ao curso de Formação de Licenciatura.

A partir dessa nova visão, o conceito de educação física como disciplina escolar abriu horizontes para o novo pensamento educacional em que se valorizasse não só a maneira mecânica para instrução militar, com ênfase para a preparação física, e sim que a formação desse profissional trouxesse uma reflexão para a formação educacional, social e cultural do educando, compreendendo o indivíduo como um todo.

Conforme a sociedade brasileira veio sofrendo modificações comportamentais na sua estrutura política, social, educacional e cultural, exigiu que o sistema educacional estabelecesse normas e condutas com compromissos de seriedade, dedicação em trabalho individual e em equipe, no planejamento escolar para atender a essas demandas, contribuindo na formação de educandos como cidadãos capazes de participar de forma produtiva para o seu desenvolvimento humano, motor, crítico social e cultural.

Assim, neste capítulo vamos descrever a contextualização histórica da Educação Física e os principais acontecimentos que a tornaram uma disciplina curricular de relevante importância para a aprendizagem do educando e, além disso, evidenciar a importância da educação física escolar para o desenvolvimento dos educandos brasileiros.

DESENVOLVIMENTO

UM POUCO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Entre as concepções relacionadas a prática da Educação Física nos primeiros anos do século XX pode-se destacar a corrente dominante denominada de higienismo. A própria expressão não deixa margem para dúvidas sobre a preocupação central daqueles que endossavam essa concepção. Na realidade toda a percepção higienista focava a preocupação

com os hábitos de higiene e saúde do aluno, tendo como suporte o desenvolvimento do físico e da moral, com destaque para o exercício (CAPARROZ, 2017).

Dessa forma, durante esse período a política educacional destacou a importância de se estabelecer e propagar os métodos referentes a ginástica. “Os principais foram propostos pelo sueco P.H. Ling, pelo francês Amoros e o alemão Spiess. Estes autores apresentaram propostas que procuravam valorizar a imagem da ginástica na escola” (DARIDO, 2018, p. 1).

Destacou-se também o modelo militarista, que tinha objetivos bem definidos, pois o sentido desse tipo de educação física visava principalmente a preparação de jovens para suportar o embate, a luta, especialmente ao surgir a necessidade de atuar na guerra. Assim, valorizava-se a preparação de alunos que pudesse atingir o ideal de perfeição física, excluindo-se aqueles que demonstrassem incapacidade de atender as expectativas referentes as práticas militaristas (CAPARROZ, 2017). Adicionalmente Darido (2018, p. 2) explica que

Ambas as concepções higienista e militarista da Educação Física, consideravam a Educação Física como disciplina essencialmente prática, não necessitando, portanto, de uma fundamentação teórica que a desse suporte. Por isso, não havia distinção evidente entre a Educação Física e a instrução física militar. Para ensinar Educação Física não era preciso dominar conhecimentos e sim ter sido um ex-praticante.

É possível perceber que a ênfase dada as práticas corporais com fundamento militarista dispensavam qualquer tipo de arcabouço teórico, justamente porque a ideia que prevalece seria que as teorias não seriam capazes de atender as exigências de preparar o indivíduo para enfrentar embates corporais no campo prático.

Desse modo a linha demarcatória entre a educação física e a instrução militar não era nítida, tendo repercussões na qualificação de “professores” de Educação Física que então não necessitariam ter um diploma universitário para atuar, mas tão somente comprovar que no passado era um ex-praticante de exercícios físicos com forte conotação militar (CAPARROZ, 2017).

No período após as duas grandes guerras, mudanças foram introduzidas na concepção de educação. Betti (2019, p. 32) informa que “após as grandes guerras, o modelo americano denominado Escola-Nova fixou raízes, notadamente no discurso influenciado pelo educador Dewey e em oposição à escola tradicional”. Dessa maneira Segundo Darido (2018, p. 2)

O discurso predominante na Educação Física passa a ser que ‘a Educação Física é um meio da Educação’. O discurso desta fase vai advogar em prol da educação do movimento como única forma capaz de promover a chamada educação integral. Estas mudanças ocorrem principalmente no discurso porque a prática higienista e militarista permanece praticamente inalterada.

Nota-se que o escolanovismo passou a se tornar uma proposta cada vez mais marcante, pois acreditava-se que o movimento era uma estratégia adequada para estimular o desenvolvimento integral do aluno. Entretanto os traços militaristas e higienistas continuavam a prevalecer e voltam a ser evidenciados na década de 1960 durante o período da ditadura militar.

No passado, mais especificamente no período da 1^a Guerra Mundial, o modelo de ensino calistênico e militarista eram padrões seguidos pelo ensino de Educação Física. Portanto, ainda Darido (2018, p. 2) informa:

Esse tipo de aula permaneceu comum nas escolas públicas, reforçado pela propaganda internacional da 2^a Grande Guerra, até a década de 1960, quando os generais militares assumiram o poder executivo do país em 1964. Os anos seguintes apresentaram uma expansão abrupta do sistema educacional, desde que o governo planejou usar as escolas públicas e particulares como fonte de propaganda do regime militar.

Notadamente, Caparroz (2017) informa que um fator que contribuiu muito para isso foi a conquista de duas copas do mundo (1958 e 1962) que acabou tornando possível que o Governo se associa essas conquistas ao sucesso na Educação Física e com o esporte em geral, com destaque para o futebol.

Verificou-se, ainda, que o 3º título na Copa de 1970 aparece como auge da política de “pão e circo”, contribuindo para manter o predomínio dos conteúdos esportivos nas aulas de Educação Física. Essa política consistia em prover as necessidades básicas da população, assim como meios para seu entretenimento (DARIDO, 2018)

Observou-se, também, que a educação recebeu em seu processo histórico, as influências de diferentes correntes teóricas. Desse modo, durante muito tempo, a grande preocupação dos professores de Educação Física foi a de encontrar um método que fosse capaz de dar conta de atender todos os alunos do mesmo jeito e ao mesmo tempo, onde a ponte entre teoria e prática, deveria contemplar cada aluno em suas necessidades e características, pois a aprendizagem seria um ato social, realizado coletivamente (DARIDO, 2018).

Verificou-se ainda que a formação do profissional de Educação Física no Brasil teve suas origens no âmbito militar, na escola da Marinha, em 1926 e depois, no Estado Novo (1937-1945) com as primeiras escolas de Educação Física civis, em São Paulo e Rio de Janeiro.

Os currículos dessas escolas foram marcadamente influenciados pelos Métodos Ginásticos Europeus e pela instituição militar responsável. Esta formação marcou um perfil do profissional de Educação Física que o diferenciava dos demais profissionais do magistério (CAPARROZ, 2017).

A partir dessa configuração, a construção de um currículo que se comprometesse com a formação de um educador, ficou muito penosa. Ficando evidente, no momento em que houve a inserção de disciplinas pedagógica nos currículos da Educação Física em 1962.

Portanto, isso evidencia que, enquanto o currículo preparava o profissional para exercer suas atividades de maneira mecânica, sem reflexão social ou cultural, a constituição de técnicas específicas era suficiente para sua atuação prática. A partir do momento em que a preocupação se voltou para a transformação social e cultural, as atribuições curriculares também mudaram. Esse movimento gerou a necessidade de uma nova construção curricular em Educação Física que deu origem à criação do Parecer n.º 672/69 do Conselho Federal de Educação – CFE. (DARIDO, 2018)

Diante dessa realidade, e depois de sete anos, os currículos de formação em Educação Física fixaram o currículo mínimo, sob o Parecer n.º 849/1969 e a Resolução n.º 69/69 que determinava a duração e a estrutura dos cursos superiores de graduação em Educação Física. Este modelo determinou a estrutura curricular a partir da definição de disciplinas obrigatórias, distribuídas em três núcleos de formação: a) básica de cunho biológico; b) profissional, de cunho técnico; e c) pedagógica, como estabelecia o Parecer nº. 672/1969 (BRASIL, 2014).

Esse documento, ainda aponta que a proposta curricular visava tanto à formação do professor de Educação Física com licenciatura plena, quanto à formação do técnico desportivo (habilitação obtida simultaneamente à licenciatura, com o acréscimo de mais duas matérias desportivas, no último ano de formação, que ocorria em 3 anos e 1800 horas).

A Resolução nº. 07 de 31 de março de 2004 que instituiu as Diretrizes curriculares Nacionais para o curso de graduação atual em Educação Física, em nível superior de graduação plena, estabelece também orientações específicas para a licenciatura plena em Educação Física, nos termos definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica.

Nesta Resolução está contida uma série de indicações quanto a área de atuação do licenciado e do graduado, competências, habilidades, sendo dispostas da seguinte maneira:

1. O curso de graduação plena em Educação Física deverá assegurar uma formação generalista, humanista e crítica, qualificadora da intervenção acadêmico profissional, fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética.
2. O graduado em Educação Física deverá estar qualificado para analisar criticamente a realidade social, para nela intervir acadêmica e profissionalmente por meio das diferentes manifestações e expressões do movimento humano, visando a formação, a ampliação e o enriquecimento cultural das pessoas, para aumentar as possibilidades de adoção de um “estilo de vida fisicamente ativo e saudável”.
3. O Professor da Educação Básica, licenciatura plena em Educação Física, deverá estar qualificado para a docência deste componente curricular na educação básica,

tendo como referência a legislação própria do Conselho Nacional de Educação, bem como as orientações específicas para esta formação tratadas nesta Resolução.

Dessa forma, o profissional de Educação Física possui muitas áreas distintas a serem trabalhadas. Isso torna a conduta do profissional variável, obtendo diversas dificuldades totalmente distintas, e com isso o professor deveria estar apto a qualquer mudança em sua prática pedagógica. Para Libaneo (2016, p. 51):

Desde o ingresso dos alunos nos cursos, é preciso integrar os conteúdos das disciplinas em situação da prática que coloquem problemas aos futuros professores e lhes possibilite experimentar soluções. Isso significa ter a prática, ao longo do curso, como referente direto para contrastar seus estudos e formar seus próprios conhecimentos e convicções a respeito. Isso quer dizer que os alunos precisam conhecer o mais cedo possível os sujeitos e as situações com que irão trabalhar. Significa tomar a prática profissional como instância permanente e sistemática na aprendizagem do futuro professor e como referência para a organização curricular.

Assim, concebe-se a noção de que a teoria e a prática deveriam caminhar lado a lado durante os anos de formação acadêmica, de modo a colocar diante dos alunos problemas que possam ser superados para o bom andamento das atividades dentro ou fora dos limites do espaço onde exercerão futuramente sua profissão.

Ainda, para Libâneo (2016), a escola tem sido abordada como espaço de realização tanto dos objetivos do sistema de ensino quanto dos objetivos de aprendizagem, portanto é objeto de estudo de análises curriculares, procedimentos pedagógicos e social de seu trabalho se não tiverem uma visão integrada e crítica dos determinantes sociais e culturais do sistema de ensino.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR PARA O DESENVOLVIMENTO DOS EDUCANDOS BRASILEIROS

Com foco nos conteúdos e, respectivamente, nas atividades propostas pelo professor da disciplina de Educação Física no espaço escolar, busca-se desenvolver e aprimorar as habilidades físicas, motoras, sociais e cognitivas dos educandos, desde aquelas mais elementares até aquelas consideradas mais complexas. Levando em consideração esse pressuposto, então passa-se a perceber a importância da Educação Física escolar para o desenvolvimento dos alunos, exatamente porque esta disciplina é peculiar.

Reconhecendo isso, trabalhar com a Educação Física escolar exige dedicação e compromisso, posto que o professor responsável pela disciplina deve ter a convicção de que todas as potencialidades do educando, quando se trata da Educação Física escolar sempre acontecem na convergência de interações contínuas entre o sujeito aprendente, o meio físico e o contexto social.

Exatamente por esse motivo, Piaget (2016) afirma que o conhecimento envolve um número determinado de estruturas que são elaboradas de forma paulatina com a interação permanente entre o sujeito, o ambiente físico e o meio social. Para isso o ambiente de uma escola precisa ser atraente, estimulante e propício ao desenvolvimento de atividades diversificadas que se conectam entre si.

É nesse aspecto que se reflete a respeito da importância do currículo escolar que na ponta final deve beneficiar sempre o educando, através de uma proposição de trabalho em Educação Física que seja dinâmica subjacentes à construção das estruturas cognitivas. Concorda-se, portanto, com o fato de que a Educação Física escolar tem relevância fundamental na sociedade justamente porque essa disciplina contribui para a formação ativa de alunos críticos e participativos capazes de intervir na sociedade para transformá-la.

Por exemplo, pode-se afirmar que o desenvolvimento cognitivo do aluno no momento em que executa atividades de jogos cooperativos o objetivo é sempre propor aos educandos que utilizem o raciocínio lógico e a capacidade de socialização, inclusive estimulando o aluno a tomar decisões rápidas, o que resulta no desenvolvimento de habilidades estratégicas para aprender de fato e abrir possibilidades de executar um trabalho em equipe, criar confiança e respeito recíproco (Brach, 2012)

A Educação Física, nesta visão, vai gerar e fortalecer a capacidade de socialização do educando, mediante a apreensão de valores e princípios essenciais para a vida adulta. A instituição escolar, ao oferecer conteúdos e atividades de Educação Física promovem essa interação benéfica aos alunos, sendo que isso pode acontecer, inequivocamente, numa aula de Educação Física. É essa interação social, munida também de cooperação nas atividades corporais que tornam os educandos abertos a trocas de experiências e ao intercâmbio de aprendizagens.

Então, é possível entender que a Educação Física, seus conteúdos e atividades não podem ser subestimados. Os professores e toda a equipe técnico-administrativa da escola deve definir os objetivos a serem alcançados com as atividades durante as aulas de Educação Física e, mais importante ainda, quais as didáticas necessárias para sequenciarem os conteúdos propostos aos alunos. É dentro dessa perspectiva que se percebe o quanto é essencial facilitar a compreensão e a assimilação dos alunos mediante as questões e desafios enfrentados pela escola e pela sociedade.

O Coletivo de Autores (2012) evidencia que quando os profissionais que atuam na escola compreendem esse pressuposto, então todo o programa curricular da disciplina de Educação Física deverá estar voltado para o desenvolvimento holístico do educando, seja a

partir de uma atividade que envolve a ginásticas, os movimentos da dança, ou mesmo a prática de um esporte ou jogos que envolvam a cooperação, atrelados a questões sociais importantes que fazem parte do cotidiano do aluno.

Por isso, incentivar o aluno a refletir sobre os problemas da atualidade que fazem parte indiscutível da comunidade onde este vive é uma preocupação que deve permanecer na agenda dos professores da disciplina de Educação Física. Isso ratifica o fato de que não é mais possível fugir da realidade. Os educandários devem estar devidamente preparados, bem como os profissionais que ali atuam para dar possibilidade ao aluno de pensar as questões que se apresentam com vistas a entende-las, interpretá-las e explicá-las. Em termos simples é a escola promovendo a apreensão da prática social.

Uma vez que se entenda isso, nas aulas de Educação Física os conteúdos devem ser transmitidos aos educandos com total interesse no seu desenvolvimento social, físico, motor e cognitivo. E, que fique claro, além dos conteúdos gerais é essencial que também a Educação Física trabalhe conteúdos específicos como, por exemplo, aqueles denominados de transversais que incluem temáticas como questões éticas, do meio ambiente, sobre Orientação Sexual, Saúde, Pluralidade Cultural e Trabalho e Consumo. Todos esses são temas estratégicos para que os alunos compreendem melhor como a sociedade está estruturada e como é possível contribuir para a transformação ou mudança de parâmetros para atingir o equilíbrio social (BEGO, 2020).

Assim, comprehende-se que para se estimular o verdadeiro desenvolvimento do educando tanto em nível pessoal quanto coletivo nas aulas de Educação Física, é vital o planejamento e organização de atividades que priorizem a interação, a cooperação e a inclusão entre os alunos e seus pares. Tudo isso deve ser inerente dentro da escola para uma prática pedagógica realmente funcional.

Apenas para se ter uma noção da importância disso, Catunda, Sartori e Laurindo (2013) apontam que sentimentos como o respeito, a inclusão, a tolerância, a cooperação e a solidariedade são aspectos importantes para a formação e desenvolvimento dos educandos. Uma aula de Educação Física atrelada a esses princípios e valores torna a formação do aluno mais sólida uma vez que seu alicerce não está apenas ancorado no saber científico ou mesmo na qualidade técnica da prática do professor, mas funda-se no compromisso social e no envolvimento do educando com as questões que afetam a sociedade.

Nessa concepção, passa a surgir então a necessidade de que a interação entre os alunos, mas não somente isso, pois também é importante que esta interativa ocorra entre os educandos e os educadores, além dos demais profissionais que atuam na escola. Para que isso aconteça de maneira mais efetiva é primordial que se coloque os educandos em situações que remetem ao

cotidiano sócio familiar que necessitam de debates e reflexões coletivas que, na verdade, não se afastam dos princípios da educação que se queira cidadã.

Em apoio a essa ideia Castro (2012), explica que a instituição de ensino, por ter como fundamento o próprio contexto social que lhe cerca deve ter a iniciativa de canalizar as atividades propostas na disciplina de Educação Física para habilitar o educando para o enfrentamento das questões da vida real, atribuindo destaque a pessoa, uma vez que a formação para a cidadania constitui uma estratégia adequada para que a sociedade se desenvolva, favorecendo igualmente o crescimento do educando.

Diante disso, não há como negar que a principal finalidade da Educação Física é auxiliar no processo de formação e desenvolvimento do educando de modo a lhe incentivar a conquistar a autonomia, pautando-se na criticidade, na reflexão e na participação ativa. Tudo isso em conjunto é o que forma a integralidade dos educandos, aprimorando sua iniciativa de se tornarem aptos e a intervirem tanto no ambiente escolar quanto na sociedade.

Frente a essa constatação Gonçalves (2014), aponta para o fato de que a Educação Física sintonizada com as demandas de seu tempo toma para si a tarefa de realçar a necessidade de desenvolvimento tanto no nível individual quanto coletivo, contribuindo para a formação de uma consciência crítica tem como objetivo a formação da individualidade do educando, mediante a educação física, estabelecendo uma relação inseparável entre corpo e movimento que compõem o ser humano na sua totalidade.

Segundo Tadêus e Cunha (2019), os princípios que formam o caráter do educando são desenvolvidos no cotidiano, de modo a expandir seus saberes mediante as mais diversas fontes do conhecimento e informação. Entre essas pode-se mencionar o núcleo familiar, o núcleo comunitário, o núcleo dos amigos mais achegados, embora se acredite que o aprendizado mais significativo é aquele que acontece junto a figura do professor.

No envolvimento com as práticas da Educação Física no ambiente escolar pode-se evidenciar que o esporte é um conteúdo que possibilita maior integração entre os educandos, independentemente da classe social a que pertençam mudando suas perspectivas de vida, diminuindo as diferenças e desestimulando o preconceito.

Sobre isso, Pereira (2018), acrescenta que o esporte faz pelo educando o que outros conteúdos não conseguem: ele se torna um componente cultural que atinge um número acentuado de educandos. Além disso, o envolvimento com práticas esportivas na Educação Física escolar proporciona aos educandos o fortalecimento da autoestima, do autoconceito e da responsabilidade.

É exatamente assim que o desenvolvimento do educando vai tomando um rumo que beneficia sua cadeia de relações dentro e fora da escola. Nisso, se inclui a capacidade de ser protagonista de ações criativas mediante a educação e o esporte, para que os desafios do cotidiano sejam superados sem colocar de lado a necessidade de inclusão, descontração, alegria e lazer (BEGO, 2020).

Dessa forma, a partir do instante em que o educando se envolve com a proposta relativa a Educação Física na escola, a continuidade desse processo vai favorecer a este a motivação e o prazer necessários que influenciam em suas emoções, em sua cognitividade e nas relações que estabelece com os outros educandos gerando mudanças pessoais e coletivas. Uma vez assumindo essa conduta o educando contribui também para que a verdadeira e idealizada transformação social se concretize, mediante o que se denomina de cultura do movimento (BEGO, 2020).

Baseado nesse cenário são múltiplos as vantagens da Educação Física para que o educando, de fato, cresça e se desenvolva, estando ele na escola, na família ou mesmo na comunidade. Deve-se lembrar que a Educação Física passou por transformações decisivas para que sua configuração se tornasse o que é hoje.

No passado a Educação Física não era voltada para a totalidade dos educandos, além de assumir um caráter militar e higienista, o que indica que sua preocupação primária não era, em hipótese alguma, com a formação integral do educando, restringindo-se a preparação corporal para a produção industrial e servir à pátria (Bego, 2020).

Quando a educação física adentrou os portões da escola, instalando-se como componente curricular, esta disciplina passa a receber atenção, mas não para fins estéticos ou militares, sendo agora considerada um canal capaz de trazer benefícios indiscutíveis para a formação cidadã, autônoma, reflexiva e crítica dos cidadãos educandos.

Adotando conteúdos diversificados, que incluíam danças, lutas, esportes e jogos, abriu-se um leque de possibilidades para que o professor de Educação Física se detivesse em planejar situações-problemas, justamente para que, quando as atividades fossem executadas, os educandos pudessem lançar mão do raciocínio lógico e o pensamento comunitário buscando a solução, estimulando a união e interação com seus pares.

É bem verdade que na Educação Física escolar de hoje conteúdos como esporte, ainda tomam a dianteira na preferência de muitos educandos e oferecem sua parcela de contribuição para o processo formativo do educando. Porém, a ausência de outros conteúdos como ginástica, dança e lutas cria um vácuo escolar que nem mesmo a formação e competência dos professores é capaz de dar conta (Bego, 2020).

Portanto, é essencial que os responsáveis pelos educandos estejam em contínua formação, sempre atualizando conhecimentos e práticas que contribuam para o desenvolvimento do educando na escola brasileira. Parte dessa responsabilidade sobre o desenvolvimento do educando somente poderá ser cumprida quando se diversificar os conteúdos e, simultaneamente, adaptadas as condições dos educandos (BEGO, 2020).

O que se defende aqui é justamente uma disciplina que esteja concentrada em oferecer aprendizagem significativa que suplante as fragilidades que caracteriza a sociedade. É essa educação que se almeja, que possa estar exclusivamente preocupada com a formação do educando, levando-o a enfrentar os desafios e as possibilidades que se descontam diante dos educandos. Assim, ele passa a assumir seu papel de protagonista de sua história com ensinamentos e aprendizados construídos e vivenciados durante as aulas de Educação Física.

Ainda nesse aspecto relacionado a importância da Educação Física Escolar para o desenvolvimento dos educandos brasileiros é essencial que se discorra a respeito daqueles que são preparados para exercer sua função docente no campo da Educação Física e que, em maior ou menor proporção, influenciam e orientam nesse desenvolvimento dos educandos. Não se deve ficar indiferente ao fato de que os desafios que surgem são variados, especialmente porque trabalhar com a Educação Física requer do educador e do próprio educando brasileiro organização, desprendimento e formação adequada e atualizada. Segundo Silva (2018, p. 68)

Tal desafio se apresenta aos acadêmicos porque suas aprendizagens são cada vez mais marcadas por uma rápida defasagem da informação, do saber e do conhecimento e, por mutações, irreversíveis e acentuadas nas esferas sociais, históricas, econômicas, tecnológicas, culturais, entre outras, fazendo com que a prática profissional futura se torne, cada vez mais, um aspecto de considerável importância nos cursos de formação de professores de Educação Física.

Dessa maneira, ao tratar da formação para o exercício da Educação Física, constata-se uma distância entre o processo de formação inicial e a realidade a ser vivenciada nas escolas, chamando a atenção para um problema que há tempo se instaura no processo de formação profissional destes professores, que diz respeito à relação entre a teoria estudada na academia e a prática desenvolvida no ambiente profissional, entre a formação e o trabalho. A formação docente não se constrói apenas por acumulação de cursos, de conhecimentos ou de técnicas, mas por meio de um trabalho de reflexão crítica sobre as práticas e de uma (re)construção permanente de uma identidade pessoal, onde se exige o envolvimento com o estágio, especialmente para aqueles que não exercem ainda a profissão docente (Caparroz, 2017).

Para Salieri (2016, p. 78)

A insatisfação trazida pela diferença entre situações de formação e situações de trabalho mobiliza as instituições de nível superior para que avaliem seus cursos de formação de professores na direção de privilegiar, em seus currículos, a dimensão prática, não como espaço isolado, mas como um elemento articulador do curso.

Considerando a necessidade de privilegiar, também, a dimensão real nos cursos de formação de professores, entende-se que a *práxis pedagógica*, se bem fundamentada, estruturada e orientada, configura-se como um momento de relevante importância no processo de formação prática dos futuros professores de Educação Física.

Pela característica de mobilidade, não somente entre os dois espaços físicos, mas também entre as concepções, ideais, experiências, desafios, vivenciados nesses dois campos favorece a construção significativa de aprendizagens tanto para os alunos, quanto para o professor que atua nas escolas-campo. Para se formar professores de Educação Física eficientes seria preciso obedecer a três objetivos principais. Lima (2020, p. 73) explica

- a) A necessidade de contínuo aprimoramento profissional e de reflexões críticas sobre a própria prática pedagógica, pois a efetiva melhoria do processo ensino-aprendizagem só acontece pela ação do professor; b) a necessidade de se superar o distanciamento entre contribuições da pesquisa educacional e a sua utilização para a melhoria da sala de aula, implicando que o professor seja também pesquisador de sua própria prática; e c) em geral, os professores têm uma visão simplista da atividade docente, ao conceberem que para ensinar basta conhecer o conteúdo e utilizar algumas técnicas pedagógicas.

Apesar dessa justificativa, a prática do exercício formativo contínuo descaracteriza-se como tal, uma vez que é fragmentada, resumindo-se à capacitação de professores de Educação Física, por meio de cursos de curta duração, nos quais não se rompe com a racionalidade técnica presentes nesses cursos (MARANDINO, 2017).

Isto significa que o modelo de formação docente para a Educação Física seria aquele cujo professor é o técnico instrumentalizado e, nessa perspectiva, tais ações mantêm o professor atrelado ao papel de “simples executor e aplicador de receitas que, na realidade, não dão conta de resolver os complexos problemas da prática pedagógica” (SCHNETZLER, 2016, p. 56).

A própria natureza e importância do trabalho revela o quanto é imprescindível a participação e aproveitamento de todos os aspectos relacionados ao exercício da função do profissional no campo da Educação Física

Diante da obrigatoriedade do envolvimento nas atividades propostas, nota-se que a prática pedagógica é significativa, sendo a ação capaz de validar o trabalho do professor através do contato com uma realidade caracterizada por contradições, contrastes e desafios (VIEIRA, 2022).

Ao inserir o conceito de *práxis*, problematiza-se a concepção essencialmente prática que caracteriza o imaginário acerca desse componente e que, muitas vezes, resulta na desqualificação da área nos cursos. Mais do que um espaço para treinar técnicas de ensino, transformou tais cursos numa preparação técnico-profissionalizante, sendo que o estágio é um espaço para a formação científica e política fundamental para construção da identidade profissional do futuro professor de Educação Física (CAPARROZ, 2017).

As aulas de educação física escolar são em sua grande maioria frequentadas por alunos que estão em processo de desenvolvimento maturacional e cognitivo, ou seja, jovens e adolescentes que se encontram em processo de mudanças físicas e hormonais, bem como a formação da identidade psicológica, alterações no peso, na altura entre outros (CAPARROZ, 2017).

Nesse sentido, constata-se o quanto é importante a Educação Física como disciplina relevante para o desenvolvimento de habilidades que serão acrescidas neste jovem em formação. Gonçalves (2017, p. 93) explica ainda que

A Educação Física através dos esportes, jogos, danças, ginástica, lutas que fazem parte da cultura corporal historicamente produzida pode oferecer aos alunos “experiências que lhes façam adquirir um código ético, dentro de uma vivência da responsabilidade de suas ações diante do outro que lhe está próximo, e diante da realidade social como um todo.

Notadamente nesse contexto os conteúdos programáticos definidos em lei nas definições dos eixos temáticos da educação física, a princípio oportunizaria que a educação física pudesse cumprir seu papel de disciplina obrigatória, com caráter transversal, interdisciplinar, complementar e mediadora, e, assim contribuir de forma contundente com as outras áreas de conhecimento e disciplina, desde que no planejamento da escola sua participação seja efetiva e percebida por todos os agentes envolvidos, entendida por esses, incluindo o professor de educação física como necessária, plural e absolutamente importante para o desenvolvimento integral do educando.

No entanto não é possível demonstrar ainda na prática a relevância dos conteúdos programáticos que compõe a educação física, considerando que essa importância ainda não está devidamente incorporada pelos agentes educacionais responsáveis pelo planejamento escolar, não se traduzindo na prática, inclusive para a conscientização do educando, conforme estudos já realizados sobre a temática a seguir comentados.

Estudos mostram que a grande maioria dos alunos que frequentam as aulas de educação física são jovens que gostam da disciplina, e em parte não conhecem seu conteúdo, mas se

sentem a vontade e livres para se expressarem durante as aulas, diferente das aulas de outros componentes curriculares.

Por outro lado, há uma parcela considerável de alunos que não se sentem atraídos pelos conteúdos da disciplina, especialmente pelo fato de não entenderem o sentido das informações repassadas ou não se identificarem com aquilo que o professor busca transmitir.

Assim, grande parte desses alunos acabam frequentando as aulas pelo temor de reprovação, percebendo que o professor pouco os estimula a frequentarem as mesmas. Diante disso, muitos apresentam atestados solicitando a dispensa de frequência das aulas (NUNES, 2017, BETTI et all 2013 e DARIDO 2018).

Em relação ao fator interesse que tem se tornado uma das principais causas da evasão nas aulas de Educação Física, existem estudos comparativos como o de LUNA, et all (2012), onde se constatou que nas aulas de educação física de duas escolas (uma pública e uma privada) os conteúdos desta disciplina eram ministrados em contra turno. Após observação, entrevistas e conversas informais notou-se de forma geral que os alunos julgaram as aulas de Educação Física como regulares, apontando-se a questão dos recursos pedagógicos e didáticos como ponto primordial de qualidade nas aulas.

Na atualidade, observa-se evidências a respeito da baixa qualidade do ensino nas aulas de Educação Física, sendo comum a falta de interesse e a insegurança que o aluno tem com relação ao conteúdo tratado e a dificuldade em conectá-lo com outros temas e áreas do conhecimento (CAPARROZ, 2017).

De forma equivocada, o professor de Educação Física é levado a dar uma atenção especial ao conteúdo programático, seguindo-o quase sempre de forma monótona e linear. Como resultado disso a comunicação entre professor e aluno fica comprometida, porque o discente não se sente estimulado a dialogar com o professor, ficando apenas guardando questionamentos. O professor ministra o conteúdo da mesma forma acadêmica que o recebeu durante os anos de formação, sem ajustá-lo à realidade do aluno e ao crescente ritmo das mudanças da realidade atual.

Muitos estudantes abandonam cursos devido a reprovações, mas exercem atividades na área técnica com competência, colocando em xeque as avaliações realizadas ou os objetivos que as instituições buscam alcançar. Isso nos leva a refletir se o papel da escola está atendendo ao objetivo central proposto pela educação formal, a saber, ajudar a desenvolver o espírito crítico e reflexivo do aluno (DIAS, 2019, p. 52).

Desta maneira, se o treinamento tem sua importância em diversos momentos da vida profissional, certamente não é o mais adequado para capacitar pessoas a enfrentarem as mudanças exigidas pelo mercado de trabalho, em constante renovação.

O que parece ser uma missão quase impossível seria considerar tudo isso num único processo educativo que pretende a um só tempo, não só formar o homem e o cidadão, o ser individual capaz de realizar-se como pessoa, mas também o ser social identificado com o seu grupo, realizando-se socialmente num contexto histórico (CAPARROZ, 2017).

Diante disso, os desafios são grandes para os professores de Educação Física, pois muitos têm como vantagem apenas sua frágil e ultrapassada formação e um ideal de educação que se tornou obsoleto. O problema maior parece residir na visão idealista, um tanto ingênuo do trabalho educativo, distanciado da realidade do próprio aluno.

Na atualidade, a função da Educação Física na sociedade contemporânea tem como objetivo básico à socialização dos alunos, que consiste em prepará-los para o mercado de trabalho e formá-los como cidadãos. Se antes era necessário o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos, hoje seria condição de realização e sobrevivência indispensável para a inserção no mundo do trabalho e participação efetiva na vida pública, requisito que deve permear o ensino da Educação Física (CAPARROZ, 2017). Esteve (2023, p. 11) considera que:

Formar o cidadão significa torná-lo apto a compreender a dinâmica da sociedade e conseguir desenvolver mecanismos de participação no social: ocorre que a escola se vê diante de demandas contraditórias em termos de socialização: de um lado precisa estimular a crítica, a autonomia e a participação e, de outro, a disciplina e a submissão ao trabalho.

Assim, entende-se que a formação cidadã deveria ser o principal interesse do professor de Educação Física ao trabalhar com os conteúdos curriculares, buscando relacionar teoria e prática como influentes na vida do aluno.

É apropriada a sua abordagem feita em relação ao cenário de mudanças:

A situação dos professores de Educação Física perante as mudanças sociais é comparável a de um grupo de atores, vestidos com trajes de determinada época, a quem sem prévio aviso se muda o cenário, em metade do palco, desenrolando um novo pano de fundo, no cenário anterior. A primeira reação dos atores seria a surpresa. Depois, tensão e desconcerto, com um forte sentimento de agressividade, desejando acabar o trabalho para procurar os responsáveis, a fim de, pelo menos, obter uma explicação. (Idem, 2023, p. 97).

Para estar integrado aos novos tempos, o professor de Educação Física deveria ter um nível razoável de angústia para com a sua atividade, sentindo-se desacomodado com o trabalho desenvolvido.

De acordo com Caparroz (2017) no cotidiano escolar, as queixas são muitas. Mas estas são pontuais, manifestações isoladas, sem se divisar o fio condutor que as permeia. Assim, o

professor de Educação Física seria um intelectual exercendo o papel de formador de novas gerações, precisando ir além de sua própria prática pedagógica.

Dessa forma, Darido (2018) explica que a atuação do corpo administrativo das instituições de ensino na prática metodológica do professor de Educação Física precisa levar em consideração fatores sociais, culturais e a história educativa de cada um, como também características pessoais. Deve-se dar atenção especial ao docente que demonstra a necessidade de resgatar práticas metodológicas mais condizentes com a realidade do aluno. Trata-se de garantir condições teóricas e práticas para que os docentes desenvolvam uma metodologia plenamente fundamentada nas concepções clássicas de estudiosos do passado, mas com a atenção focada nas teorias recentemente produzidas por estudiosos na contemporaneidade.

Todos os professores de Educação Física nas instituições de ensino precisam ter preocupação primária com a didática que desenvolvem, com apoio em metodologias realmente funcionais e que cativem os alunos, tornando-os plenamente capacitados para enfrentar os desafios sócio-educacionais.

Assim, Libâneo (2016) acrescenta que a ideia prevalecente é ajustar os conteúdos e as metodologias aquilo que realmente interessa para os acadêmicos e ao processo formativo. Nesse sentido os professores de Educação Física devem assumir metodologias que sejam permanentemente interessantes para os acadêmicos, além de abrir caminho para que o diálogo, a crítica e as observações controversas que expressem os interesses e a percepção do indivíduo que busca uma formação de qualidade e totalizante.

Ainda assim, é comum observar que muitos professores de Educação Física aprendem, de fato, na prática a lidar com dificuldades que interferem na qualidade do trabalho realizado. Nessa perspectiva, nota-se que as orientações e sugestões dadas pela equipe técnico pedagógica de muitas escolas ainda são insuficientes para contribuir com a aceitação e estímulo para o envolvimento com a Educação Física, uma vez que Passos (2015, p. 67) explica que “a coordenação pedagógica precisa realizar seu trabalho de forma sistematizada, de modo a atender as necessidades pedagógicas e didáticas dos professores e dos alunos para o seu desenvolvimento sócio-educacional”.

Novaski (2013, p. 15) diz: “para que serve uma aula de Educação Física se não for capaz de nos transportar para além das atividades realizadas naquele momento e promover o equilíbrio físico e cognitivo?”.

CONCLUSÃO

Em síntese, a Educação Física em seu processo evolutivo foi se transformado inclusive conceitualmente como disciplina escolar até que se consolidou e atualmente exerce influência determinante para o desenvolvimento integral dos alunos em todas as dimensões do ser humano, seja nos aspectos físico, cognitivo, emocional, social e cultural. Dessa maneira a escola precisa se utilizar de seus aspectos pedagógicos proporcionando ao aluno desenvolver as capacidades para que saiba lidar com o próprio corpo, promovendo o bem-estar, favorecendo suas relações sociais e culturais.

As aulas que estimulam o questionamento, buscando o debate, a participação e a compreensão do aluno quanto ao conhecimento e a disseminação do mesmo são as que mais motivam os discentes. O ideal seria se trabalhar uma aula indagadora, de forma satisfatória para todos, alunos e professor. Porém cada professor utiliza a sua prática da maneira que ele acredita que estará contribuindo na aprendizagem e na formação do cidadão, sendo que essa prática pode ser trabalhada em conjunto ou individualmente. Vale ressaltar que a própria escola, a gestão e a equipe pedagógica também influenciam no desenvolvimento da prática pedagógica.

Desse modo, seria necessário que o docente responsável pela disciplina de Educação Física junto com a direção da escola esteja disposto a tomar para si as responsabilidades próprias de suas funções, mediante a cooperação de toda a equipe técnico pedagógica, procurando auxiliar a instituição como um todo a manter em funcionamento a estrutura organizacional montada para atender as exigências do processo de ensino e de aprendizagem, especialmente no que tange ao envolvimento do aluno com as aulas de Educação Física.

O desenvolvimento do indivíduo na escola ocorreria em razão de vários fatores e, entre eles, está a oferta da Educação Física como componente essencial da formação cidadã do aluno. A Educação Física escolar como área do conhecimento tem como objetivo desenvolver e estimular o equilíbrio físico do aluno, suas aptidões corporais e sensoriais, em equilíbrio com os aspectos emocionais de seu desenvolvimento.

Nesse sentido, ao final desse estudo pretende-se entender a percepção dos diversos agentes que compõe o processo educacional dentro da escola, e como influencia no processo do planejamento. Entender também como essas ações empreendidas no planejamento chegam ao educando e qual a importância que a disciplina Educação Física exerce para o desenvolvimento dos educandos e em suas relações na sociedade.

Assim, seria importante também saber se os conteúdos propostos realmente estão sendo significativos e estimulantes para o ensino-aprendizagem, pois uma aula de Educação Física

dinâmica pode influenciar de forma direta na aprendizagem real dos alunos, contribuindo para a formação de seres críticos.

REFERÊNCIAS

- BEGO, Gabriel Alecrim. A importância da educação física escolar para a formação do indivíduo na sociedade. **Revista Saúde UniToledo** – Araçatuba - SP, v. 4, n. 1, p. 13-26, jul. 2020.
- BETTI, Mauro. **Formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2009
- BOLZAN, Dóris Pires Vargas. **Formação de professores: compartilhando e reconstruindo conhecimentos**. Porto Alegre: Mediação, 2002.
- BRASIL. **Constituição Federal**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. 9. ed. Nylson Paim de Abreu Filho, org. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2005.
- _____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Publicada no DOU de 02 de janeiro de 1998.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais : Arte**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília : MEC. SEF, 1998.
- BRACHT, A. M. **Educação Física**: Perspectivas de mudança na prática do professor. 2 Ed. São Paulo: Moderna, 2000.
- CAPARROZ, E. **Educação Física e formação do professor**. São Paulo: EDUSP, 2017.
- CASTRO, Adela de. **Jogos e brincadeiras para a educação física**: desenvolvendo a agilidade, a coordenação, o relaxamento, a resistência, a velocidade e a força. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- CATUNDA, Ricardo; SARTORI, Sergio Kudsi; LAURINDO, Elisabete. **Recomendações para a educação física escolar** – CONFEF. Brasília: 2013, 17.p. Encontro Interativo do Sistema CONFEF/CREF's. Conselho Federal de Educação Física – CONFEF, 2013.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.
- DARIDO, S.C.; RANGEL, I.C.A. Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
- DIAS, Roberto de Andrade. **Formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2009.
- ESTEVE, Pedro. **Aposta no professor**: cuidar de viver e de trabalhar com dignidade. Porto Alegre: Mediação, 2003.
- LIBÂNEO, José Carlos et al. **Educação escolar: poluição, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2006.

LUNA, Lucínio C. **Educação ao longo da vida: entre a mão direita e a mão esquerda de Miro.** São Paulo: Cortez, 2010.

MARANDINO, Carlos H. **Formação de professores e o exercício da prática pedagógica.** São Paulo: EDUSP, 2007.

MARTINS, Antônio F. **Formação docente e políticas públicas.** São Paulo: Moderna, 1998.

MATOS, Nelson V. **Avaliando a formação de professores no contexto das políticas educacionais.** 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

NAVASKI, Alberto. **Formação de professores: políticas e práticas.** São Paulo: EDUSP, 1993.

NÓVOA, Antônio. **Educação ao longo da vida: entre a mão direita e a mão esquerda de Miro.** São Paulo: Cortez, 2007.

PASSOS, M. T. **Professor:** precariedade no vínculo profissional. São Paulo: EDUSP, 2005.

RODRIGUES, F J. **Formação de professores e a aquisição de competências no trabalho com a Educação Física.** São Paulo: Cortez, 1996.

SCHNETZLER, Leon D. **Professores:** a autoridade do argumento na formação continuada. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

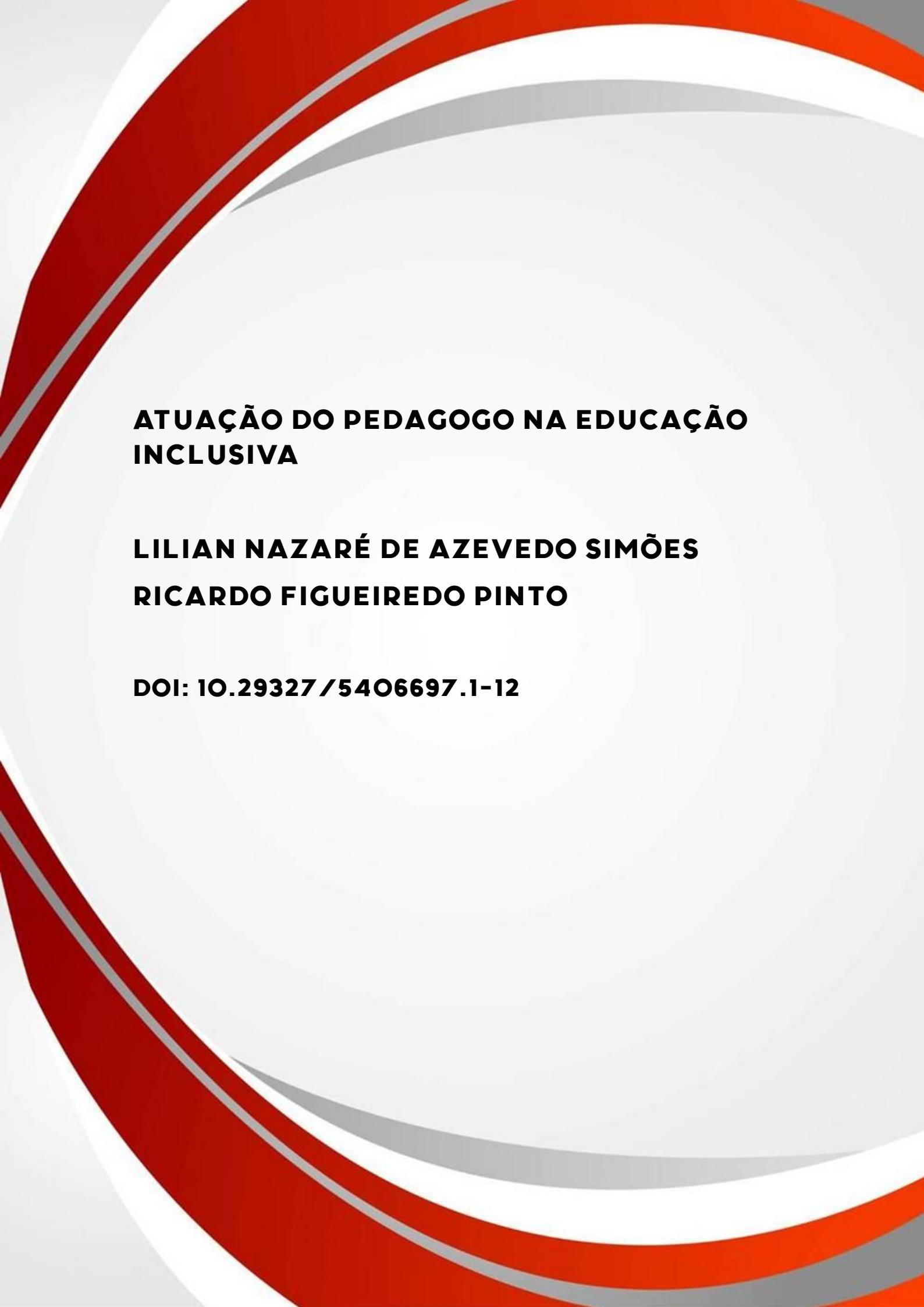
SALIERI, Miro S. **Qualidade política para resgatar a dignidade do professor.** 3 ed. Rio de Janeiro: Papirus, 2006.

SILVA, Adamastor N. **O professor precisa de vida digna:** formação para revalorizar o papel do professor. São Paulo: EDUSP, 2008.

TAVARES, Ricardo Lino. **Reculturar a escola e assumir a mudança.** 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

VEIGA, J. P. A. **Professor:** tecnólogo do ensino ou agente social, *In* Debates. Campinas: Papirus, 1996.

VIEIRA, Ana P. **História das políticas para a formação de professores no contexto da Educação Física.** 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2002



ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

**LILIAN NAZARÉ DE AZEVEDO SIMÕES
RICARDO FIGUEIREDO PINTO**

DOI: 10.29327/5406697.1-12

ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Lilian Nazaré de Azevedo Simões

Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

A atuação do pedagogo na educação inclusiva é crucial para proporcionar igualdade de oportunidades educacionais a todos os alunos. Este estudo de revisão bibliográfica analisou a eficácia das práticas pedagógicas inclusivas e destacou a importância do papel do pedagogo nesse contexto. O estudo evidenciou que estratégias pedagógicas inclusivas, como adaptação de materiais, ensino diferenciado e colaboração com outros profissionais, são fundamentais para o sucesso da inclusão escolar. Conclui-se que a atuação do pedagogo na promoção da educação inclusiva é essencial para garantir o desenvolvimento integral de todos os alunos, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Palavras-chave: Pedagogia; Educação Especial; Atendimento Especializado.

ABSTRACT

The role of the pedagogue in inclusive education is crucial to provide equal educational opportunities to all students. This literature review study analyzed the effectiveness of inclusive pedagogical practices and highlighted the importance of the pedagogue's role in this context. The study evidenced that inclusive pedagogical strategies, such as material adaptation, differentiated teaching, and collaboration with other professionals, are fundamental for the success of school inclusion. It is concluded that the pedagogue's role in promoting inclusive education is essential to ensure the comprehensive development of all students, contributing to a fairer and more inclusive society.

Keywords: Pedagogy; Special education; Specialized Service.

RESUMEN

La actuación del pedagogo en la educación inclusiva es crucial para proporcionar igualdad de oportunidades educativas a todos los estudiantes. Este estudio de revisión bibliográfica analizó la eficacia de las prácticas pedagógicas inclusivas y destacó la importancia del papel del pedagogo en este contexto. El estudio evidenció que estrategias pedagógicas inclusivas, como la adaptación de materiales, la enseñanza diferenciada y la colaboración con otros profesionales, son fundamentales para el éxito de la inclusión escolar. Se concluye que el papel del pedagogo en la promoción de la educación inclusiva es esencial para garantizar el desarrollo integral de todos los alumnos, contribuyendo a una sociedad más justa e inclusiva.

Palabras clave: Pedagogía; Educación especial; Servicio Especializado.

INTRODUÇÃO

A atuação do pedagogo na educação inclusiva é um tema de fundamental importância no contexto educacional contemporâneo. À medida que a sociedade avança em direção a uma compreensão mais ampla e inclusiva dos direitos humanos, a escola se torna um espaço crucial para a promoção da diversidade e da igualdade de oportunidades. O pedagogo, com sua formação específica em teorias e práticas educacionais, desempenha um papel central na implementação de políticas e práticas inclusivas, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas necessidades específicas, tenham acesso a uma educação de qualidade.

No ambiente escolar, o pedagogo atua como mediador e facilitador do processo de ensino-aprendizagem, desenvolvendo estratégias pedagógicas que atendam às diversas necessidades dos alunos. Isso inclui a adaptação de materiais didáticos, a criação de planos de ensino individualizados e a promoção de metodologias que favoreçam a participação ativa de todos os estudantes. Além disso, o pedagogo trabalha em colaboração com outros profissionais da educação, como professores, psicólogos e terapeutas, para construir um ambiente escolar que valorize a diversidade e promova o desenvolvimento integral dos alunos.

A educação inclusiva não é apenas uma responsabilidade legal, mas também uma questão ética e moral. O pedagogo, ao atuar nesse campo, enfrenta o desafio de transformar a escola em um espaço verdadeiramente inclusivo, onde cada aluno possa se sentir valorizado e capaz de alcançar seu pleno potencial. Este processo envolve não apenas a adaptação de práticas pedagógicas, mas também a sensibilização e a formação contínua de toda a comunidade escolar para acolher e respeitar as diferenças. Assim, a atuação do pedagogo na educação inclusiva é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde a educação é um direito acessível a todos.

DESENVOLVIMENTO

O curso de pedagogia se desenvolveu ao longo da história da educação como lócus de formação dos profissionais que pretendem atuar na docência da educação infantil, nas séries iniciais do ensino fundamental e no ensino médio, ou na gestão de sistemas educacionais (Xavier, et al. 2013). Porém, assim como muitas profissões da educação, a atuação do pedagogo também não se constitui de forma harmoniosa, pois, vários embates políticos e epistemológicos ocorreram para que houvesse uma definição consensual sobre o seu campo de atuação.

Nesse sentido, a literatura científica demonstra que o processo de formação dos cursos de Pedagogia no Brasil passou por várias crises de identidade, primeiro, a do campo de atuação dos profissionais que eram formados, segundo devido a delimitação de seu objeto de estudo, além de seu reconhecimento perante aos outros cursos de licenciatura, e por fim a sua estrutura curricular após as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) (Xavier, et al. 2013).

Segundo Libâneo (2010), a Pedagogia é "uma das áreas de estudo da educação - mas a pedagogia organiza, sintetiza as contribuições de outras áreas aplicadas à educação". Essas outras áreas seriam a Antropologia, a Sociologia, a Psicologia, a Filosofia etc., que através de seus objetos específicos de estudo buscam compreender as diferentes dimensões que compõem

a prática educativa: o contexto social, a concepção de indivíduo e sociedade, as interações sociais e os fundamentos epistemológicos que sustentam a ideia de educação.

Com a necessidade de generalizar a instrução básica no século XIX, surgem as estruturas de sistemas nacionais de ensino (Aranha, 2000; Cambi 1999) e com eles emergem os desafios de preparar professores em grande escala. Para mitigar esses desafios, segundo Saviani, foram estabelecidas as escolas normais de ensino médio e superior. A primeira capacitava os profissionais para trabalhar como professores no ensino fundamental e a segunda para o ensino médio.

O curso de Pedagogia no Brasil foi estabelecido por meio do decreto n. 1.190/1939, dentro da estrutura da Faculdade Nacional de Filosofia. Silva (2009) e Gatti (2010) afirmam que a criação desse curso decorreu da necessidade de formar professores para o ensino secundário. Inicialmente, o curso foi configurado como um bacharelado de três anos, com a adição de um ano para a licenciatura, por meio do curso de didática - o esquema conhecido como "3+1" que é característico na maioria dos cursos de bacharelado e licenciatura (Xavier, et al., 2013).

Para Saviani (2007, 2008), esse modelo de curso de Pedagogia não integrou adequadamente os processos de pesquisa sobre temas e problemas educacionais, ao contrário do que era feito em outras áreas como filosofia, ciências e letras. Com a aprovação da lei n. 4.024, em dezembro de 1961, que foi a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), houve uma reformulação curricular no curso de Pedagogia: passou de três para quatro anos de duração, e os graduados receberiam o título de bacharel e licenciado.

Após a graduação em Pedagogia, os bacharéis podiam ocupar cargos técnicos em educação, enquanto os licenciados atuavam principalmente como docentes em cursos normais; no entanto, essa função não era exclusiva dos pedagogos, pois qualquer pessoa com diploma de ensino superior também poderia exercê-la (Silva, 2009; Scheibe; Aguiar, 1999). Desse modo, os especialistas acreditaram que a nova reestruturação curricular manteve seu caráter generalista, a novidade foi exclusivamente a abertura para que as instituições distribuissem as disciplinas ao longo de quatro anos.

Entre as diversas reestruturações e indagações envolvendo a formação do pedagogo no Brasil, a legitimidade da identidade do pedagogo para a docência na educação infantil, nos primeiros cinco anos do ensino fundamental e para o ensino médio na modalidade normal, além da atuação na gestão escolar, foi estabelecida para o curso de Pedagogia pelas Diretrizes

Curriculares Nacionais (DCNs) (Brasil, 2006). No entanto, é indiscutível que o debate sobre a identidade do pedagogo não está encerrado, pois, além das questões já levantadas, as diretrizes introduzem um alinhamento conceitual entre ser professor e ser pedagogo.

De modo geral, as diretrizes permitem que cada curso tenha uma significativa autonomia e flexibilização em seus componentes curriculares de acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) e de suas matrizes (Sheibe, 2010). Porém, com as diversas reestruturações que foram estabelecidas há outro ponto a ser levado em consideração, a extinção das habilidades, que trazem implicações importantes para a formação em áreas importantes do conhecimento pedagógico, como a Administração Escolar e a Educação Especial (Xavier, et al., 2013).

Neste contexto, é crucial abordar a questão da Educação Especial, uma vez que as diretrizes nacionais "simplificam a ideia de uma Educação Inclusiva e diminuem o papel da Educação Especial no processo de criação de ambientes adequados para a aprendizagem bem-sucedida de alunos com deficiência" (Oliveira, 2009, p. 261), além de retirarem do pedagogo o envolvimento na área da Educação Especial, uma vez que essa formação não será mais oferecida nos cursos de Pedagogia. Embora as diretrizes reconheçam a importância da diversidade e das necessidades educacionais especiais como elementos essenciais para a formação, é fundamental ressaltar que não se deve confundir a formação na perspectiva da Educação Inclusiva com a Educação Especial, pois são áreas de conhecimento e atuação distintas na prática educacional.

No processo de ensino e aprendizagem a qualidade das relações interpessoais entre corpo docente e alunos é um dos fatores primordiais para uma educação efetiva. Na educação inclusiva esse processo requer um olhar mais cuidadoso pois é preciso considerar as práticas pedagógicas que são direcionadas aos alunos com diferentes características e necessidades (Marinho; Omote, 2017). Nesse sentido, muitos estudos foram desenvolvidos a fim de compreender a Educação Inclusiva por parte dos professores que atuam em salas de ensino comum, nesses ensaios foram encontradas diferentes concepções sobre educação inclusiva, como em relação ao compartilhamento de um mesmo espaço físico por crianças com demandas educacionais especiais junto às demais crianças e a educação inclusiva como direito de todos (Marinho; Omote, 2017).

No artigo 5º das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de Pedagogia, são delineados dezenas de itens que descrevem o perfil dos graduados, dos quais seis abordam diretamente a Educação Inclusiva. No entanto, em relação à inclusão de alunos com deficiência, é possível identificar apenas dois itens - os incisos V e X. O inciso V estipula que o pedagogo

deve "reconhecer e respeitar as manifestações físicas, cognitivas, emocionais, e objetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas" (Brasil, 2006, p. 11).

No entanto, é fundamental questionar como efetivar o processo de ensino e aprendizagem para alunos com deficiência, que frequentemente necessitam de recursos específicos para essa realização. É importante ressaltar que a função primordial da escola é transmitir sistematicamente o conhecimento acumulado, não se limitando apenas à socialização da criança, como algumas instituições escolares estão fazendo em nome da Educação Inclusiva (Xavier, et al. 2013).

Segundo Xavier et al. (2013) de acordo com o inciso X, o formando do curso de Pedagogia deve “demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gênero, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras”. Apenas demonstrar consciência e respeito pelas diferenças não parecem ser habilidades suficientes para formar um profissional capaz de desenvolver atitudes sociais efetivas em relação à inclusão de pessoas com deficiência. Michels (2011), ao analisar as propostas de formação em Educação Especial, destaca que após a publicação das diretrizes, há uma tendência de oferecer formação em cursos de pós-graduação lato sensu (muitos deles a distância) e na formação continuada. No entanto, ainda se observa uma desarticulação entre a educação comum e a especial (incluindo o atendimento educacional especializado), juntamente com a ausência de discussões sobre práticas pedagógicas específicas.

Para formar profissionais verdadeiramente capacitados para promover a inclusão e atender às necessidades educacionais de alunos com deficiência, é fundamental não apenas abordar teoricamente a questão, mas também fornecer experiências práticas e oportunidades de aprendizado significativo. Isso inclui integrar de forma mais efetiva a educação comum e a educação especial, garantindo que os pedagogos estejam preparados para desenvolver e implementar práticas pedagógicas inclusivas e adaptativas. Além disso, é crucial investir em programas de formação contínua que ofereçam suporte aos profissionais já atuantes, abordando questões práticas e promovendo a reflexão sobre estratégias eficazes de ensino-aprendizagem para todos os alunos (Xavier, et al. 2013).

Para garantir o efetivo processo de ensino e aprendizagem para alunos com deficiência, é essencial oferecer suportes e recursos adequados, como adaptações curriculares, tecnologias assistivas, materiais especializados e estratégias pedagógicas diferenciadas. Essas abordagens devem ser integradas de forma a promover a participação plena e o desenvolvimento acadêmico

e social de todos os alunos, respeitando suas características individuais e proporcionando igualdade de oportunidades educacionais.

Os autores reiteram ainda que as diferentes concepções de Educação Inclusiva mencionadas anteriormente são indicativos de que esses conceitos estão em processo de significação, revelam que parte dos professores que atuam em salas de ensino comum não apresentam conhecimentos sobre princípios políticos, filosóficos e ideológicos da Educação Inclusiva. Antes, os pedagogos com habilitação em Educação Especial eram incumbidos da escolarização de alunos com deficiência, hoje, são os pedagogos e os professores formados nas demais licenciaturas os responsáveis pela escolarização desses alunos em salas de ensino comum. Portanto, esses profissionais da educação devem possuir competências para perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos que constituem o público alvo da Educação Especial, além de flexibilizar uma ação pedagógica em diferentes áreas do conhecimento, além disso, devem avaliar continuamente a eficácia do processo educativo e atuar em equipe com professores especializados em Educação Especial (Brasil, 2001).

De modo geral, a literatura sugere que a esses profissionais é preciso oferecer salários e condições de trabalho dignos, assim como possibilitar-lhes desde a formação inicial, a apropriação de “[...] perspectivas de análise que os ajudem a compreender os contextos históricos, sociais, culturais, organizacionais nos quais se dá sua atividade docente e pedagógica [...]” (Libâneo; Pimenta, 1999, p. 261). Em outras palavras, uma educação continuada e de aperfeiçoamento, pois este profissional estará sujeito a lidar com diversas realidades dentro do contexto escolar e precisa constante de atualização na sua atuação profissional. Omote (2001) aborda essa questão quando afirma que os futuros professores devem ser devidamente conduzidos a realizarem reflexões e indagações constantes a respeito de suas concepções, seus valores, suas atitudes e os efeitos destas sobre seus alunos.

Na literatura é percebido que a maioria das matrizes curriculares dos cursos de Pedagogia contemplam amplamente as temáticas da Educação Inclusiva e a Educação Especial. Em um contexto educacional, orientado pela proposta de Educação Inclusiva, a Educação Especial tem um importante papel, e é vista como uma modalidade de ensino transversal, e com o objetivo de assegurar um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, que podem ser organizados institucionalmente para apoiar, complementar e suplementar os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar de alunos que apresentam necessidades educacionais, promovendo as potencialidades destes em todas as etapas e modalidades da educação básica (Brasil, 2008).

A concepção de Educação Especial como modalidade educacional excludente sugere uma modalidade de ensino que envolve os alunos com deficiência, e que serve de instrumento para a legitimação da segregação desses alunos, conforme informa Bueno (1993). Assim, conceber a Educação Especial como modalidade educacional excludente é defender a ideia de extinção dos serviços educacionais especializados em prol de uma inclusão escolar total, em que os alunos independentemente do grau e tipo de incapacidade devem ser inseridos em salas de ensino comum.

A visão da integração escolar plena fundamenta-se na ideia de que os serviços fornecidos pela Educação Especial, estruturados e oferecidos em ambientes separados dos locais comuns, é que incentivam a separação dos seus usuários, como indicado por Mendes (2006). No entanto, se os serviços ou recursos da Educação Especial têm um caráter segregador ou inclusivo pode depender essencialmente da forma como são empregados (Omote, 1999a; 1999b).

Levando em consideração os achados referentes a formação do pedagogo, é importante salientar que a Educação Inclusiva, requer, em qualquer nível, um sistema educacional renovado, modernizado para que seja efetivado, e assim, deve abranger ações estruturais políticas, físicas, mas também da ordem pedagógica e atitudinal (Silva, 2022). A autora, em seu guia denominado “Práticas pedagógicas na perspectiva da educação inclusiva”, faz um mapa conceitual sobre as práticas pedagógicas inclusivas, e que requerem, antes de tudo, um planejamento da aprendizagem, que aborda o que e como avaliar, e os tipos de avaliação. Portanto, reitera que reorganizar todo o sistema educacional na educação infantil ao ensino superior, não é algo simples e fácil de fazer.

No guia, a autora aborda dez variáveis que interferem nos resultados do trabalho pedagógico e elementos que possibilitam práticas pedagógicas inclusivas, são elas:

1. A concepção de ensino e aprendizagem do professor e o nível de conhecimento profissional de que dispõe; 2. A crença do aluno na sua própria capacidade de aprender e o reconhecimento e a valorização dos seus próprios saberes; 3. O contexto escolar em que as situações de ensino e aprendizagem acontecem; 4. O contrato didático que rege as situações de ensino e aprendizagem; 5. A relação professor-aluno; 6. O planejamento prévio do trabalho pedagógico; 7. As condições de realização das atividades propostas; 8. A intervenção do professor durante as atividades; 9. A gestão da sala de aula; 10. A relação da família com a aprendizagem dos alunos e com a proposta pedagógica. (Soligo, 2001 *apud* Silva, 2022, p. 43).

Nesse sentido, chama-se atenção no item 1 para a importância de uma educação permanente, que culminam na efetividade de metodologias adequadas, tanto para desenvolver o item 2, 5, 6, 8 e 9. Os demais levam em consideração o contexto escolar, gestão escolar e a relação dos pais e/ou responsáveis com a escola.

Além disso, a autora aborda outra variável que é a realidade de muitas escolas, que é a presença do aluno com deficiência em sala de aula. Há aqueles que têm um comprometimento maior de suas funções básicas, e que exige, portanto, mais atenção individualizada. Cabe ao professor titular, junto ao professor de Educação Especial, ou de apoio e/ou professor do Atendimento Educacional Especializado (Silva, 2022).

Para Silva (2022, p. 61):

Compreende-se que na realização de um bom planejamento e de um plano de ensino é preciso, antes de tudo, considerar o conhecimento que se tem dos alunos e do meio em que vivem, a fim de otimizar as intervenções na zona de desenvolvimento proximal, quer seja de crianças pequenas, alunos mais velhos em um novo domínio ou qualquer aluno com uma deficiência, transtorno ou outra condição que, por exemplo, comprometa as funções executoras autônomas no processo de ensino e de aprendizagem.

Além disso, é importante ressaltar ainda a diferença entre plano e planejamento, segundo a autora o plano de ensino seria um produto momentâneo de um processo de planejamento, e funciona em determinados momentos, podendo ser para permitir o compartilhamento e/ou negociação das ações didático-pedagógicas que serão aplicadas. Portanto, deve estar sempre pronto para orientar a ação do que já foi planejado coletivamente. Já o planejamento tem um caráter processual, serve como “[...] referência para o acompanhamento da execução das ações, a correção de rumos e a avaliação dos resultados em relação aos objetivos propostos” (Campos, 2010, p. 19, apud Silva, 2020, p. 62).

De maneira compartilhada e organizada, o trabalho pedagógico em prol do atendimento às diferenças dos alunos está sendo realizado, promovendo a efetivação dos princípios da inclusão escolar. Esse trabalho envolve a ação compartilhada entre todos os membros da escola, especialmente entre os professores da sala regular e da Sala de Recursos Multifuncionais, o professor de Educação Especial ou o professor de apoio em situações de co-ensino, formando assim equipes de ensino (Silva, 2022).

Nesse contexto colaborativo, os profissionais trabalham em conjunto para desenvolver estratégias pedagógicas inclusivas que atendam às necessidades individuais de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências ou dificuldades de aprendizagem. A colaboração entre os

diferentes profissionais da escola permite a troca de experiências, conhecimentos e recursos, contribuindo para a criação de um ambiente educacional mais acolhedor, adaptado e eficaz para todos os estudantes.

Melo e Alencar (2020) buscaram, em uma pesquisa documental, identificar como os textos normativos relacionados a formação de pedagogos abordam a perspectiva inclusiva que abrangem a Constituição Federal (1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia (2006), Plano Nacional de Educação (2014), Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores (2015) e Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia da UFGD (2017).

Na Constituição, os autores revelam que o documento, enquanto valoriza o trabalho, se utiliza da Educação para a efetivação da inclusão social, assim, a inclusão acontece através do trabalho, onde o trabalhador pode ascender culturalmente e economicamente. Para concretizar o projeto de Educação para todos, a Constituição estabelece diversos mecanismos inclusivos em seus artigos para aqueles que enfrentam barreiras no acesso e desenvolvimento educacional. No caso dos portadores de deficiência, o inciso terceiro do artigo 208 determina que é dever do Estado garantir o atendimento especializado, enquanto o inciso sexto do mesmo artigo estabelece que o Estado deve oferecer o ensino noturno para "adequar as condições do educando".

Além disso, em relação ao currículo mínimo, o segundo parágrafo do artigo 210 assegura o direito dos indígenas de receberem o ensino ministrado em sua língua materna. Essas disposições constitucionais refletem o compromisso do Estado em promover a inclusão e garantir oportunidades educacionais igualitárias para todos os cidadãos, especialmente aqueles que enfrentam desafios específicos de acesso e participação na educação. Ao reconhecer e proteger esses direitos fundamentais, a Constituição busca assegurar que a educação seja verdadeiramente inclusiva e respeitosa da diversidade cultural e das necessidades individuais dos alunos (Melo; Alencar, 2020).

Na Lei n. 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB), a Educação passa a incorporar princípios mais humanísticos, como liberdade e solidariedade. Para promover uma prática educacional inclusiva e atender às especificidades de grupos diversos, a LDB regulamenta diferentes modalidades de ensino que complementam ou suplementam o ensino regular.

Considerando o princípio de "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola" (Brasil, 1996), várias partes do texto tratam sobre a necessidade de adequar o sistema educacional para atender e apoiar aqueles que se afastam do ensino regular. Os incisos III ao VII do artigo 4º exemplificam essa tentativa de garantir acesso e qualidade para todos:

- O inciso III aborda a oferta de educação especial, preferencialmente na rede regular de ensino;
- O inciso IV menciona programas de educação para jovens e adultos;
- O inciso V trata da educação profissional e tecnológica, incluindo formação inicial e continuada;
- O inciso VI refere-se à oferta de atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
- O inciso VII destaca a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

Esses dispositivos da LDB refletem o compromisso em proporcionar oportunidades educacionais equitativas e inclusivas, visando garantir que todos os indivíduos tenham acesso à educação de qualidade, independentemente de suas características ou necessidades específicas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de maneira geral, apresenta discrepâncias de abordagens conforme as diversas revisões que ocorreram nas últimas duas décadas. Ao analisar a separação do ensino em diversas modalidades, é possível concluir que há uma tentativa de simplificar as diferenças por meio da categorização das necessidades semelhantes de certos grupos. Essa tentativa persiste na Educação brasileira, pois é a única forma encontrada até então de atender às necessidades de uma sociedade desigual.

O Plano Nacional de Educação (PNE) é uma política de Estado que define objetivos e estratégias para o avanço da Educação Nacional. Seguindo o mesmo formato da Constituição e da LDB, o PNE parte do desenvolvimento das modalidades de ensino para assegurar que todos tenham acesso a uma Educação de excelência. Os objetivos do PNE visam diminuir a desigualdade por meio de mecanismos de integração social para grupos vulneráveis à exclusão. Na meta 2, relacionada ao avanço do Ensino Fundamental, a terceira estratégia define a "[implementação de] métodos para o acompanhamento individualizado dos alunos do ensino fundamental" (Brasil, 2014).

Os documentos do Conselho Nacional de Educação, que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), representam normas de natureza distinta das anteriormente apresentadas. Esses documentos possuem um caráter pedagógico, não se limitando apenas ao aspecto administrativo. A inclusão, portanto, assume novos contornos, principalmente influenciados pelos princípios diferenciados contidos nesses documentos. A Educação nesse contexto deixa de priorizar apenas a formação para o trabalho e passa a considerar a complexidade da área, valorizando especialmente a cidadania. Ela deixa de ser vista como um meio para qualificar o trabalhador, proporcionando-lhe oportunidades de inclusão na sociedade, e passa a ser encarada como um meio para "a emancipação dos indivíduos e grupos sociais" (Brasil, 2015).

Visando o princípio de emancipação, a formação de professores conduz o pedagogo a uma visão ampla do processo formativo, e preza para que esse profissional reconheça seus diferentes tempos e espaços nas dimensões psicossociais, histórico-culturais, afetivas, relacionais e interativas (Melo; Alencar, 2020). Então, há uma atitude complexa em relação a ação pedagógica que possibilita perceber as diferenças existentes em cada processo de ensino e aprendizagem.

É fundamental ao curso de Pedagogia o estudo dos processos formativos adaptados aos diferentes contextos. O pedagogo, portanto, por meio de sua formação, deve ser capaz de desenvolver estratégias educacionais flexíveis que garantam o direito à Educação de qualidade a qualquer indivíduo, independentemente de sua condição médica, social ou psicológica, de sua origem étnica e cultural, ou de sua orientação religiosa, política ou de gênero. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia, o Conselho Nacional de Educação (CNE) estabelece que o pedagogo deve ser capaz de “identificar problemas socioculturais e educacionais com uma postura investigativa, integrativa e propositiva diante de realidades complexas, contribuindo para superar exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras” (Brasil, 2006, p. 2).

Essas políticas e estratégias refletem o esforço contínuo do Estado em promover uma educação mais igualitária e inclusiva, reconhecendo as diferenças individuais e buscando garantir que todos os alunos tenham acesso a oportunidades educacionais adequadas às suas necessidades e potencialidades (Melo; Alencar, 2020).

Podemos afirmar, portanto, que tornar a prática pedagógica inclusiva requer uma mudança de postura em relação às diferenças, assim como na forma de organizar a sala de aula, no modo de acolher e envolver os alunos, na definição dos suportes ao ensino e à aprendizagem,

na seleção dos conteúdos (priorizando o que é urgente e importante, e discernindo o que não é urgente e importante), nos objetivos educacionais e nas estratégias de ensino e avaliação. É essencial que essas práticas considerem e respeitem as individualidades de cada aluno, garantindo que todos sejam incluídos e beneficiados no processo educacional (Silva, 2022).

Essa mudança de postura envolve reconhecer e valorizar as diversas habilidades, necessidades e características dos alunos, adaptando o ambiente escolar e as práticas pedagógicas de maneira a promover a participação e o sucesso de todos. Além disso, requer uma abordagem flexível e centrada no aluno, que permita ajustes nas estratégias de ensino e avaliação conforme as necessidades e capacidades individuais, garantindo assim uma educação verdadeiramente inclusiva e equitativa.

Parece ser evidente a necessidade de formar profissionais que dominem não apenas os fundamentos educacionais e metodologias de ensino, mas também possuam conhecimentos teóricos e práticos sobre as necessidades específicas de cada tipo de deficiência. Oliveira (2009, p. 260), ao analisar as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de Pedagogia, afirma que a eliminação das habilitações, especialmente a de Educação Especial, seguiu a "lógica do mercado educacional".

Segundo essa autora, a supressão das habilitações reflete uma visão simplista de Educação Inclusiva e diminui o papel da Educação Especial no processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência (Oliveira, 2009, p. 261). Ao examinar a evolução da formação de professores em Educação Especial, Oliveira (2012) observa que o modelo dicotômico de formação de professores do ensino regular proposto pelas habilitações precisa ser repensado. No entanto, submeter-se à "lógica do mercado educacional" e optar por cursos de especialização sem critérios claros não seria o melhor caminho.

CONCLUSÃO

Em conclusão, a atuação do pedagogo na educação inclusiva desempenha um papel fundamental na construção de uma escola e de uma sociedade mais justa e igualitária. A inclusão educacional não se trata apenas de garantir acesso físico à escola, mas também de proporcionar oportunidades reais de aprendizado e desenvolvimento para todos os alunos, independentemente de suas diferenças. O pedagogo, como agente de transformação, tem o desafio e a responsabilidade de criar ambientes educacionais acolhedores, onde a diversidade seja valorizada e onde cada indivíduo se sinta respeitado e incluído.

Além disso, a educação inclusiva não beneficia apenas os alunos com deficiência ou necessidades especiais, mas também enriquece a experiência educacional de toda a comunidade escolar. Ao promover a diversidade, a escola prepara os alunos para viver em uma sociedade plural e contribui para a construção de uma cultura de respeito e empatia. O pedagogo desempenha um papel-chave ao incentivar a compreensão mútua e ao combater estígmas e preconceitos dentro do ambiente escolar.

Por fim, é essencial que haja um compromisso contínuo com a formação e a atualização dos profissionais da educação, incluindo os pedagogos, para que possam desenvolver práticas inclusivas eficazes. Além disso, políticas públicas que promovam a inclusão e garantam recursos adequados às escolas são igualmente importantes. Somente com esforços conjuntos e uma visão verdadeiramente inclusiva, poderemos construir uma educação que atenda às necessidades de todos os alunos e promova uma sociedade mais justa e igualitária para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

- Aranha, Maria Lúcia de Arruda. História da educação. São Paulo: Moderna, 2000.
- BRASIL. Conselho Federal de Educação. Parecer n. 251/62. Currículo mínimo e duração do curso de pedagogia. Relator: Valnir Chagas. Documenta, Brasília, DF: [s.n.], n. 11, 1963.
- BRASIL. Conselho Federal de Educação. Portaria n. 252/69 da Comissão Central de Revisão dos Currículos, aprovado em 11 de abril de 1969. Relator: Valnir Chagas. Documenta, Brasília, DF: [s.n.], n. 100, p. 101-136, 1969a.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB n. 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 14 de setembro de 2001. Seção 1E. p. 39-40.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CFE n. 2/69, de 12 de maio de 1969. Reformula o curso de Pedagogia e propõe habilitações no último ano. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1969b, 12 maio.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto-lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dezembro 1961. Seção 1, p. 11.429.
- BUENO, J. G. S. Educação Especial no Brasil. In: _____. Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno deficiente. São Paulo: EDUC, 1993. p. 85-141.
- Cambi, Franco. História da pedagogia. Tradução de Álvaro Lorenci. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. 701 p.

Gatti, Bernadete Angelina. Licenciaturas: crise sem mudança? In: Dalben, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas; Diniz, Júlio; Leal, Leiva; Santos, Lucíola. *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 485-509. (Didática e prática de ensino).

LIBÂNEO, J. C.; PIMENTA, S. G. Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança. *Educação e Sociedade*, n. 68, p. 239-277, 1999.

MARINHO, C.C.; OMOTES. Concepções de futuros professores a respeito da Educação Inclusiva e Educação Especial. *Revista Educação Especial*, vol. 30, núm. 59, pp. 629-642, 2017.

MARINHO, C.C.; OMOTES. Concepções: Educação Inclusiva e Educação Especial. *Journal of Research in Special Educational Needs*, v. 16, p. 313-317, 2016.

OLIVEIRA. A política de formação de professores para educação especial: a ausência de diretrizes ou uma política anunciada? In: Pinho, Sheila Zambello de (Org.). *Formação de educadores: o papel do educador e sua formação*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 257-271.

OMOTES, S. A concepção de deficiência e a formação do profissional em educação especial. In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; TANAKA, E. D. O. (Org.). *Perspectivas multidisciplinares em educação especial II*. Londrina: Editora UEL, 2001. p. 45-52.

SAVIANI, D. *A pedagogia no Brasil: história e teoria*. Campinas: Autores Associados, 2008. 259 p. São Paulo. Assembleia Legislativa do Governador do Estado de São Paulo. Lei n. 952, de 30 de janeiro de 1976. Cria a Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” e dá providências correlatas. *Diário Oficial do Estado*, São Paulo, n. 21, p. 1-2, 31 jan. 1976.

SAVIANI, D. Conselho Estadual de Educação. Deliberação CEE n. 94/2009. São Paulo: CEE, 2009.

Saviani, Dermeval. Pedagogia: o espaço da educação na universidade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Campinas: Autores Associados, v. 37, n. 130, p. 1-16, jan./abr. 2007.

Scheibe, Leda; Aguiar, Márcia Ângela. Formação de profissionais no Brasil. O curso de pedagogia em questão. *Educação & Sociedade*, Campinas: CEDES, v. 20, n. 68, p. 220- 238, dez. 1999.

Silva, Maria de Lourdes Ramos da. O curso de pedagogia em busca de sua identidade: as contribuições da deliberação CEE n. 78/2008. *Revista Internacional d'Humanitats*, São Paulo: Feusp; Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, n. 17, p. 27-38, set./ dez. 2009.

XAVIER, C. R. et al. Pedagogia, educação especial e educação inclusiva na UNESP: história e trajetória. *Rev. Bras. Educ.* 18 (55). Dez 2013.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Constituição (1998). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, 2006.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, 2014. Acesso em: 3 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. Brasília, 2015.

MELO, J. S. ALENCAR, E. S. A formação do pedagogo em uma perspectiva inclusiva: Análise documental. Educação Em Revista, 2020.

SEÇÃO DE PROJETOS

A PERCEPÇÃO DA EQUIPE PEDAGÓGICA A RESPEITO DO PROJETO “TRAVESSIA” NO MUNICÍPIO DE MACAPÁ/AP

**Liduina Maria Bezerra Façanha Rodrigues
Ricardo Figueiredo Pinto**

INTRODUÇÃO

O Programa Travessia no Amapá: Aprendizagem na Idade Certa é um documento de suma relevância para Educação das instituições escolares no Estado do Amapá, por ser uma política voltada para a promoção e o sucesso escolar no Ensino Fundamental I e II e principalmente, no enfrentamento das sucessivas repetições de ano, o abandono e no afastamento da chamada cultura do fracasso escolar.

Neste cenário, o Programa Travessia no Amapá é de fundamental importância no processo de inserção regular de ensino, pois coloca os alunos em distorção idade/ano no mesmo patamar de seus pares etários. Regularizando a vida do estudante, fazendo-o avançar na idade certa e devolvendo-lhes a autoestima.

Julgamos que o aprendizado está relacionado com as emoções da criança, consequentemente com a sua autoestima. Muitas vezes descartado dos estudos acerca do aprendizado, as emoções interferem positivamente e negativamente no desenvolvimento cognitivo dos alunos. Isto é, uma autoestima baixa acarreta possíveis bloqueios e pode manifestar dificuldades ainda maiores nesses alunos que não apresentam uma autoestima positiva. É nesse caminho que, se o ambiente escolar impacta a autoestima do aluno, é necessário que o “ professor e os colegas significativos, depois da família, exerçam também um papel importante no desenvolvimento do autoconceito, pois atuam como espelhos, contribuindo com a formação da autoimagem” (Mendes *et al.* 2017, p. 12).

O sistema de ensino travessia no Amapá para implementar seu programa, contará com uma equipe de profissionais pedagogos específicos para capacitar professores, corpo técnico e gestores que vão trabalhar com diferentes turmas na nova modalidade de ensino. Estes profissionais eleitos vão ministrar aulas nas diferentes áreas do conhecimento, dando ênfase mais reforçada que o ensino regular sobre a escrita, leitura e cálculos. Ainda a esta equipe, caberá a responsabilidade do andamento do projeto, como monitoramento das ações e construção coletiva de materiais que servirão de suporte aos professores.

Quanto a equipe pedagógica intraescolar, a estes caberá também a incumbência, do planejamento das ações observando sempre as necessidades e possibilidades de cada aluno no contexto da sala de aula.

Schmitz (2000) compartilha das concepções de Gandin (1995), destacando a

importância do planejamento para o sucesso de uma proposta educacional. Segundo o autor, a educação não pode, jamais, ser exposta aos improvisos:

Qualquer atividade, para ter sucesso, necessita ser planejada. O planejamento é uma espécie de garantia dos resultados. E sendo a educação, especialmente a educação escolar, um atividade escola uma atividade sistemática uma organização da situação da aprendizagem ela necessita evidentemente de planejamento muito sério. Não se pode improvisar a educação, seja ela qual for seu nível (p. 101).

Quando se imagina a dinâmica escolar, um dos pontos fundamentais para se alcançar objetivos positivos na construção de um estudo de sucesso é o planejamento escolar sistematizado. Essa ação de planejar dentro do ambiente escolar é uma atitude muito séria, e como tal deve ser vista pela equipe pedagógica que tem a responsabilidade de fazer e implementá-la a contento. Se visto sob a ótica do plano projeto travessia no Amapá, é de extrema importância que essa sistematização deva ser interpretada sob o olhar do tipo de alunos que a equipe pedagógica trabalha na escola.

Dianete do exposto, a pesquisa que ora se inicia, deseja trabalhar com A Percepção da Equipe Pedagógica a Respeito do Projeto “Travessia” no Município de Macapá/AP, é uma forma de saber sobre o andamento do projeto a luz das impressões da equipe pedagógica e ao mesmo tempo contribuir com algumas ações que por ventura venham somar com a execução do Programa Travessia Amapá na visão dessa Equipe.

Sabendo da importância dessa modalidade de ensino para os alunos da rede pública nas escolas de Macapá/AP, almeja-se que os futuros resultados possam ser observados por essa equipe, e num plano subsequente aproveitados e vivenciados no seu âmbito profissional, na sua prática pedagógica, como metodologias, estratégias, no trato das habilidades e competências e até mesmo no plano emocional da equipe com um novo olhar a respeito da clientela.

Nessa visão o objetivo do Projeto de pesquisa está em procurar saber como a equipe que atua com o programa percebe no dia-a-dia a implementação do sistema ao longo de determinado período de sua duração.

Acrescentando, é importante saber o nível do envolvimento da equipe que lida com o sistema, porque pode ser positivo ou negativo para o sucesso do programa.

JUSTIFICATIVA

O trabalho que vem sendo desenvolvido pelo projeto Travessia no Amapá é uma tarefa árdua, pois demanda por parte da equipe pedagógica uma série de requisitos que

preencham as exigências para atuar no programa. Desde seus primeiros instantes com a equipe pedagógica designada pela Secretaria de Estado da Educação do Amapá (SEED), perpassando pelos motivos que cada escola argumenta para adotar o sistema de ensino, a capacitação de profissionais docentes das diferentes áreas do conhecimento, a seleção de alunos na exigência distorção idade/ano, assim como, a escolha de metodologias, estratégias que possam facilitar a exploração de habilidades e competências de alunos que por razões possam estar adormecidas e dificultem a inclusão no sistema regular. E o que é mais interessante coloca esse alunado em pé de igualdade com seus pares etários, lhes devolvendo também a satisfação pessoal.

O programa exige uma dinâmica de encontros no sentido de aperfeiçoá-lo e que pretende de agora em diante ser uma das modalidades de ensino fixas na escola. Percebe-se mais um desafio dos pedagogos na busca de educar. Ressalte-se nesse sentido, Lacerda (2011) corrobora com esse cenário quando diz

Os novos desafios vêm instigando os profissionais da educação a buscar novos saberes, conhecimento, metodologias e estratégias de ensino. As mudanças no contexto escolar e social requerem profissionais atualizados e competentes, que estejam preparados para atuar com diferentes problemas.

Numa rápida análise, verifica-se pelo exposto que o profissional da educação tem que está sempre preparado para novos desafios, sejam eles quais forem no cotidiano de sua prática profissional. Assim sendo, ao deparar-se com a complexidade de ações a equipe pedagógica lucra em sua práxis. E atuar com uma nova modalidade de ensino, prepara a mesma, a lidar não só com outras adversidade, e não só com esse desafio que é o Programa Travssia no Amapá: Aprendizagem na Idade Certa, mas de certo em tudo aquilo que venha lhe proporcionar mudanças a favor da razão de seu trabalho.

QUESTÕES A INVESTIGAR

- a) Qual a percepção da equipe pedagógica sobre o projeto “Travessia” no município de Macapá/AP?
- b) Quais as principais dificuldades encontradas, pela equipe pedagógica, para desenvolver o projeto “Travessia” no município de Macapá/AP?
- c) Quais os aspectos positivos e negativos encontrados pela equipe pedagógica, para desenvolver o projeto “Travessia” no município de Macapá/AP?
- d) Quais as sugestões apresentadas pela equipe pedagógica para melhor

desenvolver o projeto “Travessia” no município de Macapá/AP?

OBJETIVO GERAL

Analisar a percepção da equipe pedagógica sobre o projeto “Travessia” no Município de Macapá/AP

Objetivos Específicos

- a) Verificar a percepção da equipe pedagógica sobre o projeto “Travessia” no município de Macapá/AP;
- b) Listar as principais dificuldades encontradas, pela equipe pedagógica, para desenvolver o projeto “Travessia” no município de Macapá/AP;
- c) Identificar os aspectos positivos e negativos encontrados pela equipe pedagógica, para desenvolver o projeto “Travessia” no município de Macapá/AP;
- d) Apresentar as sugestões da equipe pedagógica para melhor desenvolver o projeto “Travessia” no município de Macapá/AP.

REFERENCIAL TEÓRICO

Capítulo 1 – Caracterização da Distorção de idade-série, na educação brasileira, em especial no estado do Amapá.

Capítulo 2 – Trajetórias de Sucesso Escolar (TSE) *versus* Fracasso escolar.

Capítulo 3 – O que diz a legislação educacional brasileira sobre a distorção estudantil, idade/ano.

Capítulo 4 – Metodologias utilizadas voltadas para Distorção de idade-série (DIS) de estudantes.

Capítulo 5 – Projeto “Travessia”.

METODOLOGIA

Tipo de Pesquisa: O estudo será fundamentado e edificado por meio de uma pesquisa de caráter teórico/documental, como também através de uma pesquisa de campo de cunho

exploratório/descritivo.

Local da pesquisa de campo: A pesquisa de campo será desenvolvida nas escolas públicas que desenvolvem o projeto “Travessia” na cidade de Macapá.

População: Farão parte do estudo a equipe pedagógica (gestores, pedagogos e professores) atuantes nas turmas de Travessia Alfa, Travessia Acelera, Travessia 1, Travessia 2 e Travessia 3.

Amostra: Consistirá no universo da população das turmas de Travessia Alfa, Travessia Acelera, Travessia 1, Travessia 2 e Travessia 3 somente do município de Macapá.

Coleta de Dados: A coleta de dados será concretizada tendo em vista a elaboração de um questionário desenvolvido no Google Forms no formato on-line, o qual será entregue e respondido equipe pedagógica (gestores, pedagogos e professores) atuantes nas turmas de Travessia Alfa, Travessia Acelera, Travessia 1, Travessia 2 e Travessia 3 do município de Macapá.

Critério de Inclusão: Farão parte do estudo os profissionais previstos na amostra deste projeto.

Critério de Exclusão: Serão excluídos do estudo, os profissionais que se encontram de licença e/ou não responderem o questionário da pesquisa no período de coleta; ou ainda aqueles que, não quiserem participar do referido estudo.

Análise dos Dados: A análise dos dados será predominantemente quantitativa e será utilizada a Escala de Likert, tendo em vista uma análise de percentual simples dos dados, como também de forma qualitativa.

Ética na investigação: O estudo aqui relatado buscará seguir todos os princípios éticos do Comitê de Ética em Pesquisa da Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS/Pv).

CRONOGRAMA

2024/2025

Pesquisa Bibliográfica	X	X	X	X				
Pesquisa Documental		X	X	X				
Pesquisa de campo			X	X				
Tabulação e Análise de Dados					X	X		
Redação e Revisão da versão de Defesa da Dissertação					X	X		X

Publicação do projeto		X										
Publicação de capítulos teóricos					X		X					
Publicação do artigo da tese									X	X		
	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3

REFERENCIAS

Amapá. Ministério Público do Amapá. Procuradoria Geral do Estado. Plano Estadual de Educação Do Amapá De 2015 a 2025. Amapá. 2018.

Planalto Central. Educação Brasileira nos dez anos de LDB. Senado Federal.<https://www12.senado.leg.br>. Brasília. 2012

Ferreira,Sergio Guimarães; Ribeiro, Giovana;Tafner,Paulo. Abandono e evasão escolar no Brasil.Imds //Instituto Mobilidade e Desenvolvimento.<https://imdsbrasil.org.2022>.

Minas Gerais. Secretaria de Estado de Educação. Metodologia diferenciada auxilia estudantes em distorção idade/ano.<https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br>.Minas Gerais 2016.

Amapá.Secretaria de Estado de Educação. Programa Travessia Amapá:Aprendizagem na Idade Certa. Amapá.2024.

A SAÚDE DO TRABALHADOR DE ENFERMAGEM NO SISTEMA PRISIONAL NO ESTADO DO PARÁ

Elyene Elene Meireles da Rocha Silva
Ricardo Figueiredo Pinto

INTRODUÇÃO

De acordo com Costa (2011), as penas privativas de liberdade adotadas no Brasil devem obedecer aos padrões determinados pelo instrumento das Nações Unidas, do qual o Brasil é signatário. Ao custodiar o indivíduo e tê-lo sob sua responsabilidade, o Estado se obriga a mantê-lo protegido, de modo que possa voltar para a sociedade.

O direito à saúde da população carcerária é um tema de extrema importância e que deve ser amplamente explorado, uma vez que a saúde desses indivíduos é um direito fundamental, garantido tanto pela Constituição Federal brasileira, em seu art. 196, quanto por tratados e convenções internacionais dos quais o país é signatário (Rasanathan et al., 2017). Porém, outros aspectos legais asseguram o direito à saúde dos profissionais que atuam diretamente com a população carcerária, entre eles, a equipe de enfermagem.

Ao discutir as interfaces entre saúde e direito no contexto do encarceramento no Brasil contemporâneo, Malvasi et al., (2022) problematiza os desafios sobre o processo saúde-doença-cuidado, bem como os modos de regulação e as práticas de saúde que envolvem a população carcerária.

Assim, o direito à saúde a população que vive no sistema prisional brasileiro está regido por diversas implicações de leis do sistema jurídico nacional, na qual no ano de 1984 surgiu a primeira lei conhecida como Lei de Execuções Penais (LEP), cujo modelo de normativas se assenta na obrigatoriedade de assegurar a população que vive no sistema carcerário a assistência à saúde, uma vez que encontra-se assegurado no artigo 196 da Constituição Federal em 1988, que “à saúde é um direito de todos e um dever do Estado [...]” (Brasil 1988; Schultz et al., 2017).

Assim, a entrada das equipes de saúde fez com que o funcionamento e as fronteiras das prisões fossem colocados em questão, visto que trouxe a necessidade de conectar as unidades prisionais com a rede de serviços em saúde, redes Inter setoriais e até mesmo com a família e a comunidade da pessoa privada de liberdade. Salienta-se que a inclusão da população penitenciária em outros serviços e políticas de saúde está assegurada pelo princípio de integralidade do SUS e representa um passo relevante dado pelo Estado e pela sociedade na criação de laços de reciprocidade com o sistema carcerário (Sá; Silva, 2009).

Nesse diapasão, se faz necessário descrever sobre o processo de humanização dentro desses sistemas, conforme as legislações que regem os profissionais de saúde, principalmente a equipe de enfermagem. Portanto, é importante desmembrar aspectos que envolvem a saúde, condições de trabalho, formação, e outros aspectos que envolvem a qualidade de vida desses profissionais.

PROBLEMÁTICA

Apesar do sólido arcabouço jurídico existente, a população carcerária continua a enfrentar desafios históricos, incluindo negligência por parte das instituições penitenciárias, preconceito, falta de prioridade governamental, desrespeito aos direitos humanos, falta de foco na ressocialização, deterioração das instalações e condições de vida insalubres (Santis et al., 2012; Oliveira; Barbosa, 2018).

Diante desse cenário caótico, e buscando abordar essa situação, o governo tem implementado estratégias para melhorar a situação por meio de leis, planos nacionais, políticas de saúde e integração de profissionais. No entanto, persistem diversos problemas, como falta de autonomia profissional, escassez de investimento em equipes de saúde e barreiras significativas na relação entre saúde e privação de liberdade (Lermen, 2015).

Em 2019, o Brasil registrou uma população carcerária total de 752.274 pessoas, com uma taxa média de ocupação de 170%, representando uma média de 312 mil vagas a menos, das quais 30,43% são ocupadas por presos provisórios (Ministério da Justiça, 2019). Diante desses números alarmantes, reflexo da superlotação e das condições insalubres, é fundamental compreender se nesses ambientes há como a equipe de enfermagem atuar de forma efetiva, e a atuação de qualidade advém principalmente da saúde desses profissionais.

JUSTIFICATIVA

A enfermagem é uma profissão comprometida com o ciclo de vida, saúde, educação e segurança, buscando o bem-estar das pessoas considerando o contexto em que estão inseridas (Santos, 2012). Os cuidados prestados pela equipe de enfermagem têm evoluído para atender às necessidades contemporâneas.

Atualmente, a enfermagem é exercida em diversos cenários, oferecendo procedimentos preventivos que beneficiam a sociedade de forma curativa, abrangendo uma ampla gama de

contextos, desde domicílios e comunidades até unidades do sistema penal destinadas a pessoas privadas de liberdade sob tutela do estado (Santos, 2012).

É fundamental, portanto, abordar as especificidades da saúde dos profissionais de enfermagem, considerando que as peculiaridades do sistema penitenciário requerem uma habilidade destes profissionais na identificação de potenciais agravos a saúde, a fim de prestar assistência a contento, pois o mesmo mantém um sistema de vigilância epidemiológica constante. Muitos detentos enfrentam problemas de saúde mental, como depressão e transtornos de personalidade, além de doenças infecciosas como HIV, tuberculose e hepatites. Essas questões exigem atenção especial e tratamentos adequados, incluindo acompanhamento médico regular e acesso a medicamentos específicos (Brown, 2018).

QUESTÕES A INVESTIGAR

1. Qual a realidade do sistema penitenciário no Brasil, no que diz respeito a população carcerária e o direito à saúde?
2. Quais são as possibilidades de trabalho do profissional de enfermagem no Brasil?
3. Quais são os principais desafios da equipe de enfermagem que atua no sistema prisional brasileiro?
4. Como “anda” a saúde do trabalhador de enfermagem que atua no sistema prisional brasileiro?

OBJETIVO GERAL

Analizar a saúde do trabalhador de enfermagem no sistema prisional no Estado do Pará

Objetivos Específicos

- Verificar a realidade do sistema penitenciário no Brasil, no que diz respeito a população carcerária e o direito à saúde
- Identificar as possibilidades de trabalho do profissional de enfermagem no Brasil?
- Listar os principais desafios da equipe de enfermagem que atua no sistema prisional brasileiro?
- Verificar como está a saúde do trabalhador de enfermagem que atua no sistema prisional brasileiro?

REFERENCIAL TEÓRICO

Capítulo 1 – O DIREITO À SAÚDE DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA NO BRASIL.

Capítulo 2 - A SAÚDE DO TRABALHADOR DE ENFERMAGEM NO SISTEMA PRISIONAL.

Capítulo 3 – A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM NO BRASIL.

Capítulo 4 – DESAFIOS DA EQUIPE DE ENFERMAGEM NO SISTEMA PRISIONAL.

Capítulo 5 – AS PRÁTICAS ASSISTENCIAIS DA ENFERMAGEM PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE (PPL).

METODOLOGIA

Tipo de Pesquisa: O estudo será fundamentado e edificado por meio de uma pesquisa de caráter teórico/documental, como também através de uma pesquisa de campo de cunho exploratório/descriptivo.

Local da pesquisa de campo: A pesquisa de campo será desenvolvida nas Penitenciárias de Segurança Máxima, Unidades de Reinserção de Regime Semiaberto, Hospital Geral Penitenciário, Unidades de Custódias, Unidades de Custódia Provisória, Unidades de Custódias e Reinserção da Região Metropolitana de Belém.

População: A população do estudo serão enfermeiros, auxiliares de enfermagem e técnicos de enfermagem.

Amostra: Será composta 65 enfermeiros, 177 técnicos de enfermagem e 2 auxiliares de enfermagem.

Coleta de Dados: A coleta de dados será concretizada tendo em vista a elaboração de um questionário desenvolvido no Google Forms no formato on-line.

Critério de Inclusão: Farão parte do estudo os profissionais previstos na amostra deste projeto.

Critério de Exclusão: Serão excluídos do estudo, os profissionais que se encontram de licença e/ou não responderem o questionário da pesquisa no período de coleta; ou ainda aqueles que, não quiserem participar do referido estudo.

Análise dos Dados: A análise dos dados será predominantemente quantitativa e será utilizada a Escala de Likert, tendo em vista uma análise de percentual simples dos dados, como também de forma qualitativa.

Ética na investigação: O estudo aqui relatado buscará seguir todos os princípios éticos do Comitê de Ética em Pesquisa da Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS/Py).

CRONOGRAMA

Etapas/Mês	Ano: 2023/2024														
	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8
Elaboração do Projeto	X	X													
Análise do Projeto pelo Comitê de ética em pesquisa		X	X												
Pesquisa Bibliográfica		X	X	X	X										
Pesquisa Documental				X	X	X									
Pesquisa de campo							X	X							
Tabulação e Análise de Dados									X	X					
Redação e Revisão da versão de Defesa da Dissertação											X	X	X		X
Publicação do projeto															
Publicação de capítulos teóricos							X				X		X		
Publicação do artigo da tese												X	X		
	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Senado Federal. Constituição de 1988. Brasília (DF), 1988.
- BROWN, A. Rights in the penal colony: The crossroads of prison and human rights. Cambridge: University Press, 2018.
- COSTA, Elder Lisbôa Ferreira. Direito Criminal Constitucional: uma visão sociológica e humanística. Parte Geral Arts. 1 ao 120. Belém: Paka-Tatu, 2011.
- LERMEN HS, GIL BL, CÚNICO SD, JESUS LO. Saúde no cárcere: análise das políticas sociais de saúde voltadas à população prisional brasileira. *Physis*, v. 25, n. 3, p. 905-924. 2015 DOI: 10.1590/S0103-73312015000300012.
- MALVASI, Paulo Artur; DANTAS, Heloisa de Souza; MANZALLI, Sofia Fromer. Direitos humanos e saúde: reflexões sobre vida e política no contexto da população carcerária. *Ensaio • Saude soc.*, v. 31, n. 2. 2022.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. (BR). Departamento de Execução Penal. Sistema Integrado de Informações Penitenciárias. INFOOPEN: relatórios estatísticos do Brasil. Brasília (DF): Brasil; 2019. Disponível em: <http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen>. Acesso em 28 nov. 2023.

OLIVEIRA, L. V. BARBOSA, M. L. Curso de Atenção à saúde da pessoa privada de liberdade. Unidade Programa de educação permanente em saúde da família. 2018. Disponível em: <https://avasus.ufrrn.br/local/avasplugin/cursos/curso.php?id=1144>. Acesso em 28 nov. 2023.

RASANATHAN, J. et al. Engaging human rights in the response to the evolving Zika Virus epidemic. American Journal of Public Health, Washington, DF, v. 107, n. 4, p. 525-531, 2017. DOI: 10.2105/AJPH.2017.303658.

SÁ E SILVA, F. A cidadania encarcerada: problemas e desafios para a efetivação do direito à saúde nas prisões. In: COSTA, A. B. et. al (Org.). O Direito achado na rua: introdução crítica ao direito à saúde. Brasília: CEAD/ UnB, 2009, p. 241-525.

SANTIS, BM, ENGBRUCH, W, D'ELIA FS. A evolução histórica do sistema prisional e a Penitenciária do Estado de São Paulo. Revista Liberdades, v. 11, p. 141-160. 2012. Disponível em:

https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php?file=%2F174595%2Fmod_resource%2Fcontent%2F1%2F1.%20A%20evolução%20histórica%20do%20sistema%20prisional%20e%20a%20Penitenciária%20do%20Estado%20de%20São%20Paulo.pdf3. Acesso em 28 nov. 2023.

SANTOS, F. S. Cuidados aprisionados: repercussões na saúde do trabalhador de enfermagem do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. 113 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Enfermagem Assistencial) - Escola de Enfermagem Aurora de Afonso Costa, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2012. Disponível em: <<http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio906210>>. Acesso em 28 nov. 2023.

SCHULTZ, Á.L.V. et al. Saúde no Sistema Prisional: um estudo sobre a legislação brasileira. Argumentum, v. 9, n. 2, p. 92-107, 2017.

1. A saúde dos profissionais de enfermagem nas penitenciárias da região metropolitana de Belém é impactada por desafios significativos:

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Neutro
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

2. Existem oportunidades satisfatórias para desenvolver um trabalho eficaz como profissional da enfermagem nas penitenciárias da Região Metropolitana de Belém:

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Neutro
- 4 - Concordo

- 5 - Concordo totalmente
- 3. Os principais desafios que você enfrenta como membro da equipe de enfermagem nas penitenciárias da Região Metropolitana de Belém incluem:**
- Falta de recursos médicos e materiais adequados
 - Condições de trabalho estressantes devido ao ambiente prisional
 - Exposição a situações de risco à saúde
 - Dificuldades na comunicação com os detentos
 - Outros (por favor, especifique): _____
- 1 - Discordo totalmente
 - 2 - Discordo
 - 3 - Neutro
 - 4 - Concordo
 - 5 - Concordo totalmente
- 4. Sua saúde física é afetada pelas condições de trabalho nas penitenciárias da Região Metropolitana de Belém:**
- 1 - Discordo totalmente
 - 2 - Discordo
 - 3 - Neutro
 - 4 - Concordo
 - 5 - Concordo totalmente
- 5. Sua saúde mental é afetada pelas condições de trabalho nas penitenciárias da Região Metropolitana de Belém:**
- 1 - Discordo totalmente
 - 2 - Discordo
 - 3 - Neutro
 - 4 - Concordo
 - 5 - Concordo totalmente
- 6. A formação do profissional de enfermagem garante qualificação adequada para atuar nas penitenciárias da Região Metropolitana de Belém:**
- 1 - Discordo totalmente
 - 2 - Discordo
 - 3 - Neutro
 - 4 - Concordo
 - 5 - Concordo totalmente
- 7. A remuneração do profissional de enfermagem que atua nas penitenciárias da Região Metropolitana de Belém é adequada para os serviços prestados.**
- 1 - Discordo totalmente
 - 2 - Discordo
 - 3 - Neutro
 - 4 - Concordo

- 5 - Concordo totalmente
- 8. O profissional de enfermagem que atua nas penitenciárias da Região Metropolitana de Belém está permanentemente em situação de risco ao desempenhar suas funções.**
- 1 - Discordo totalmente
 - 2 - Discordo
 - 3 - Neutro
 - 4 - Concordo
 - 5 - Concordo totalmente
- 9. O profissional de enfermagem que atua nas penitenciárias da Região Metropolitana de Belém se sente constantemente motivado para desempenhar suas funções.**
- 1 - Discordo totalmente
 - 2 - Discordo
 - 3 - Neutro
 - 4 - Concordo
 - 5 - Concordo totalmente
- 10. Em geral, o profissional de enfermagem que atua nas penitenciárias da Região Metropolitana de Belém, caso tivesse oportunidade, preferiria atuar em outros ambientes profissionais que não seja no sistema penitenciário.**
- 1 - Discordo totalmente
 - 2 - Discordo
 - 3 - Neutro
 - 4 - Concordo
 - 5 - Concordo totalmente
- 11. O profissional de enfermagem que atua nas penitenciárias da Região Metropolitana de Belém sente a falta de um plano de carreira que o estimule a atuar no sistema penitenciário.**
- 1 - Discordo totalmente
 - 2 - Discordo
 - 3 - Neutro
 - 4 - Concordo
 - 5 - Concordo totalmente
- 12. A falta de uma qualificação/atualização permanente para atuar no sistema prisional interfere na saúde do profissional de enfermagem que atua nas penitenciárias da Região Metropolitana de Belém.**
- 1 - Discordo totalmente
 - 2 - Discordo

- 3 - Neutro
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

SEÇÃO DE BANNERS



XI ENCONTRO CIENTÍFICO DO GRUPO PESQUISA & PUBLICAÇÃO-GPS



TÍTULO: ANALISE DOS HÁBITOS ALIMENTARES DOS COLHEDORES DE LARANJA EM CAPITÃO POÇO- PA.

VANUZA SOUSA RIBEIRO¹; MOISES SIMÃO SANTA ROSA DE SOUSA²

¹Acadêmico do curso de Educação Física da UEPA-FORMAPARÁ

²Docente do Departamento Acadêmico de Desporto-UEPA

INTRODUÇÃO

A saúde é um direito de todos e um fator fundamental para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade, pois é de extrema importância que todos tenham conhecimentos básicos de uma alimentação saudável. A cidade Capitão Poço conta com uma mão de obra muito grande para o processo de colheita da laranja, onde os trabalhadores passam grande parte do dia nas plantações, sob o sol e na maioria das vezes em condições precárias de trabalho. A labuta diária não permite que os mesmos possam ter uma alimentação mais equilibrada, prevalecendo como fonte de alimentação, comidas enlatadas, frituras com excesso de sal, comidas afetada fortemente pela temperatura solar, e muitas outras situações.

OBJETIVO

Analizar os hábitos alimentares dos colhedores de laranja em Capitão - Poço

METODOLOGIA

Esta pesquisa é um estudo de campo transversal e descritivo e analítico, sendo a amostra formada por 50 indivíduos a serem escolhidos aleatoriamente. Para a coleta de dados foram utilizados os seguintes instrumentos: Questionário alimentar: Para coletar as informações sobre os hábitos alimentares e a frequência do consumo destes alimentos;

RESULTADOS

Tabela 1 – N amostral, idade, café da manhã e principais alimentos consumidos					
Amostra	Idade	Café da manhã	Conteúdos		
N = 50	Média 40,8	SIM 94%	Café 82%	Pão 36%	Bolacha 18%
Masc. 36	Máx. 74	NAO 6%	Cuzuz 18%	Leite 6%	Torrada 10%
Fem. 14	Mín. 18		Achocolatado 4%	Café com leite, Ovos, Pastel, Farinha, Mingau, não toma nada 2%	
	Desvio Padrão 13,7 ±				

Tabela 2 – Principais alimentos consumidos no lanche da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar			
Lanche da manhã	Conteúdos	Almoço	Conteúdos
SIM 26%	Frango = 16% Farinha = 14% Arroz = 12% Pão = 10%	SIM 96%	Farinha 80% Pão 16% Arroz 78% Frango 56% Ovo 36% Carne 36% (sardinha/alsininha/conserva) 32% Molho 16% Charque frito 12% Feijão / Calabresa 8% Não almoço 2%
NAO 74%	Ovos, entatado (sardinha/conserva) = 4% Coxinha / pastel com suco ou café = 4%	NAO 4%	
		HORA 12:00 e 11:30 e 14:00h	

Lanche da tarde	Conteúdos	Jantar	Conteúdos
NAO 98%		SIM 100%	Arroz 94% Farinha 74% Frango 64% Pão 64% Feijão, ovo 50% Molho 40% Sardinha/alsininha/ conserva 30% Calabresa 6% Açaí 4% Charque frito 2%
SIM 2%	Salgados, refrigerante	NAO 0%	
HORA 16:00h			

Tabela 3 – Frequência do consumo de frutas, verduras e legumes	
ALIMENTOS	FREQUÊNCIA
FRUTAS	
SIM - 100%	Banana, laranja, maçã, mamão, manga, abacate, tangerina, uva, goiaba, maracujá, açaí
VERDURAS E LEGUMES	
SIM - 98% NAO - 2%	Quiabo, tomate, abóbora, maxixe, cebola, batata, macaxeira, alface, pepino, canjú, couve, repolho, cenoura
ALIMENTOS INDUSTRIALIZADOS	
SIM 100%	Refrigerante – 86% Biscoitos – 88% Salgadinhos – 90% Pizza – 82% Chocolate – 100%
	Esporadicamente – 58% Frequentemente – 30% Esporadicamente – 70% Frequentemente – 18% Esporadicamente – 64% Frequentemente – 29% Esporadicamente – 84% Frequentemente – 16% Esporadicamente – 88% Frequentemente – 12%

CONCLUSÃO

Embora haja consumo abundante de carboidratos e proteínas, além de frutas, verduras e legumes de forma regular, há uma prevalência elevada no consumo de embutidos, enlatados e frituras (mortadela, enlatados, calabresa, charque frito) alimentos com elevado teor de sódio e gorduras durante as refeições, o que confere certo risco à saúde alimentar dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

- ASCOM. Agricultura e pesca. Pará é referência em citicultura, com destaque nacional para laranja e limão. Disponível em<<https://agenciapara.com.br/noticia/44241/para-e-referencia-em-citicultura-com-destaque-nacional-para-laranja-e-limao>>acesso em: 19 de agosto de 2023;
- MPC. Carta de Bogotá sobre a Promoção da Saúde. Disponível em<<http://www.mpce.mp.br/pro-saude/cartas-e-declaracoes-em-defesa-da-saude/cartas-de-bogota-sobre-promocao-da-saude/>>acesso em: 20 de agosto de 2023;
- BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE. Alimentação saudável. Disponível em<<https://bvsms.saude.gov.br/alimentacao-saudavel/>> acesso em dia 21 de agosto de 2023.



XI ENCONTRO CIENTÍFICO DO GRUPO PESQUISA & PUBLICAÇÕES - GPS



TÍTULO: PERFIL MORFOLÓGICO E FUNCIONAL-MOTOR DE CRIANÇAS SEM AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA REGULAR ATRAVÉS DOS MOVIMENTOS DO ATLETISMO EM UMA AMOSTRA DE CRIANÇAS NA AGROVILA NOVA COLÔNIA EM CAPITÃO POÇO-PARÁ.

CHEILA MARIA MOTA DE MELO¹; MOISÉS SIMÃO SANTA ROSA DE SOUSA²

¹ Acadêmica do curso de Educação Física da UEPA - FORMAPARÁ

² Docente do Departamento Acadêmico de Desporto – UEPA

INTRODUÇÃO

A Educação Física Escolar tem como objetivo promover a saúde e aprendizagem das crianças, por meio da prática de esportes e atividades físicas orientada pelo professor da disciplina, desenvolver também o afeto, o intelecto e as funções orgânicas (ANTHONY, 2023).

Entretanto, a escassez de professores de Educação Física nas escolas gera uma ausência de estímulos motores adequados na idade escolar, podendo inibir o bom desenvolvimento das habilidades motoras das crianças. Habilidades como correr, saltar, equilibrar-se, arremessar, são fundamentais para o desenvolvimento motor de crianças.

OBJETIVO

Verificar o perfil morfológico e funcional-motor de crianças sem aulas de educação física regular através dos movimentos do atletismo em uma amostra de crianças na agrovila Nova Colônia em Capitão Poço, Pará.

METODOLOGIA

Participaram 40 crianças de ambos os sexos, com idades entre 7 a 11 anos (primeiro ao quinto ano) matriculados e frequentando regularmente as aulas na escola CÍCERO FERREIRA TORRES, situada na agrovila Nova Colônia em Capitão Poço – Pará.

Para a avaliação morfológica e funcional-motora utilizou-se alguns testes da bateria de testes PROESP – BR (Projeto Esporte Brasil) – Foram avaliados a Massa corporal, estatura, (IMC), flexibilidade, força e resistência abdominal, resistência geral, força explosiva de membros inferiores, força explosiva dos membros superiores, agilidade e da velocidade de deslocamento. Os resultados foram comparados com os valores de referência do PROESP.

RESULTADOS

Tabela 1 – Valores médios das variáveis antropométricas e da idade

Sexo	Idade Anos	Peso Kg	Altura (m)	IMC
Masc. (24)	10	33,28	1,36	17,82
Fem. (16)	10	49,99	1,41	19,70
Diferenças	0	16,71 Kg	5 cm	1,88

Tabela 2 – Valores médios das variáveis força e resistência do abdômen, Membros inferiores e membros superiores para ambos os sexos

Sexo	Abdominal	Membros inferiores		Membros Superiores
		Masc.	Fem.	
Masc.	26,71	178, cm	316,8 cm	
	Saudáveis	Muito Bom	Muito Bom	
Fem.	23,75	144,7 cm	290,9 cm	
	Saudáveis	Bom	Muito Bom	
Diferenças	2,96	34 cm	25,6 cm	

Tabela 3 – Valores médios obtidos nos testes de flexibilidade, agilidade, Velocidade de deslocamento e resistência aeróbica para ambos os sexos

Sexo	Flexibilidade	Agilidade	Velocidade	Resistência Aeróbica
Masc.	26,35 cm	8,41 seg.	7,45 segs.	1.041,67 m
	Risco	Fraco	Fraco	Muito Bom
Fem.	30,96 cm	9,39 segs.	9,85 segs.	898,75 m
	Saudáveis	Fraco	Fraco	Muito Bom
Diferenças	4,61 cm	0,98 seg.	2,4 segs.	142,92 m

CONCLUSÃO

O Desenvolvimento morfológico (peso, altura e IMC) das crianças está normal e de acordo com os valores de referências para a idade. A força e resistência de membros superiores e inferiores de ambos os sexos se encontram em bons níveis. A força e resistência de abdômen encontra-se na zona saudável. Os meninos estão na zona de risco para a flexibilidade. Ambos os gêneros se apresentam fracos na agilidade e velocidade, porém muito bom na resistência aeróbica. Embora não tenham aula regular de educação física o grupo estudado apresenta bons níveis de desenvolvimento morfológico e funcional.

São necessárias implementações do poder público para efetivar a presença do professor de educação física nas escolas do município.

REFERÊNCIAS

ANTHONY, Igor. O que diz a BNCC de Educação Física? Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/cursos-e-faculdades/educacao-fisica/noticias/oque-diz-a-bncc-de-educacao-fisica>>. Acessado em 20 de agosto de 2023.

PROJETO ESPORTE BRASIL: manual. Disponível em: <<https://www.proesp.ufrgs.br>> Acesso em: 09 julho 2009.

SEÇÃO DE RESUMO

RISCO CARDIOVASCULAR EM MULHERES INICIANTES NA PRÁTICA DE CORRIDA DE RUA

João Marcos Fonseca Blanco*; **Moisés S. S. R. Sousa****

RESUMO: **Introdução:** O número de mulheres praticando corridas de rua vem aumentando a cada ano, entretanto sua prática sem critérios pode trazer riscos à sua saúde. **Objetivo:** O objetivo desta pesquisa foi analisar o risco cardiovascular em mulheres iniciantes nas corridas de rua em Belém. **Método:** Participaram 16 mulheres com idade média de 44,2 anos. Foram avaliados o peso corporal, altura, IMC, pressão arterial sistólica e diastólica, frequência cardíaca, circunferências da cintura (CC) e do quadril (CQ), relação cintura quadril (RCQ), percentual de gordura (%G) e aptidão cardiorrespiratória. **Resultados:** As atletas treinam em média 3 dias por semana com a distância média de 6 Km, sendo que 80% delas participam de pelo menos 2 corridas por semestre com distância média de 9,93 Km. A média do IMC foi de 25,5 kg/m² e indica sobre peso; o percentual de gordura médio de 35,8% (ruim) indica risco. O valor médio da RCQ foi de 0,79 (risco moderado). Para a pressão arterial, o valor médio foi de 122,1 x 70,1 mmHg (normal), entretanto 12,5% foram classificadas como pré hipertensas e 6,25% hipertensão grau 3, portanto com riscos. O VO₂ máximo no teste de corrida foi de 31,8 ml, o que classifica as praticantes em nível bom. **Conclusão:** As sujeitas apresentaram em geral um estado de saúde com risco baixo a moderado para a prática da corrida de rua. Considerando o amadorismo das praticantes, estas precisam ter seu treinamento implementado para melhorar seu condicionamento e perfil da composição corporal afastando-se da zona de risco.

Palavras-Chave: Corrida de rua, mulheres, risco cardiovascular

* Acadêmico do Curso de Graduação em Educação Física da UEPA j.marcofbl18@gmail.com
** Prof. Doutor do Curso de Educação Física (UEPA) moisesuepa@gmail.com

Há 24 anos produzindo...

Conhecimento & Ciência

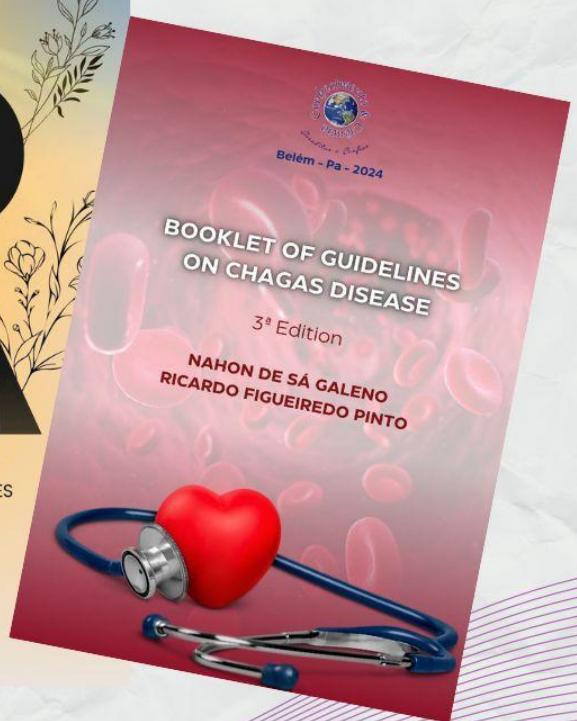
8542-2/00 - Educação profissional de nível tecnológico;

5811-5/00 - Edição de livros;

8550-3/02 - Atividades de apoio à educação;

8660-7/00 - atividades de apoio à gestão de saúde.

ÚLTIMOS LANÇAMENTOS



Entre em contato conosco:
E-mail: secretaria@conhecimentoeciencia.com
WhatsApp: +55 (91) 9 8925-6249